

FABIANO DE MOURA GOULART

**RADIODIFUSÃO EDUCATIVA NO ENSINO SUPERIOR: TV UNIVERSITÁRIA DE
UBERLÂNDIA - PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS**

UBERLÂNDIA

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FABIANO DE MOURA GOULART

**RADIODIFUSÃO EDUCATIVA NO ENSINO SUPERIOR: TV UNIVERSITÁRIA DE
UBERLÂNDIA - PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Estado, Políticas e Gestão em Educação

Orientador: Professor Dr. Gabriel Humberto Muñoz Palafox.

UBERLÂNDIA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

G694r
2012 Goulart, Fabiano de Moura, 1969-
Radiodifusão educativa no ensino superior: TV Universitária de Uberlândia: percepções e perspectivas / Fabiano de Moura Goulart. – 2012.

140 f. : il.

Inclui bibliografia.

Orientador: Gabriel Humberto Muñoz Palafox.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.

1. Educação - Teses. 2. Rádio na educação - Teses. 3. Televisão na educação - Teses. 4. Ensino superior - Uberlândia (MG) - Teses. 5. Política de comunicação - Teses. I. Muñoz Palafox, Gabriel Humberto. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

FABIANO DE MOURA GOULART

**RADIODIFUSÃO EDUCATIVA NO ENSINO SUPERIOR: TV UNIVERSITÁRIA DE
UBERLÂNDIA - PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS**

Dissertação aprovada para a obtenção do título
de Mestre no Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal de
Uberlândia (MG).

Uberlândia, 27 de abril de 2012

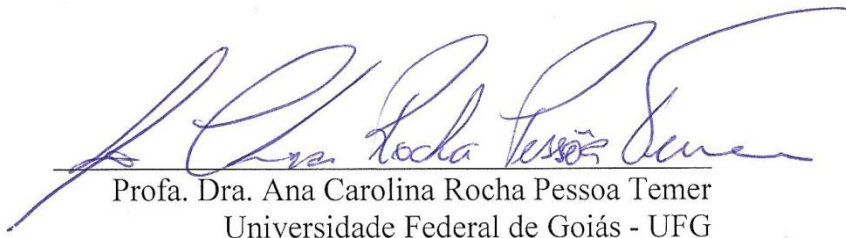
Banca examinadora:



Orientador:

Prof. Dr. Gabriel Humberto Muñoz Palafox
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Membro:



Profa. Dra. Ana Carolina Rocha Pessoa Temer
Universidade Federal de Goiás - UFG

Membro:



Profa. Dra. Adriana Cristina Omena dos Santos
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

*A Deus pelo dom da vida, meus pais Ildeu e Sabina,
meus irmãos e minha irmã, minha esposa Maira,
meus filhos Luiz Felipe e Raquel Luísa, dedico.*

AGRADECIMENTOS

Sou grato e honrado pelo privilégio e pelo prazer de ter convivido com pessoas tão especiais durante estes dois anos de trabalho e de estudos.

Aos professores e professoras do PPGED por seus ensinamentos, tanto nos cursos e disciplinas formais, quanto nas conversas dos intervalos pelos corredores da FACED: Antônio Bosco, Maria Vieira, Robson França, Carlos Lucena, Silvana Malusá, Márcio Danelon, Marisa Lomônaco, Sarita Medina, Guilherme Saramago, Elenita Pinheiro, Mirna Tonnus, Adriana Omena, Mara Rúbia, Selva Guimarães e Carlos Henrique. A vocês meu respeito, amizade e gratidão.

Aos colegas de curso pelo partilhar de nossas expectativas, nossos anseios e angústias ao longo do caminho. Desejo a cada um, e a todos, um futuro tão brilhante quanto vocês!

Aos colegas e amigos servidores da FACED. Mais que as atribuições dos cargos, o carinho e apoio nas diversas demandas durante esses anos: James, Cláudia, Gianni, Candinha, Rosane e Óscari. A vocês minha gratidão e amizade.

À Profª Elenita, de modo bem particular, pelo apoio na concepção das primeiras ideias que deram origem ao projeto de pesquisa.

Ao colega Deive Silva, pelo incentivo e à Profª Maria Vieira pela orientação no primeiro artigo para publicação em evento internacional. Obrigado!

Às colegas do grupo de estudos coordenado pelo Prof. Gabriel, Carolina Bessa e Ana Cláudia, pelas longas horas de estudos e discussões. Vocês são parte importante desta história.

Aos entrevistados, da UFU e da RTU, que tanto contribuíram para a realização deste trabalho. A vocês minha gratidão e reconhecimento.

Ao companheiro de CONFECOM, Franklin Tannús (*in memoriam*). Suas reivindicações foram atendidas. Que sua luz ilumine sempre novos caminhos!

De modo especial, à Profª Adriana Omena pela “co-orientação”, pelo apoio nos momentos decisivos e pelas oportunidades concedidas nos grupos de pesquisa que tanto contribuíram para meu crescimento acadêmico.

À bibliotecária Maira Nani França, tanto pelas brilhantes contribuições para tornar este trabalho legível, quanto por me mostrar que a ABNT é uma grande aliada. Também, à minha esposa Maira Nani França Moura Goulart, bibliotecária, e ao nosso filho Luiz Felipe (que conhece bem essa dissertação) pelo apoio incondicional durante este período de ausências e confinamentos.

Por fim, ao Prof. Gabriel H. Muñoz Palafox pela orientação pautada no exercício da autonomia e da valorização das nossas ideias. Pelo trabalho coletivo, pelo exemplo de altruísmo e pela visão de mundo, dialeticamente falando, minha gratidão e meu respeito. A você sou grato e honrado! Obrigado!

“[...] na verdade, o que se está fazendo, em grande parte, com os meios de comunicação, é comunicado. Em lugar de haver comunicação real, o que está havendo é transferência de dados, que são ideológicos e que partem muito bem vestidos”.

(FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p. 15)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo descrever e analisar qualitativamente a trajetória da Televisão Universitária (TVU) da Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia (RTU), conveniada com a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no período 1996–2011. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica com intuito de avaliar, à luz do materialismo histórico-dialético, qual o impacto social da TVU na realidade concreta. A análise histórica do marco regulatório da radiodifusão brasileira e o estudo das políticas públicas aplicadas às TV's universitárias no ensino superior demonstram que estas não vêm cumprindo satisfatoriamente os seus propósitos constitucionais. Dentre outras dificuldades, tal fato se deve: à ausência de recursos públicos especificamente destinados para atender as suas funções; interferência de interesses mercadológicos; falta de compreensão sobre a função e importância institucional no interior das administrações universitárias; e significativa resistência do corpo docente ao emprego e utilização pedagógica das tecnologias de comunicação. Foi observado que tais dificuldades foram também vivenciadas pela TVU, desde sua criação em 1988, como concessão do Estado à RTU. Nesse contexto, as representações dos gestores e produtores de conteúdo que trabalharam na TVU, no período 1996–2011, demonstram que estes sempre conviveram com estas dificuldades, apesar do Governo Federal promover debates nacionais e uma Conferência Nacional de Comunicação (em 2009) que incluiu às TVs universitárias. Dentre outros aspectos, estes debates ratificaram um sentimento dos setores progressistas da sociedade, relacionado à necessidade de se estabelecer um novo marco regulatório para a radiodifusão educativa no país. Uma análise das pesquisas de opinião realizadas pelas comissões próprias de avaliação da UFU revelou que entre 2001 e 2005 somente 8% da comunidade assistia a TVU em busca de informação institucional, e que 54% dos docentes consideraram “ruim a regular” os serviços de comunicação ofertados. No ano de 2010, valendo-se de uma metodologia que estabeleceu um recorte de frequência igual ou superior a 70%, a TVU apareceu somente na categoria dos servidores técnico-administrativos, com uma frequência de 73%. Mediante os dados obtidos na presente pesquisa, considera-se fundamental garantir a existência das TV's universitárias. Para tanto, sugere-se uma ampliação do debate a respeito de seu papel institucional como instrumento contra-hegemônico de formação e difusão de saberes e conhecimentos, bem como garantir dotação orçamentária, com recursos públicos, como forma de superação de suas dificuldades financeiras e estruturais crônicas.

Palavras-chave: Radiodifusão educativa. TV Universitária. Educação superior. Televisão na educação. Ensino superior.

ABSTRACT

This study aimed both to describe and analyze qualitatively the trajectory of the University Television (TVU) from Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia (RTU), contracted with the Universidade Federal de Uberlândia (UFU), in the period 1996-2011. In this way, we conducted a survey and documentary literature in order to assess, in light of historical and dialectical materialism, which the social impact of TVU in reality. The historical analysis of the regulatory framework of broadcasting and the public policy Brazilian study applied to University TV in higher education showed that these are not satisfactorily fulfilling their constitutional purposes. Among others difficulties, this fact must be: the lack of public resources specifically designed to meet their duties; interference of market interests, lack of both understanding of the institutional role and importance within the university administrations, and significant resistance from faculty employment and educational use of communication technologies. It was observed that, these difficulties were also experienced by TVU, since its inception in 1988, as a concession of the State to RTU. In these context, the representation of managers and content producers who worked on TVU, in the period 1996-2010, showed that they have always lived with these difficulties, despite the Federal Government to promote national debates and a National Communication Conference (in 2009) that included University TVs. Among others things, these debates have ratified a sense of the progressive sectors of society, related to the need to establish a new regulatory framework for educational broadcasting in the country. An analysis of opinion polls conducted by committees of UFU own assessment revealed that between 2001 and 2005 only 8% of the community attended TVU in search of institutional information, and that 54% of teachers considered "poor to fair" services communication offered. In 2010, through a methodology that established a cut of frequency equal to or greater than 70%, TVU appeared only in the category of technical and administrative staff, with a frequency of 73%. In this manner it is crucial ensure the existence of the University TV. To this end, we suggest a broadening of the debate about its institutional role as an instrument of counter-hegemonic formation and diffusion of knowledge and expertise, and ensure budget allocation, with public funds as a way of overcoming its financial difficulties and structural chronic.

Keywords: Educational Broadcasting. University TV. Higher Education. Television in education. Higher education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Organização da comunidade entrevistada para realização da pesquisa de campo	31
Quadro 2	Grade de programação local da TVU	86
Quadro 3	Equipe de colaboradores da TVU, em 2011	87
Gráfico 1	Veículos mais utilizados para obtenção de informações	118
Gráfico 2	Veículos mais utilizados EJA/ESEBA	118
Gráfico 3	Docentes / Qualidade	119
Gráfico 4	Técnicos / Qualidade	119
Tabela 1	Avaliação dos discentes sobre a comunicação e circulação de informações na UFU	119
Gráfico 5	Veículos de comunicação da UFU utilizados pelos discentes	120
Gráfico 6	Veículos de comunicação da UFU mais utilizados pela sociedade civil	120
Tabela 2	Universo da pesquisa para avaliação institucional	122
Tabela 3	Itens melhor avaliados pelos docentes	122
Tabela 4	Itens melhor avaliados pelos discentes	123
Tabela 5	Itens melhor avaliados pelos técnico-administrativos	124
Tabela 6	Itens que apresentam dificuldades segundo avaliação dos docentes	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABJC	Associação Brasileira de Jornalismo Científico
ABTU	Associação Brasileira de Televisão Universitária
AIE	Aparelho Ideológico do Estado
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CEAD	Centro de Educação a Distância
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara
CBT	Código Brasileiro de Telecomunicações
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa da UFU
CEPAE	Centro de Atenção à Pessoa com Deficiência
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONFACED	Conselho da Faculdade de Educação
CONSUN	Conselho Universitário da UFU
CPA	Comissão Própria de Avaliação Institucional
CPAI	Comissão Permanente de Avaliação Institucional
CPNq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CTW	<i>Children`s Television Workshop</i>
CUP/CONFECOM	Comissão Uberlandense Pró-Conferência Nacional de Comunicação
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DIRCO	Diretoria de Comunicação Social da UFU
DIVRA	Divisão de Rádio
DITEL	Divisão de Televisão
EAD	Educação a Distância
EBC	Empresa Brasileira de Comunicação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER-MG	Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
ESAL	Escola Superior de Agricultura de Lavras
ESEBA	Escola de Educação Básica
ESTES	Escola Técnica de Saúde
FACED	Faculdade de Educação
FAEPE	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
FAEPU	Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FM	Rádio de Frequência Modulada
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FENDH	Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INTERCOM	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
INTERVOZES	Coletivo Brasil de Comunicação Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NCE	Núcleo de Comunicação e Educação
PIDE	Plano Institucional de Desenvolvimento e Extensão
PMU	Prefeitura e Câmara Municipal de Uberlândia
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis
PRONTEL	Programa Nacional de Teleeducação
RedeIFES	Rede de Ensino a Distância das IFES
RITU	Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RTU	Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia
SAIP	Secretaria de Avaliação Institucional Permanente
SESu/MEC	Secretaria de Educação Superior do MEC
SINTED	Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa
SPT	Serviço Público de Televisão
TICs	Tecnologias da Comunicação e da Informação
TVU	TV Universitária
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	O interesse pelo tema	14
1.2	Objetivos geral e específicos	24
1.3	Percurso metodológico	25
1.4	Distanciamento do objeto	27
1.5	Procedimentos de pesquisa	28
1.6	Crítérios de escolha, número de sujeitos e organização da pesquisa de campo	29
1.7	Estruturação da pesquisa	33
2	EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO: CAMINHOS CRUZADOS	35
3	A COMUNICAÇÃO E A EDUCAÇÃO COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS	41
4	A COMUNICAÇÃO E A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DOS APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO (AIE)	51
5	POLÍTICAS PÚBLICAS DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	60
5.1	Público, privado e estatal: algumas considerações no campo da comunicação social	64
5.2	A radiodifusão educativa no Brasil	70
5.3	A radiodifusão educativa na UFU	78
6	REPRESENTAÇÕES A RESPEITO DA TV UNIVERSITÁRIA DA UFU ..	89
6.1	Dos dirigentes e produtores de conteúdo da RTU/TVU	89
6.1.1	<i>Dos propósitos da TV Universitária</i>	90
6.1.2	<i>Das contribuições da TVU para a comunidade universitária</i>	96
6.1.3	<i>Das dificuldades ou limitações enfrentadas pela TVU</i>	99
6.1.4	<i>Das alternativas para a superação das dificuldades</i>	105
6.1.5	<i>Questões de aprofundamento</i>	111
6.2	Da comunidade universitária: alunos, técnicos administrativos e docentes ..	116
6.2.1	<i>Os resultados</i>	117
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
	REFERÊNCIAS	130
	APÊNDICE A – Modelo dos instrumentos utilizados para coleta de dados ..	138
	APÊNDICE B – Modelo dos instrumentos utilizados para coleta de dados (Produção de conteúdos e equipe técnica)	139

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação se insere no âmbito da linha de pesquisa Estado, Políticas e Gestão em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e pretende contribuir com a pesquisa científica sobre a educação mediada pelas Tecnologias da Comunicação e da Informação (TICs), especificamente pela radiodifusão educativa, no contexto de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), no país.

Para isso, o estudo procura conhecer e analisar criticamente o papel educativo da TV Universitária da UFU, ao longo dos anos de 1996 a 2011, por meio da análise das representações de atores sociais direta e indiretamente envolvidos com a prática diária da emissora, representados por seus gestores e produtores de conteúdo e, por integrantes dos três segmentos da comunidade universitária: alunos, técnicos administrativos e docentes da instituição, durante o período analisado.

Considera-se neste trabalho que, embora seja tema presente na academia, a radiodifusão educativa ainda permanece como discurso político-ideológico, pois ainda não se consolidou como política pública e, do ponto de vista científico, é fonte de muitos dissensos conceituais, tais como:

- a) Pode a educação, mediada pela radiodifusão, dar-se de modo pleno e eficiente?
- b) O que é radiodifusão educativa? Quais são as suas potencialidades e limitações?
- c) Como se conceitua, no campo da comunicação, o público, o privado e o estatal?
- d) O que é TV Educativa?
- e) O que é TV Universitária?
- f) O marco legal das telecomunicações no país atende às demandas da educação mediada pelas TICs?
- g) Quais têm sido as resultantes das políticas públicas de radiodifusão educativa no ensino superior?

Todas estas indagações apontam para a necessidade de pesquisas científicas e o presente trabalho, embora sem a pretensão de estabelecer verdades absolutas e tampouco de esgotar o tema, procura respostas a estas questões e considera a possibilidade de que, ao final, aponte questionamentos para estudos futuros.

1.1 O interesse pelo tema

O interesse pela realização do presente trabalho é fruto histórico de minha formação profissional, iniciada na minha cidade natal, Coromandel-MG, quando comecei a produzir textos, *spots* e *jingles* publicitários para campanhas eleitorais veiculadas em uma rádio local, enquanto cursava o segundo grau em uma escola pública.

Posteriormente, durante o curso de graduação, tive a oportunidade de exercer o cargo de Coordenador de Comunicação do Diretório Central dos Estudantes da então Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), hoje Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Tal experiência possibilitou, dentre outras ações, a participação direta na criação de um periódico impresso, semanal, e a criação, produção e apresentação de um programa de entrevistas, intitulado “Universidade Aberta”, em 1992, vinculado ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) e veiculado pela Rádio de Frequência Modulada (FM), da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FAEPE), conveniada com a UFLA, que permaneceu no ar até o ano de 1994.

Dentre os objetivos desse programa radiofônico figuravam a cobertura jornalística do movimento estudantil local, por meio da divulgação de notícias de interesse dos discentes da universidade, a divulgação de informações relativas à popularização da ciência e da tecnologia, produzidas no âmbito da mesma, por meio de entrevistas com professores, pesquisadores, técnicos administrativos e alunos de graduação e de pós-graduação, assim como também, a divulgação da agenda oficial da UFLA, onde a população local e regional era convidada a participar dos eventos promovidos pelas unidades acadêmicas e administrativas da instituição.

Sem restrições ou cerceamento da linha editorial do programa “Universidade Aberta” por parte da Reitoria, este se consolidou como um espaço livre para a comunicação dos estudantes, diretamente com a comunidade local.

Posteriormente, na condição de servidor técnico-administrativo do quadro permanente da UFLA, tendo sido admitido em concurso público em dezembro de 1994, e ainda como aluno de graduação, continuei a produzir e apresentar o informativo semanal “Universidade Aberta”, como produção independente – tendo concluído o mandato junto ao DCE -, além de atuar na Rádio Universitária FM, como monitor, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX) daquela instituição, desenvolvendo atividades de operação e técnica de áudio e locução, nos fins de semana.

Após a conclusão do curso de graduação, em julho de 1998, a convite do então Reitor, Prof. Dr. Fabiano Ribeiro do Vale, passei a integrar a equipe da Coordenadoria de Comunicação da PROEX daquela IFES, e a atuar efetivamente na área de Comunicação Institucional da universidade que contava com emissora de rádio, jornal impresso e eletrônico, revistas e boletins técnicos de circulação regional e nacional. Tal fato levou-me a requerer, junto ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte, o registro de Jornalista Provisionado, de acordo com as leis federais que regulamentam a profissão no país. Atendendo às determinações da legislação vigente e com o auxílio do Subdelegado titular da Sub-sede do referido sindicato na cidade de Lavras, jornalista Passos de Carvalho, obtive o registro MG 00123 PROV, com o qual passei a exercer legalmente a profissão, sendo também, filiado à Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

Nesse contexto, iniciei uma experiência que muito contribuiu para definir a minha inserção profissional na área de comunicação, que foi a oportunidade de participar da produção da série educativa para televisão denominada “Minuto do Campo”, na UFLA. Pioneira do gênero no Brasil, a série foi composta por cem vídeos educativos, de um minuto de duração cada, que abordavam os mais diferentes temas dentro das ciências agrárias, área de excelência da ESAL/UFLA, os quais foram veiculados em rede estadual de televisão.

Diante da repercussão positiva do “Minuto do Campo” a série passou a contemplar outras áreas do conhecimento, além das ciências agrárias, sendo produzida também em outras IFES do Estado e seu nome passou a ser “Minuto do Campus”. Nesta nova fase a série passou a ser veiculada em rede nacional com especial repercussão em todo o sudeste e centro-oeste brasileiro.

No ano de 1998 fui designado pelo Reitor da UFLA para integrar a comissão de implantação de uma emissora de TV Universitária, a partir da conquista da concessão de uma estação repetidora mista junto ao Ministério das Comunicações, à FAEPE, para a execução dos serviços de retransmissão televisiva na cidade de Lavras.

Conveniada com a UFLA, a TV Universitária de Lavras (TVU/UFLA) – inaugurada como repetidora no dia 3 de setembro de 1999 e posteriormente transformada em geradora -, de cunho eminentemente educativo, foi concebida e implantada com o propósito de servir à divulgação e à popularização da ciência e tecnologia resultantes das pesquisas desenvolvidas pela universidade em parceria com as agências de fomento à pesquisa, mais notadamente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Comissão de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e outras como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e a Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), entre outras, na microrregião de Lavras – MG.

Dentre as atividades desenvolvidas nesse período, tive a oportunidade de assumir a Direção Administrativa da Emissora de TV, desde sua implantação e vivenciar a necessidade da captação de recursos financeiros para viabilizar a sua manutenção, o que constituía o principal desafio administrativo da TV.

Outro aspecto importante nesse contexto foi conhecer e conviver com o distanciamento ou estranhamento entre as características técnico-administrativas e operacionais de uma TV, daquelas consolidadas pela cultura organizacional de uma instituição pública federal, neste caso específico a UFLA, com suas particularidades regimentais e legais sensivelmente diversas da realidade de uma emissora de TV, que trabalha numa perspectiva de gestão de tempo e recursos significativamente diferente de uma instituição de ensino.

Em consequência desse fato, ocorreram entraves no processo produtivo nos primeiros meses de operação da TV, como por exemplo, a dificuldade de se compatibilizar o uso dos veículos da instituição para realizar as coberturas jornalísticas fora do horário de expediente normal da universidade, como nos horários noturnos, fins de semana e feriados.

Além disso, diante do significativo crescimento da audiência, a emissora enfrentou um grande desafio associado à linha editorial a ser adotada. Não obstante pertença a uma instituição educativa, somente após intensos debates, foi definida a vertente de jornalismo a ser praticado na TVU/UFLA, dentre as diferentes visões propostas. Uma, de natureza “factual” e de grande apelo popular, era relacionada à cobertura de fatos ocorridos na sociedade como todo, com grande potencial de audiência, embora sob pena de reproduzir o modelo de jornalismo tendencioso, sensacionalista e superficial, veiculado por grandes emissoras comerciais de sinal aberto do país; a outra, seria adotar a chamada *educomunicação*¹ ou jornalismo educativo crítico, que pretende contribuir para a formação do cidadão, em sua totalidade.

¹ Conceito que designa a inter-relação entre comunicação/educação que propõe o uso de recursos tecnológicos modernos e técnicas da comunicação na aprendizagem. A partir dos trabalhos do Dr. Ismar de Oliveira Soares, Coordenador do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) do Departamento de Comunicações e Artes da ECA/USP e de outros pesquisadores do Brasil e da América Latina, constituiu-se um referencial teórico que sustenta a *educomunicação* como campo de diálogo, espaço para o conhecimento crítico e criativo, para a cidadania e a solidariedade.

Após intensas discussões que contaram com a participação da equipe técnica e dos gestores das diferentes instâncias administrativas da TV, como direção administrativa e direção de jornalismo - e da instituição como um todo -, envolvendo a UFLA e a FAEPE, concessionária da emissora, esta opção, da *educomunicação*, foi adotada.

Entretanto, no início de sua operação, a TVU/UFLA produziu e veiculou notícias que normalmente são pautadas por empresas de TV comercial, notadamente as de sinal aberto, como assassinatos e acidentes de trânsito ou acidentes do trabalho com vítimas fatais, dentre outros, que tiveram lugar de destaque na programação, com direito, inclusive, a trilha sonora especial na escalada², como no caso de um duplo homicídio onde um jovem casal de família tradicional da cidade fora sequestrado e morto.

As imagens no local do crime foram gravadas à noite, sob forte chuva – fato que conferiu um toque extra de ação e suspense na cobertura do crime. A cobertura das investigações policiais gerou grande impacto emocional na sociedade local e, nos dias seguintes, foram veiculadas reportagens e notas pela emissora, mostrando as ações dos investigadores e os desdobramentos do processo, quando então a TV levou ao ar, na íntegra, a reconstituição da cena do crime.

Esta “matéria” ou “reportagem” contou com a participação do próprio repórter – que era também o âncora do principal jornal da emissora -, funcionário da TV Universitária, que assumiu o papel da vítima na encenação do crime.

Na reconstituição, o repórter teve os pés e as mãos amarrados – por outro personagem que fazia o papel do assassino - e, para dar mais realidade no processo de tentativa de elucidação do crime, deitou-se na posição em que, supostamente, a vítima recebera os tiros que o mataram. Outros fatos, como reportagens sobre crimes passionais com cenas gravadas no local dos acontecimentos, acidentes na rodovia Fernão Dias - que fica a apenas doze quilômetros da cidade – também se tornaram manchetes na emissora, nesta sua primeira fase de existência.

Nesse sentido, tanto os parâmetros definidos para as direções de jornalismo, bem como a produção de reportagens de TV, associadas a fatos semelhantes com os acima citados, foram analisados por Bordieu, resultando na constatação de que “o princípio da seleção é a busca do sensacional, do espetacular. A televisão convida à *dramatização*, no duplo sentido:

² Escalada é a apresentação das manchetes do telejornal na abertura de cada edição. Seu objetivo é atrair a atenção do telespectador desde o início do telejornal e informar sobre as principais notícias da edição. Via de regra é o resumo das tragédias e catástrofes do dia que a redação conseguiu apurar!

põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico.” (BORDIEU, 1997, p. 25, destaque do autor).

Seria este o papel de uma emissora de TV Educativa? De uma TV Universitária, mais especificamente? Isto, apesar de reconhecer que são inegáveis a tragédia e a dor das famílias que perdem seus filhos ou entes queridos e que é inquestionável a comoção dos telespectadores.

A relevância deste debate - que vai além da visão pessoal ou das percepções e convicções dos ocupantes de cargos nas TVs, seja na área administrativa ou de jornalismo, que à época não se esgotou, foi transformada em questionamentos que até hoje permanecem à procura de respostas e que, de alguma forma, encontram-se relacionados com o problema a ser investigado neste trabalho.

Em síntese, a experiência vivenciada como gestor, produtor e apresentador de programas de rádio e de TV contribuiu decisivamente para assumir, profissionalmente, a área de comunicação, tendo inclusive passado a atuar no setor privado da comunicação, na emissora de rádio Cultura AM 770 kHz, de Lavras, em programa musical e informativo, diário, com participação de ouvintes, ao vivo, via telefone – e por cartas - e que permitiu estabelecer um contato próximo com pessoas das mais diversas origens econômicas, educativas, culturais e sociais.

Posteriormente, em setembro de 2002, por questões familiares, requeri minha transferência da UFLA, para a UFU, onde iniciei minhas atividades junto à Diretoria de Comunicação Social (DIRCO), atuando na TV Universitária da Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia (RTU)³ também chamada TVU - em fevereiro de 2003. Novamente, para atender às exigências legais para o exercício da profissão, e atendendo ao disposto na legislação federal, obtive junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o registro de Jornalista Profissional, definitivo, com registro sob o número: MG 08365 JP, conforme consta de minha carteira profissional de trabalho, emitida pelo referido Ministério.

Além de atuar na redação da TVU da UFU passei a integrar a equipe de produção e a apresentar o programa jornalístico “TVU no Campus”, informativo diário, com trinta minutos de duração, apresentado ao vivo no horário de meio dia e meia.

Em abril de 2003, fui convidado pelo então diretor de Comunicação da UFU, Prof. Paulo Roberto Franco Andrade, a assumir a Gerência Administrativa da Emissora de TV da

3 A Fundação Rádio e Televisão de Uberlândia (RTU) funciona, mediante comodato, no Bloco 1S do Campus Santa Mônica da UFU que, dentre outros órgãos, abriga a DIRCO com suas divisões de Rádio e TV. Esta atuação profissional, como servidor da UFU junto à emissora da TVU, deu-se mediante convênio de mútua colaboração, no âmbito do Ministério da Educação, assinado entre ambas as instituições.

UFU. Desta atuação, além das questões administrativas do dia-a-dia, foi enriquecedora a minha participação em congressos e seminários sobre TV Educativa, como as edições do Seminário Nacional de Programação de TVs Universitárias em Gramado-RS, Salvador-BA e Brasília-DF, onde aspectos como produção de conteúdos, financiamento e função social das emissoras educativas, além da programação, propriamente dita, dentre vários outros, foram analisados e debatidos nas plenárias, mesas redondas e conferências que também deixaram no ar, provocações instigantes e desafiadoras que continuam a povoar o universo das TVs Educativas do país, especialmente das TVs Universitárias ligadas às IFES.

Em 2007, nomeado pelo Reitor da UFU, Prof. Dr. Arquimedes Diógenes Ciloni, tive a oportunidade de compor a comissão formada para o estudo e elaboração do projeto de implantação do curso de Comunicação Social, habilitação em jornalismo da UFU. Em conjunto com os professores da FAGED/UFU, e com colegas da emissora, também integrantes da comissão, realizamos estudos acerca da matriz curricular, dos profissionais e da estrutura física que seriam necessários à implantação do referido curso, situação esta, que gerou grandes expectativas no interior do grupo, considerando que a sua implantação poderia, dentre outros aspectos, trazer melhorias para a DIRCO como um todo, e para a TVU, em particular.

Como membros da comissão, tomamos conhecimento da existência de um projeto de criação do curso de Comunicação Social da UFU, coordenado pela então servidora da DIRCO, Dr^a Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, que foi utilizado como referência inicial para conduzir os trabalhos do grupo.

Nesse contexto, vale mencionar que a comissão formulou a proposta de implantação do curso de Comunicação Social, baseado na perspectiva político-pedagógica crítica, da *educomunicação*, acima mencionada.

Procurada pela equipe da Comissão de Implantação, a direção da FAGED – e posteriormente o Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED) –, aceitou o desafio de abrigar o curso e prontamente determinou a sua implantação, após aprovação pelo Conselho Universitário (CONSUN), órgão máximo da UFU, por meio da Resolução nº 25/2008, de 29 de agosto de 2008.

Entretanto, após a implantação do Curso, com a mudança equipe gestora da UFU e da DIRCO no ano de 2009, o diálogo até então existente entre a direção da FAGED, juntamente com a Coordenação do Curso e a DIRCO (envolvendo Rádio, TV, Assessoria de Imprensa e Jornal Impresso) deixou de existir por motivos desconhecidos para grande parte da

comunidade universitária, anulando a possibilidade de serem disponibilizados recursos financeiros, tanto para recuperação e atualização do parque técnico da DIRCO, quanto para a possibilidade de buscar financiamento junto às agências oficiais de fomento à pesquisa, por meio da elaboração de projetos oriundos das equipes de docentes e alunos do Curso de Jornalismo, assim como também foi igualmente descartada a utilização dos espaços das emissoras de Rádio e TV e da Assessoria de Comunicação para a realização de estágios e como apoio às práticas laboratoriais dos alunos.

Em maio de 2009, juntamente com as professoras do já implantado Curso de Comunicação Social/Habilitação Jornalismo da FAGED/UFU, Prof^a Dr^a Adriana Cristina Omena dos Santos – atual Coordenadora - e Prof^a Dr^a Mirna Tonus, o diretor administrativo da TV Legislativa de Uberlândia, Ronaldo Ferreira e a então gerente da Rádio Universitária da UFU, Jacqueline Batista, tive a oportunidade de participar do II Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado em Brasília, na Câmara e no Senado Federal.

Como ação resultante da participação desta equipe no referido Fórum, constituímos a Comissão Uberlandense Pró-Conferência Nacional de Comunicação (CUP/CONFECOM) cuja realização fora discutida no evento, em Brasília, e que aconteceria no ano seguinte em todo território nacional. Esta comissão coordenou a etapa local da Conferência, e conseguiu mobilizar representantes dos vários segmentos como trabalhadores em comunicação, representantes de rádios e TVs comunitárias, representantes de empresas públicas e privadas de comunicação e educação, UFU, Prefeitura e Câmara Municipal de Uberlândia (PMU) dentre outros, para a realização da 1ª Conferência Municipal de Comunicação, com o objetivo de proporcionar à comunidade local e regional a possibilidade de atuar, ativamente, na elaboração do novo Marco regulatório que iria redefinir o futuro das telecomunicações no país. O que, de certa forma, foi feito. Para tanto, foram realizadas oficinas e *workshops* preparatórios tanto para a etapa local, quanto para as etapas estadual e nacional, contemplando temas como: Marco regulatório e Democratização da comunicação, Radiodifusão pública e comunitária, Acessibilidade na comunicação e Produção de conteúdos, dentre vários outros.

Ao final da etapa Estadual da Conferência, realizada na capital mineira, na qual atuei como delegado regional, fui eleito como um dos delegados federais para a etapa nacional, em Brasília, onde apresentaríamos e defenderíamos em plenárias as propostas surgidas em Uberlândia e consolidadas em Belo Horizonte, bem como as demais propostas oriundas dos outros estados da federação que realizaram suas conferências, cujos conteúdos fossem coerentes com os objetivos fundamentais da democratização e da evolução das relações entre

os mais diferentes atores envolvidos com o campo das telecomunicações no país. Nesta última etapa, após as discussões e votações nas plenárias, as propostas finais subsidiariam documentos – Projetos de Lei – que, dentro dos agendamentos políticos, seriam encaminhados ao Congresso Nacional com propósito de que, após a apreciação pela Câmara e pelo Senado, ganhassem força de Lei, sancionadas pelo Presidente da República, a exemplo do que ocorreu com a determinação pelo governo federal da obrigatoriedade da classificação indicativa⁴ na programação das emissoras de TV no Brasil.

A experiência adquirida com a atuação como delegado nas três etapas – local, estadual e nacional - consolidou ainda mais o desejo de ampliar meu conhecimento acerca deste fascinante e contraditório universo da comunicação social brasileira, no contexto da construção da cidadania e consolidação da democracia em nosso país.

Por outro lado, em setembro de 2008, a convite das professoras coordenadoras do Centro de Atenção à Pessoa com Deficiência (CEPAE), da UFU, Cláudia Dechichi e Lázara Cristina, tive a oportunidade de participar como responsável técnico na elaboração do “Projeto de Inclusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na programação local da TV Universitária da UFU”.

Aprovado pela Secretaria de Educação Superior do MEC (SESu/MEC) o projeto, no valor de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) permitiu a contratação de intérpretes de LIBRAS, treinamento de pessoal e a compra de equipamentos como câmera filmadora, tripé para câmera, microfones e gerador de caracteres e de edição de vídeo para a inserção da tradução simultânea da programação local da TV para a LIBRAS, dando às pessoas surdas de Uberlândia e região, a possibilidade de assistirem à programação da Emissora em seu próprio idioma. Ou seja, tratava-se de um projeto de inclusão social por meio da comunicação pública.

Entretanto, ainda em sua primeira fase, já no ano de 2009, aos quatro meses de funcionamento, o projeto foi tirado do ar pela nova administração da TV, sendo que até o presente momento, a equipe coordenadora do projeto não foi informada sobre os motivos que provocaram tal suspensão; informações que inclusive, pudessem auxiliar na prestação de contas do projeto junto à entidade financiadora, ou mesmo à comunidade local, particularmente às pessoas com deficiência.

⁴ Classificação indicativa instituída pela Portaria nº 1.220, de 11 de julho de 2007, do Ministério da Justiça que regulamenta as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, relativas ao processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres.

Retornando ao ano de 2008, durante a campanha eleitoral para a reitoria da UFU, ocorrida nos meses de agosto a outubro, os candidatos estabeleceram um forte debate sobre a política de comunicação da universidade focando, em especial, a TVU que durante os anos de 2007 e 2008, em momentos específicos, teve suas atividades parcialmente paralisadas⁵ – a exemplo de várias outras paralisações ocorridas ao longo de sua história – por motivos tais como reforma e adequação das instalações e dos estúdios, troca de cenários e ajustes de equipes, como o registrado numa matéria denominada: “Parada, TV da UFU chega a gastar R\$ 50 mil/mês: TV Universitária recebe apenas a verba do contrato com a Câmara”, veiculada pelo Jornal Correio de Uberlândia (MENDES, 2008).

Nesta ocasião, em uma votação realizada entre os membros da equipe da TVU, fui eleito presidente do comitê gestor para reativar a sua programação, e a partir daí tive a oportunidade de acompanhar e atuar no campo das questões técnicas envolvidas com uma série de licitações relacionadas com a compra de equipamentos para a emissora, que seriam utilizados para viabilizar uma reforma que deveria ser finalizada no mês de maio desse mesmo ano.

Entretanto, por motivos técnicos relacionados às compras e a questões administrativas das empresas envolvidas nas licitações, o prazo estimado foi prorrogado por meses o que provocou desgastes da administração junto à comunidade universitária.

Depois de concluída a reforma da TVU sua programação foi retomada com o programa “TVU Campus”, assim como também com reportagens e veiculação de partes dos debates entre os candidatos a reitor, nos quais tive oportunidade de atuar como mediador. Estes programas, assistidos com interesse pela comunidade interna e externa, tornaram-se destaque na mídia local, tal como mostrado pelo jornal Correio de Uberlândia, por abordarem as eleições na UFU.

Nos programas dos candidatos a reitor da UFU, a TV Universitária é citada dentro de tópicos que propõem a remodelação do centro de comunicação. Os candidatos afirmam que a produção científica é grande e a divulgação pequena. Em entrevista, dizem que é preciso dinamizar o setor de comunicação (rádio, tevê, jornal e assessoria de imprensa). O professor Guimes Rodrigues Filho acredita que o primeiro passo seria contratar alguém que entenda da área para gerenciar a televisão, para que possa propor as mudanças necessárias à reitoria. “Hoje o diretor de comunicação é um cargo de confiança da reitoria, discutimos isso com o setor e entendemos que

⁵ Diante da necessidade de promover reformas na TVU, as atividades foram suspensas, ficando apenas no ar, o programa “TVU Notícia”, único informativo produzido e veiculado pela TVU/UFU que não dependia totalmente de produção externa, sendo composto, basicamente, pela apresentação de notas “secas”, notas “cobertas” em cenários virtuais, situação esta que permitiu a sua produção, apesar das reformas em andamento na emissora.

tem que ser um técnico administrativo, alguém da área de comunicação”, disse o candidato. Ele entende que o problema da tevê é o gerenciamento, já que quem cuida da comunicação é um economista e “portanto não tem conhecimento específico da área”. A chapa “100% UFU” quer “reoxigenar a comunicação”, afirma o candidato a vice-reitor, Darizon Alves de Andrade. Segundo ele, a UFU produz muito, mas a rádio, a tevê e o jornal da universidade não conseguem fazer a produção chegar à comunidade. “Temos 1.200 estudantes de pós-graduação. Se a TV Universitária fizer uma reportagem por dia com cada uma dessas pesquisas, vamos gastar 1.200 dias de divulgação, isto é, não nos falta conteúdo e sim saber levar a universidade até a comunidade” O candidato Antônio Almeida afirma que vai “intensificar e fortalecer toda a programação da área de comunicação”. (MENDES, 2008).

O destaque dado à TVU/UFU no processo de consulta eleitoral de 2008 da instituição, em parte, justifica-se pelo fato de que a legislação eleitoral da UFU restringiu, até certo ponto, métodos convencionais de propaganda que, de alguma forma, limitaram o acesso à informação por parte da comunidade, assim, os debates na TVU tornaram-se um espaço importante de divulgação das propostas dos candidatos. Isto além de saber, tal como enfatizado por Bourdieu, que

os perigos políticos inerentes ao uso da televisão devem-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam de *o efeito do real*, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização. Ela pode fazer existir ideias ou representações, mas também grupos. As variedades, os incidentes ou os acidentes cotidianos podem estar carregados de implicações políticas, éticas etc. (BOURDIEU, 1997, p. 28, destaque do autor).

Apesar destas ações, a valorização do setor de comunicação da universidade continuou a ser questionado por segmentos da comunidade interna e externa, devido, tanto às dificuldades de manutenção e atualização de seu parque técnico, pagamento de despesas, taxas correntes, impostos e despesas de pessoal, quanto pelas alternativas escolhidas para a solução dos problemas, como também mostrou a seguinte matéria publicada em 2008:

A Fundação Rádio e TV Educativa de Uberlândia (RTU), que mantém com verbas públicas a TV Universitária, gasta pelo menos R\$ 50 mil por mês para pagar a manutenção de equipamentos parados e os salários de 18 funcionários, também parados [...]. A RTU contratou funcionários para atuar não apenas na área de televisão, mas em outros setores da área de comunicação da Câmara, porque o Legislativo não pode fazer contratações sem concurso público. De acordo com o presidente da Câmara, Hélio Ferraz, apenas a terceirização permite o funcionamento do setor de comunicação da Casa. “Não podemos mais contratar para cargos de confiança, por isso fizemos esse contrato com a TV Universitária e estamos satisfeitos” (MENDES, 2008).

Neste cenário de escassez de recursos, decorrente ou não de sua condição no organograma da universidade, um veículo de comunicação como a TVU, é continuamente obrigado a criar alternativas para captar recursos financeiros para se manter em funcionamento, tal como citado na matéria acima, colocando em questionamento, tanto a sua autonomia de gestão quanto a sua pretensa neutralidade editorial, na condição de veículo de comunicação pública vinculado ao setor educacional público.

Organizações, entidades e a própria mídia continuam a insistir, equivocadamente na existência de fronteiras nitidamente demarcadas entre interesses públicos e privados. Com isso, tentam justificar ações e posturas empresariais, cujo objetivo maior é legitimar a adoção de uma ética bastante particular. Na prática, tal empenho está associado à tese corrente, aceita sem maiores restrições, de que fundamental é garantir a sustentabilidade dos negócios (BUENO, 2009, p. 134).

Como resultante deste contexto, várias perguntas e questionamentos surgiram a respeito do sentido e significado de uma TV Universitária, que confluíram em grande parte, para a identificação da questão problematizadora deste trabalho: **até que ponto a TVU/UFU tem cumprido, efetiva e satisfatoriamente, seus propósitos constitucionais e regimentais, instituídos tanto pela legislação em vigor quanto pelas diretrizes oficiais constantes do seu projeto de implantação na UFU?**

Isto, considerando, tal como será apresentado no capítulo 5, que as políticas públicas de radiodifusão brasileiras aplicadas ao ensino superior, também vêm se apresentando à sociedade com interesses conflitantes interferindo, ao longo da sua história, na gestão das TV Universitárias, principalmente quando analisadas à luz dos fundamentos legais que definem a sua atuação como instrumentos de apoio às práticas educativas de formação crítica da população como um todo.

1.2 Objetivos geral e específicos

Diante desse contexto tem-se como objetivo geral neste trabalho, investigar quais têm sido as potencialidades de uso da TV Educativa, especificamente da TV Universitária da UFU, nos processos de ensino-aprendizagem no ensino superior, ao longo da sua história. Por sua vez, os objetivos específicos da pesquisa são os seguintes:

- a) Contextualizar a comunicação como direito fundamental e como aparelho ideológico de Estado, bem como analisar seu potencial educativo frente aos desafios da educação mediada;
- b) Contextualizar a radiodifusão educativa no Brasil e identificar as políticas públicas para o setor;
- c) Contextualizar historicamente a TV Universitária da UFU, desde a sua criação, tomando como referência o impacto e influência do marco regulatório das políticas públicas de radiodifusão aplicadas ao ensino superior, no período 1996-2011;
- d) Analisar criticamente a contribuição educativa da TVU no período 1996-2011 no seio da comunidade universitária, tomando como referência o conjunto de entrevistas semiestruturadas realizadas com os gestores e produtores de conteúdo da emissora, bem como os resultados das pesquisas de campo realizadas pela Comissão Própria de Avaliação Institucional da UFU⁶ (CPA) 2001-2005 e 2010.

1.3 Percurso metodológico

Considera-se neste trabalho o fato de que o problema delimitado foi identificado na esfera da vida prática, como discutido anteriormente, o que significa dizer que a definição do tema não se deu espontaneamente, da mesma forma que “o conhecimento não é espontâneo na medida em que surge de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos”, como nos aponta Minayo (1993, p. 90).

Cumprido, neste momento, ressaltar que, em razão da trajetória profissional do pesquisador, considerando fundamentalmente sua inserção no contexto das TVs Universitárias de Lavras e de Uberlândia – como evidenciado na introdução deste trabalho – bem como sua participação em congressos, encontros e seminários sobre TV educativa, optou-se nesta pesquisa por concentrar os estudos a cerca do objeto “televisão”, embora na UFU funcionem as emissoras de rádio e de TV.

Neste desafio de analisar o papel ou a função educativa da TVU/UFU, optou-se por buscar a descrição, análise e compreensão do seu processo histórico, mesmo considerando a diversidade de concepções acerca do que seja a realidade, com base nos fundamentos do

⁶ A CPA, foi instituída na UFU por meio da Portaria R nº 302 de 8 de abril de 2005, com o objetivo de conduzir o processo de avaliação interna da instituição, nos termos das diretrizes e portarias da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

materialismo histórico-dialético, lembrando que para Marx (1974), o estudo dialético da realidade encerra a materialidade histórica dos processos de produção e reprodução da existência dos homens, dentro do qual é possível compreender as lógicas e mecanismos de comportamentos ideologicamente construídos dentro de determinados contextos sociais de natureza política e econômica.

Nesse sentido, vale lembrar que o movimento dialético materialista-histórico de conhecimento da realidade, tal como demonstrado por Lefebvre (1979, p. 192)

é pensamento e realidade a um só tempo. Mas, a matéria e seu conteúdo histórico ditam a dialética do marxismo: a realidade é contraditória com o pensamento dialético. A contradição dialética não é apenas contradição externa, mas unidade das contradições, identidade: "a dialética é ciência que mostra como as contradições podem ser concretamente (isto é, vir-a-ser) idênticas, como passam uma na outra, mostrando também porque a razão não deve tomar essas contradições como coisas mortas, petrificadas, mas como coisas vivas, móveis, lutando uma contra a outra em e através de sua luta.

A tendência investigativa adotada nesta dissertação fundamenta-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa em educação, cuja característica central é verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias a partir da perspectiva dos participantes (GODOY, 1995).

Dada a natureza qualitativa, na presente pesquisa parte-se do pressuposto epistemológico de que existe uma relação dinâmica e indissociável, dialética, entre o mundo real e o sujeito, ou seja, entre os denominados mundos objetivo e subjetivo, motivo pelo qual a inserção do observador nas significações que os indivíduos atribuem aos seus atos deve contribuir para desvelar o sentido social que os indivíduos dão às suas interações cotidianas, como forma de se aproximar do objeto de investigação e, portanto, da compreensão das ações práticas dos sujeitos, em sua vida prática (CHIZOTTI, 1991).

Considera-se, portanto, no presente trabalho, que os fatos não podem ser considerados fora do contexto social, político e econômico, assim como também se admite que as contradições se transcendam dando origem a novas contradições, que passam a requer solução e propõe vislumbrar as possibilidades da incompletude e parcialidade dos fatos e dos processos históricos relacionados à construção do conhecimento acadêmico.

1.4 Distanciamento do objeto

Essa perspectiva de pesquisa se aplica também ao pesquisador, na medida em que existe grande aproximação entre a trajetória de vida do mesmo e o objeto de estudo, embora tenha sido licenciado das funções profissionais para a realização deste trabalho.

O reconhecimento desta relação torna-se de fundamental importância para a realização da presente pesquisa, uma vez que, tal como afirma Ghedin (2004), no estudo das ciências humanas é muito difícil separar o sujeito de seu objeto pesquisado pois é próprio das ciências humanas essa íntima ligação entre sujeito e objeto.

Segundo Demo, por ser ligada à práxis, ou seja, à prática histórica em termos de conhecimento científico para fins explícitos de intervenção, este tipo de pesquisa não esconde a ideologia, mas também não deve perder o seu rigor metodológico (DEMO, 2000, p. 22).

Nesse sentido, alguns métodos qualitativos seguem esta direção, como por exemplo, pesquisa participante, pesquisa-ação (DEMO, 2000), considerando que apesar de que o distanciamento é capaz de promover, diante da exigência de objetividade e neutralidade, um isolamento de variáveis de seu contexto histórico (RICOEUR, 1990), este se torna necessário não como fim, mas como meio da pesquisa uma vez que, “o cientista dos fatos culturais, pertencendo tanto ele como seu objeto estudado a uma determinada tradição, só terá acesso adequado a seu objeto, se dele não se afastar, se permanecer dentro desse universo em estudo” (GHEDIN, 2004, p. 9).

Ou como bem afirmaria o próprio Ricoeur (1990) “O distanciamento não é o produto da metodologia [...] ele é constitutivo do fenômeno do texto como escrita e ao mesmo tempo é a condição para que possa haver interpretação”.

Só haverá interpretação verdadeira quando for criado um certo distanciamento frente a essa cultura onde estamos plantados. Para compreender o que nós somos é preciso introduzir sempre uma atitude de suspeita que produz uma determinada separação entre não só o sujeito e o texto, mas também uma cisão dentro do próprio sujeito. O distanciamento não é somente alienante nas circunstâncias acima apontadas, mas é também a condição de possibilidade de toda e qualquer compreensão e interpretação autênticas (GHEDIN, 2004, p. 9).

Com este posicionamento, a relação de proximidade entre sujeito e objeto, observando-se o rigor metodológico, contribui de forma decisiva para a apreensão da realidade dos fatos, ainda que considerada nossa incapacidade de captá-la em sua totalidade.

1.5 Procedimentos de pesquisa

De acordo com a seção 1.4, a presente pesquisa de natureza qualitativa, assumida no contexto da pesquisa participante, foi desenvolvida de acordo com os seguintes procedimentos:

a) pesquisa bibliográfica e documental⁷ destinada à compreensão do estado da arte do contexto de pesquisa em questão. Dentre os materiais analisados encontram-se:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos,
- Constituição da República Federativa do Brasil,
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB),
- Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT),
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA),
- Estatuto e Regimento Interno da Universidade Federal de Uberlândia,
- Estatuto da Fundação Rádio e televisão Educativa de Uberlândia (RTU),
- Projeto de Implantação da TV Universitária da UFU,
- Leis, decretos, pareceres e outros documentos “infraconstitucionais” emitidos pelo Governo Federal, notadamente pelo Ministério das Comunicações, direcionados à regulamentação da radiodifusão educativa no país,
- Bibliografia especializada,
- Sites oficiais do Governo Federal e de instituições correlatas ao estudo tais como: UFU; Fundação RTU/TV Universitária; Diretoria de Comunicação UFU; Presidência da República; Senado Federal; Câmara Federal; Ministério das Comunicações; Ministério da Educação; Anatel; TV Brasil; Abraço Nacional; Intervozes; Intercom; Confibercom; FNDC; Portal CAPES; Scielo; Carta Maior e CMI Brasil, dentre outros.

⁷ Na pesquisa documental, a palavra documentos deve ser entendida de uma forma ampla incluindo materiais escritos como jornais, revistas, livros, cartas, dados estatísticos e elementos iconográficos como fotos, imagens, filmes etc. GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

- b) Pesquisa de campo por meio da realização de entrevista semiestruturada com os gestores e produtores de conteúdo da TV Universitária, que atuaram na emissora durante o período estudado;

A entrevista semiestruturada possibilita dar voz ao entrevistado e produz um discurso compartilhado com o pesquisador cujo resultado é um texto híbrido, com os olhares e representações de entrevistador e entrevistado. A entrevista semiestruturada prioriza o planejamento e a forma como os depoimentos – recolhidos, reunidos e escritos – serão expostos e analisados.

É importante ressaltar que

as entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal (BONI; QUARESMA, 2005, p. 68-80).

Por esse motivo, a entrevista semiestruturada faz emergir novas possibilidades de análise que permitem aos entrevistados falar do assunto em reflexão com tranquilidade e, assim, inconscientemente ou não, expressar as suas redes complexas de relacionamentos e vivências sociais e nestas os conteúdos subjetivos passíveis de serem percebidos e apreendidos pelo pesquisador.

- c) Estudo do ponto de vista dos membros da comunidade universitária – alunos, técnicos administrativos e professores - acerca da TVU, por meio da análise dos resultados das pesquisas de autoavaliação institucional da UFU, realizadas pela CPA, no período analisado. Para este estudo das representações dos membros da comunidade universitária foram analisados os resultados das pesquisas de autoavaliação institucional da UFU, realizadas pela CPA, nos anos de 2001/2005 e 2010.

1.6 Critérios de escolha, número de sujeitos e organização da pesquisa de campo

Para escolher os sujeitos da pesquisa, considerando a sua natureza qualitativa e a característica de pesquisa participante, foram seguidas as recomendações de Bourdieu, citadas por Boni e Quaresma no que diz respeito ao fato de que,

para se obter uma boa pesquisa é necessário escolher as pessoas que serão investigadas, sendo que, na medida do possível estas pessoas sejam já conhecidas pelo pesquisador ou apresentadas a ele por outras pessoas da relação da investigada. Dessa forma, quando existe uma certa familiaridade ou proximidade social entre pesquisador e pesquisado as pessoas ficam mais à vontade e se sentem mais seguras para colaborar (BONI; QUARESMA, 2005, p.76, destaque nosso).

Ainda de acordo com Boni e Quaresma (2005, p. 76), esse mesmo autor aconselha que,

na medida do possível, falar a mesma língua do pesquisado, ou seja, o pesquisador deve descer do pedestal cultural e deixar de lado momentaneamente seu capital cultural para que ambos, pesquisador e pesquisado possam se entender. Se isso não acontecer provavelmente o pesquisado se sentirá constrangido e a relação entre ambos se tornará difícil. O pesquisador deve fazer tudo para diminuir a violência simbólica que é exercida através dele mesmo.

Nesse sentido, a definição dos sujeitos da pesquisa de campo, foi realizada a partir da escolha dos gestores e dos produtores de conteúdo que trabalharam na TVU/UFU no período de 1996 a 2011, tendo em vista a necessidade de aprofundar o conhecimento da realidade a partir da identificação de variáveis tanto de ordem pessoal – em se tratando dos sujeitos participantes das atividades da emissora – quanto de ordem social, entendidas estas como fruto das interações entre estes diferentes sujeitos no seu convívio diário no contexto institucional.

Desta forma, o elemento determinante para a escolha dos sujeitos da pesquisa foi fundamentado na necessidade de se descrever e compreender o referencial simbólico, os valores, os códigos e as práticas do universo cultural subjacente à TVU, por meio da localização e entrevista dos:

- a) Diretores e gerentes de todas as gestões administrativas da TVU durante o período analisado, considerando as diferentes vertentes ideológicas, valores e princípios pessoais, procurando, tal como descrito anteriormente, minimizar as interferências político-ideológicas sobre os dados coletados, pois, como afirma Bourdieu (1997, p. 25):

[...] os jornalistas, levados a uma só vez pelas propensões inerentes à sua profissão à sua visão de mundo, à sua formação, às suas disposições, mas também pela lógica da profissão [...], em função de categorias de percepção que lhes são próprias, têm “óculos” especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem.

- b) Produtores de conteúdos da TVU no período acima citado, considerando que cabe a estes a definição de temas para a seleção e produção dos conteúdos produzidos pela TVU, assim como também pelo fato deles, direta ou indiretamente em cada período de gestão e de acordo com as suas atribuições, participarem das reuniões técnicas de produção onde, dentre outros aspectos, definem-se os temas que serão abordados na programação da TV.

Vale ressaltar que, ao constatar durante a análise das respostas das entrevistas que não tem havido interferência direta da administração superior da UFU na tomada de decisão acerca dos conteúdos produzidos pela TVU ao longo da sua história, não foi considerado necessário entrevistar estes gestores, além de corroborar a tese de que as visões e percepções próprias dos gestores da emissora e dos produtores de conteúdo possibilitaram uma leitura acurada dos critérios de tomada de decisão na TV Universitária da UFU.

Por outro lado, com a finalidade de preservar a identidade dos entrevistados, cada sujeito foi identificado com um código, formado pela letra do grupo correspondente, seguido de um dígito identificador, tal como mostrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Organização da comunidade entrevistada para realização da pesquisa de campo

Grupo	Identificador do entrevistado	Característica central	Entrevistados (Total=15)	Crítérios de escolha	Nº de sessões (entrevistas)
A	A1 A2 A3 A4 A5 A6	Técnicos administrativos, docentes que tenham atuado como diretor ou diretora da Fundação RTU e/ou da Diretoria de Comunicação da UFU	6	Ter atuado ou estar atuando como diretor(a) de comunicação social da UFU ou como diretor(a) executivo(a) da Fundação RTU durante o período de 1996 a 2010.	6 de 40 minutos cada = Total de 4 horas de entrevistas
B	B1 B2 B3 B4	Técnicos administrativos do quadro da UFU ou da RTU que tenham atuado diretamente no processo de produção de conteúdos da TVU	4	Ter atuado ou estar atuando diretamente no processo de produção de conteúdos da TVU	4 de 40 minutos cada. Total = 2,6 horas de entrevistas.

Depois de confirmar a participação dos dez entrevistados selecionados, foi elaborado um cronograma de trabalho a partir da distribuição dos mesmos de acordo com as funções que exerceram na TVU no período 1996-2011, em consonância com os critérios de seleção adotados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP)⁸ da UFU, tal como demonstrado no Quadro 1.

Os dez profissionais que concederam entrevistas, sem exceção, demonstraram interessante, boa vontade e disposição para participarem do processo e também se prontificaram a complementar as informações caso houvesse alguma falha, esquecimento ou equívoco durante as gravações das entrevistas. Chamou a atenção o fato de, espontaneamente, sete entrevistados terem dito que não haveria problema algum caso fossem identificados ao longo da dissertação, dando mesmo a entender que deveriam ser identificados.

O primeiro grupo, denominado A, foi constituído pelos entrevistados que atuam ou atuaram como diretor(a) de comunicação social da UFU ou como diretor(a) executivo(a) da RTU durante o período de 1996 a 2011, cujos dígitos identificadores correspondem a.: A_1 , A_2 , A_3 , A_4 , A_5 , A_6 . O segundo grupo, denominado B, foi integrado por aqueles sujeitos da pesquisa que atuaram com técnicos administrativos do quadro da UFU ou da RTU, que atuaram, ou que atuam, diretamente no processo de produção de conteúdos da TVU. Seus dígitos identificadores correspondem a: B_1 , B_2 , B_3 , B_4 .

O procedimento de coleta de dados foi semelhante para todos os participantes. Para a realização das entrevistas, foram marcados os encontros nos locais designados pelos entrevistados, em sua maioria nos seus locais de trabalho – previamente agendados para não haver interrupções –, bem como na residência ou em salas de aula desocupadas, para aqueles que não mais atuam na emissora e que ainda trabalham nos *campi* da UFU. As entrevistas duraram, em média, 40 minutos e totalizaram 6 horas e 40 minutos de trabalho. Com o propósito de gravar e proteger as informações coletadas durante as entrevistas, os registros orais dos entrevistados foram integralmente gravados num gravador digital e também em um notebook, com software específico para gravação de áudio, para posterior transcrição e análise qualitativa.

Deve-se ressaltar que, durante a realização das entrevistas, foram encontradas dificuldades para cumprir o planejamento das reuniões previstas, em razão de compromissos inesperados de alguns dos entrevistados. Isto implicou na modificação do cronograma

⁸ Instituído em 25 de agosto de 1997, o CEP, da UFU, que atua em parceria com o CNPq e o Ministério da Saúde, recebe, avalia e emite relatórios e pareceres parciais e finais, sobre os projetos de pesquisa com seres humanos desenvolvidas pela UFU e por outras IES do Triângulo Mineiro.

inicialmente previsto, que foi alterado para cumprir o processo de transcrição e análise dos dados coletados.

Considerando que também ocorreram momentos de emoção durante as entrevistas, foi exigido do pesquisador discrição, atitude de isenção e de relativo distanciamento, respeitando, dessa forma, o posicionamento do entrevistado.

A finalização deste momento foi feita com a análise dos dados coletados, ou seja, das formações discursivas e das representações dos sujeitos entrevistados acerca das políticas e das produções educativas da TV Universitária da UFU, no período de 1996 a 2011.

Os dados coletados foram transcritos pelo próprio pesquisador e para o tratamento dos mesmos foi realizada a análise qualitativa das formações discursivas dos sujeitos entrevistados, e quando considerado necessário, relatos verbais foram categorizados por frequências temáticas presentes nessas mesmas formações discursivas.

1.7 A estruturação da pesquisa

Finalmente, a dissertação encontra-se estruturada em sete partes principais, com o objetivo de facilitar a leitura e a visualização da mesma em uma lógica dedutiva, ou seja, do pensamento geral ao particular.

O capítulo 1, **Introdução**, apresenta a trajetória de vida do autor, relacionada ao tema, que levou ao interesse pela presente pesquisa. Ainda na introdução apresentam-se os objetivos geral e específico e o percurso metodológico.

No capítulo 2, denominado **Educação e comunicação: caminhos cruzados**, considera-se a estreita relação entre estas duas grandes áreas do conhecimento e analisam-se as possibilidades e limitações desta interação na busca de uma “didática dos meios” que possibilite a educação transformadora para além da sala de aula.

No capítulo 3, **A comunicação e a educação como direitos fundamentais**, parte-se do princípio de que a intersubjetividade, que caracteriza as relações humanas, exerce preponderante papel na construção e na observação dos direitos universais. É também apresentada uma análise das formas veladas de violação destes direitos por meio da intencionalidade não revelada que subjaz a produção e veiculação de conteúdos carregados de sentidos pelas emissoras de TV.

No capítulo 4, **A comunicação e a educação no contexto dos aparelhos ideológicos do Estado**, é abordado o uso das estruturas comunicacional e educacional como forma de

domínio e manutenção da base do sistema, ou seja, da infraestrutura, no conceito de Althusser, como mantenedora da superestrutura, ou da classe hegemônica. Considera-se neste capítulo o uso atual das técnicas de domínio e manipulação de massas, bem como a mercantilização da estrutura educacional e comunicacional públicas, para fins de divulgação e perpetuação da cultura de mercado.

No capítulo 5, **Políticas públicas de radiodifusão educativa** - considera-se que a esfera pública pode ser apreendida a partir da evolução da imprensa, na ótica do conceito de refuncionalização do princípio da esfera pública de Habermas. Assim, a dimensão econômico-financeira e relação entre mídia, mercado e poder público, constituem o pano de fundo do cenário em que se pretende estabelecer um novo marco regulatório para as comunicações no país.

No capítulo 6, **Representações dos dirigentes e dos produtores de conteúdo e da comunidade universitária, a respeito da TVU**, são apresentadas as análises das duas pesquisas que compõem o presente trabalho. Em um primeiro momento é apresentada a pesquisa de campo com os dirigentes e produtores de conteúdo que integraram quadro de colaboradores da TV Universitária da RTU, no período analisado. Por sua vez, no segundo momento, são analisados os resultados das pesquisas realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) a cerca das representações dos membros da comunidade universitária sobre a TV Universitária, na UFU, nos anos de 2001-2005 e 2010.

No capítulo 7, por fim, apresentam-se as **Considerações Finais**, tendo-se em mente que ciência não é acúmulo de resultados prontos, definitivos e que nosso objetivo é o de nos aproximar da realidade, mesmo reconhecendo nossa incapacidade de captá-la ou apreendê-la em sua totalidade.

2 EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO: CAMINHOS CRUZADOS

Toda ação comunicativa é uma atividade educativa e vice-versa! Esta expressão, apresentada pela então Coordenadora do Ciclo de Estudos realizado em 1985 pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), sintetiza as contribuições daquela edição que tratou das relações entre a comunicação e a educação. Já àquela ocasião, início da década de 1980, Kunsch, ao editar a obra, afirmara que

[...] emerge conceitualmente uma “didática da comunicação” envolvendo a educação e os meios de comunicação e uma “didática dos meios”, relacionada com a potencialidade dos mídia na organização do processo de ensino-aprendizagem como um processo de comunicação. (KUNSCH, 1986, p. 6, destaque da autora).

Neste cenário de rápidas e profundas transformações ligadas às tecnologias da comunicação e da informação, aos educadores - enquanto agentes transmissores da cultura e geradores de conhecimento - cumpre a tarefa de conhecer e interpretar os fatos numa perspectiva da dinâmica do dia a dia, estampada nos meios de comunicação, devendo, portanto, educação e comunicação andar juntas na construção de uma sociedade mais crítica, plena e democrática (KUNSCH, 1986).

Num aspecto mais amplo, partindo para as políticas públicas, embora as relações entre a comunicação de massa e os processos políticos democráticos tenham sido estudadas no panorama internacional nos últimos tempos, com destaque para autores como Keane, Gunther e Mughan, Putnam, Street e outros, a literatura brasileira não tem considerado apropriadamente esta relação entre comunicação e política, resultando no fato de que problemas atinentes à comunicação e à democracia nunca receberam a devida atenção, embora existam exceções como o caso da política e os novos meios de comunicação – a internet em particular – que tem despertado o interesse de pesquisadores, sobretudo os mais jovens, mais afeitos às mudanças e às inovações tecnológicas (GOMES; MAIA, 2008).

Ao prefaciar a obra “Educação e Mudança”, de Paulo Freire, Moacir Gadotti (1983, p. 10), evidencia que “Paulo Freire combate a concepção ingênua da pedagogia que se crê motor ou alavanca da transformação social e política” e, da mesma forma, combate sua concepção oposta: o pessimismo sociológico que preconiza que a educação reproduz mecanicamente a sociedade. E é exatamente neste ponto, parafraseando Gadotti (1983, p. 10), que neste trabalho, em que se analisam as potencialidades e as limitações da educação mediada,

acredita-se no “pensamento pedagógico que leva o educador e todo profissional a se engajar social e politicamente, a perceber as possibilidades da ação social e cultural na luta pela transformação das estruturas opressivas da sociedade”. Assim, concordando com a tese de Paulo Freire de que a educação é “essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização e que, por si só, não leva uma sociedade a se libertar da opressão” (GADOTTI, 1983, p. 10-11), é que, aceita-se a premissa de que a conscientização política e a compreensão das diversas formas de controle ideológico, especificamente das práticas veladas de cerceamento educacional e cultural por intermédio dos meios de comunicação de massa – e superando-as – é que se pode chegar à educação emancipatória, libertadora, valendo-nos das expressões de Paulo Freire.

Se, por um lado, são indiscutíveis a importância e presença física ou virtual dos meios de comunicação em todos os setores da vida social, por outro, e de não menos importância, reconhecemos o papel crucial que a educação tem no desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade. Se considerarmos que tais dimensões são marcas fundamentais da sociedade contemporânea e se apresentam como possibilidades de interação, em vista do aperfeiçoamento do bem público, (tanto a informação, quanto a educação assim o são), faz-se necessário, senão urgente, a compreensão de como tais campos podem interagir tendo em vista a consolidação de uma sociedade democrática em que os mecanismos para o exercício da plena cidadania estejam desobstruídos e acessíveis a toda e qualquer camada da população de modo mais igual e justo (MELO; TOSTA, 2008, p. 7).

Neste sentido muitas barreiras necessitam ser superadas, notadamente aquelas relacionadas à resistência à adoção das TICs como ferramentas de apoio às ações pedagógicas. Ainda hoje, no meio acadêmico, encontram-se posturas tanto contrárias quanto indiferentes à utilização de novas tecnologias como suporte pedagógico, como consta de um estudo realizado junto à comunidade acadêmica da UFU (SOUZA, 2010) no qual se constatou que somente 11% dos sujeitos pesquisados consideram as novas tecnologias de informação e comunicação em sala de aula como importantes para suas práticas docentes na atualidade. Tal constatação nos mostra que o assunto ainda é relativamente novo no meio acadêmico como elemento determinante.

Ainda de acordo com o estudo, 65% dos docentes entrevistados consideram que os conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento da docência no mundo contemporâneo são as técnicas e práticas pedagógicas, prescindindo das novas tecnologias como suporte à prática docente (SOUZA, 2010).

Entretanto, “nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais” (FREIRE, 1983, p. 61) e nesta sociedade da informação ou da cibercultura, para usar um termo corrente no meio, há que se considerar novas possibilidades em nossas práticas cotidianas que possibilitem tanto aprender quanto compartilhar novos conhecimentos.

Sobre este aspecto Malusá aponta para novas possibilidades advindas da adoção das tecnologias da comunicação no processo de ensino, nas quais o próprio objeto de estudo pode abrir-se a novas possibilidades de aprendizado.

É necessário agregar outros pólos de informação e de construção de conhecimento. Os modernos meios de comunicação e processamento da informação produzem impacto considerável na sociedade, especialmente nas práticas educativas por meio das TIC's educacionais. (MALUSÁ, 2004, p. 118).

Ao analisar as fronteiras entre comunicação e a educação Melo e Tosta (2008, p. 11) consideram a mídia como um sistema constituído pelos meios de comunicação “que funciona em convergência histórica com a rede educativa, particularmente a escola, onde se concretiza a formação dos cidadãos, sob a égide do Estado” e apresentam elementos acerca das distintas formas de lógica operacional da educação e da comunicação que, tanto podem constituir-se na origem dos distanciamentos entre estas duas grandes áreas do saber humano, quanto também podem nos indicar novos olhares e novas possibilidades para a superação destes desafios.

Já a escola tem seus alicerces fundados na racionalidade iluminista, trabalhando de modo sequencial, ordenado e sistemático, enquanto a mídia se estruturou de forma mais ágil, acompanhando os princípios da modernidade para atuar como um mosaico: informal, veloz, disperso. (MELO; TOSTA, 2008, p. 11).

Ainda que operem sob lógicas distintas, comunicação e educação estão em frequente relação e possuem laços de dependência (MELO; TOSTA, 2008).

Desta forma, a partir da simbiose entre educação e comunicação, podem ser criadas novas alternativas às concepções pedagógicas mais conservadoras que defendem as formas tradicionais de ensino, limitadas no tempo e no espaço, seja por suas próprias concepções, seja por ação deliberada daqueles que têm interesse direto na estagnação, como nos mostra Gadotti (1983, p. 11-12):

A tradição pedagógica insiste ainda hoje em limitar o pedagógico à sala de aula, à relação professor-aluno, educador-educando, ao diálogo singular ou plural entre duas ou várias pessoas. Não seria esta uma forma de cercear, de limitar a ação pedagógica? Não estaria a burguesia tentando reduzir certas manifestações do pensamento das classes emergentes e oprimidas da sociedade a certos momentos, exercendo sobre a escola um controle não apenas ideológico, mas também espacial? Abrir os muros da escola para que ela possa invadir a rua, invadir a cidade, a vida, parece ser ação classificada de não-pedagógica pela pedagogia tradicional.

Em um país em que a televisão está presente em mais de 97% dos lares (IBGE, 2010) – notadamente a TV aberta como é o caso da TV Universitária da UFU que, além do sinal a cabo, pago, opera também no canal aberto, de forma gratuita para o telespectador (UFU, 2010d) – se bem compreendida e bem empregada - de forma sistemática, por meio de políticas públicas efetivas -, este veículo pode constituir-se em um importante aliado no processo de ensino-aprendizagem, para além das divisas dos *campi*, contribuindo, assim, para a efetiva consolidação dos direitos à comunicação e à informação na esfera pública.

Corroborando esta linha de raciocínio, ao examinarem as “chances reais da esfera pública política”, entendida como a garantia da democracia moderna, Gomes e Maia (2008, p. 22) afirmam que a cena política contemporânea, é “quase integralmente midiática e, portanto, organizada segundo as lógicas próprias da visibilidade controlada pelos meios de massa e dependente do seu sistema de funcionamento”.

Embora Melo e Tosta defendam que estejamos em um novo momento em relação à evolução histórica da comunicação – ulterior à comunicação mediada, bem como à midiática, analisada por Gomes e Maia (2008) –, como sendo a comunicação digital, da sociedade dos serviços, das linguagens e dos processos comunicacionais, ainda assim, a televisão – mesmo com a grande expansão da internet – ocupa lugar de grande destaque.

Estamos inseridos nessa terceira fase da História da Comunicação, equivalente à era digital, e nem sequer conseguimos dimensionar as consequências dessa “revolução tecnológica”, ou saber se iremos desaguar em uma quarta fase, ainda mais veloz ou complexa. Por isso, os estudos relacionados à comunicação midiática, dos meios eletrônicos, principalmente a TV, são da maior importância e atuais, já que a “telinha” ainda é a principal fonte de informação no mundo. (MELO; TOSTA, 2008, p. 15)

Evidencia-se, desta forma, a importância de considerarmos os meios de comunicação de massa como espaços interativos, dinâmicos, fundamentais aos processos de consolidação dos interesses coletivos, sobrepondo o bem comum aos interesses particulares, ao mesmo tempo em que se evidencia a necessidade de aprofundamentos nos estudos nessa área do conhecimento, sobretudo em se tratando das políticas públicas de educação e comunicação - como suporte ao desenvolvimento econômico, social e cultural -, com efetivo envolvimento da sociedade civil neste processo, como apontam Gomes e Maia a partir do pensamento de Habermas em “Direito e democracia”.

[...] a esfera pública é o domínio social em que os fluxos de comunicação provenientes dos contextos da vida concreta de atores sociais, individuais ou coletivos, são condensados e filtrados como questões, indagações em contribuições, firmando-se ao redor do centro do sistema político como força tendente a influenciá-lo de modo favorável à esfera civil. Representa basicamente o provimento de pressões e alternativas, provenientes do corpo da sociedade, para a legitimação da decisão política (GOMES; MAIA, 2008, p. 119).

Entretanto, para que se configure na vida concreta um campo de legitimação política favorável à esfera civil e que se atinja na esfera pública política o que Habermas define como *refuncionalização* na esfera pública literária - o “processo ao longo do qual o público constituído pelos indivíduos conscientizados se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado [...]” (HABERMAS, 2003, p. 68) -, muito há que se superar no tocante às configurações e (des)equilíbrios estabelecidos historicamente neste espaço – e assim têm se mantido – tanto entre as forças antagônicas, desproporcionais, quanto aos desafios internos específicos de cada um dos componentes deste campo de disputa.

Os problemas começam a aparecer quando confrontamos essa noção de esfera pública com o que sabemos sobre o funcionamento da política contemporânea, notadamente em suas relações com a comunicação de massa. A chamada política midiática é organizada segundo a lógica dominante nos próprios meios de comunicação, transformando-se, portanto, em atividades de luta pela construção e pela gestão de imagens, e pela produção da opinião pública predominante. Assim, é organizada segundo princípios de persuasão e sedução, tornando-se cada vez mais refratária à argumentação coerente e demonstrativa (GOMES; MAIA, 2008, p. 121).

Assim, torna-se desafiador analisar o modo pelo qual os meios de comunicação de massa, particularmente a televisão, interferem na criação de um espaço de diálogo social e de intercâmbio de percepções e saberes no espaço público.

A partir destas reflexões e tomando como referência a tese de Matos de que devemos viver um novo paradigma neste campo, considerando que “a comunicação pública exige a participação da sociedade e seus seguimentos” (MATOS, 2009, p. 52), passamos a discutir, em seguida, a comunicação e a educação, enquanto direitos fundamentais, como base legal para elaboração e implementação das políticas públicas de radiodifusão educativa no país, frente às atuais demandas do setor.

3 A COMUNICAÇÃO E A EDUCAÇÃO COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS

O fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo é o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis. Este preceito - fundamental - é a primeira das considerações que sustentam a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”⁹ que, em seu artigo XIX, assegura que “toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.” (ONU, 2006, p. 171).

Por sua vez, a dignidade humana - considerando todas as pessoas e cada pessoa humana individualmente -, bem como os direitos fundamentais, “somente fazem sentido quando compreendidos pelo prisma da intersubjetividade que marca as relações humanas” (SARLET, 2007, p. 7).

Em uma sociedade onde a velocidade e a quantidade da informação circulante aumentam constante e exponencialmente, as possibilidades e os desdobramentos das interações comunicacionais são cada vez maiores e, neste contexto, por outro lado, preservam-se os processos dialógicos, de interação social, que perpassam as relações humanas na construção de seu arcabouço moral e legal, ainda que mediados pelas tecnologias inovadoras surgidas na área das comunicações, cada vez mais presentes no cotidiano do cidadão comum.

Não é à-toa, portanto, que se tem frisado com crescente ênfase o caráter comunicativo e relacional da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais, que, no contexto do que já há algum tempo vem sendo denominado de sociedade da comunicação e da informação, assume ainda maior relevo. (SARLET, 2007, p. 7).

Ao analisarmos, sob esta ótica, a fundamentação dos direitos universais, constatamos que o caráter inter-relacional ou intercomunicacional das relações humanas (representado pela intersubjetividade - que pressupõe a comunicação conscienciosa, sustentada na reciprocidade, na alteridade) - sua premissa básica -, é também, como afirma Sarlet (2007), a responsável pela origem mesma da dignidade e dos próprios direitos fundamentais.

Neste sentido, ao tratarmos de direitos humanos em educação e comunicação, no contexto deste trabalho, referimo-nos a uma esfera pública na qual nosso objeto de estudo, a radiodifusão educativa, representa, ao mesmo tempo, papel de mediadora, como agente

⁹ Adotada e proclamada pela resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948.

promotor das condições para que a concretização dos direitos humanos se dê no espaço educativo público, para além da sala de aula, ou seja, atua como instrumento promotor da troca de saberes e opiniões, onde as pessoas compartilham seus conhecimentos e constroem sua intersubjetividade, ou nas palavras de Maia (2008, p. 94) como “fórum de debate cívico”, quanto também, por outro lado, represente o papel de agente ativo neste sistema, atuando como fonte geradora de conhecimento a ser difundido. Haja vista que, em seu processo de escolha e tratamento de conteúdos, a televisão transmite, ou pode transmitir, silenciosamente, influências por meio de opiniões e valores pessoais – ou de grupos –, representados pelo conjunto das atitudes de seus atores durante o processo, na medida em que estes possuem opiniões e percepções individuais próprias, portanto passíveis de interpretações e juízos diversos daqueles que recebem estas informações – por vezes passivamente –, o que, sabidamente, interfere sobremaneira na forma de percepção e de apropriação destas informações pelos cidadãos telespectadores, pois “os *media* não são “canais” ou “provedores” neutros de informação, mas instituições híbridas, ao mesmo tempo políticas, econômicas e cultural-profissionais, que estabelecem relações tensas, conflituosas, com outros atores sociais” (MAIA, 2008, p. 95, destaque da autora).

Entretanto, de modo geral, temos consciência, tanto da importância social, quanto da importância de se conhecer pormenorizadamente as formas de operação e atuação, enquanto formadores de opiniões, pelas quais se utilizam os meios de comunicação de massa para a construção de significados - intencionais ou não, explícitas ou veladas -, pois,

se, por um lado, os meios massivos nos deixam atônitos e estupefatos ao se dar conta de seu peso na cotidianidade das pessoas – fala-se mesmo no seu poder avassalador na (re)interpretação dos fatos, na (de)formação do imaginário coletivo, na influência decisiva em processos eleitorais –, por outro critica-se a concentração de seu poder em poucas mãos, o que tem trazido resultados perversos para uma efetiva democratização (PERUZZO, 1998, p. 15).

Diante da grande expansão e complexificação dos processos comunicativos na sociedade de massas (SARLET, 2007) - em parte como resultante dos grandes avanços científicos e tecnológicos ocorridos na área das telecomunicações -, percebemos seus efeitos dinâmicos na sociedade, que

[...] se mostram ora positivos, ora negativos, dependendo da visão de mundo, de homem e de história que se tenha, dos interesses individuais e coletivos, latentes e manifestos, que estão em jogo. Nos fluxos e contrafluxos que atravessam os continentes e as nações, algo de espantoso é a riqueza que têm assumido as formas e os conteúdos da comunicação no âmbito mundial, os

quais se apresentam cada vez mais sofisticados e condicionantes da vida dos povos contemporâneos e adquirem um caráter quase obrigatório para quem quer obter uma informação mais direta nos vários âmbitos da vida social (PERUZZO, 1998, p. 15).

Assim, a garantia dos direitos humanos relativos à interface comunicação e educação, no âmbito da esfera pública, passa, inegavelmente, pela dimensão cultural, considerando a capacidade de análise crítica dos cidadãos – telespectadores - de perceberem por meio das informações apresentadas e, principalmente, por aquelas omitidas ou carregadas de sentidos intencionalmente produzidos pelos conteúdos das programações das emissoras de TV, pois

a televisão pode, paradoxalmente, ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade (BOURDIEU, 1997, p. 24).

Não se consideram neste trabalho, portanto, violações explícitas dos direitos humanos ou mesmo possíveis arbitrariedades no campo da comunicação e da educação, mas sim a natureza desigual das relações de poder que subjazem a utilização da estrutura comunicacional – pública – instalada no país, ou seja, as formas veladas de descumprimento do estabelecido tanto na “Declaração Universal dos Direitos Humanos” quanto na LDB, bem como das premissas legais e do marco regulatório da radiodifusão educativa e das demais leis relativas à educação, estabelecidos no país.

Adotar este recorte – ao tratarmos da radiodifusão educativa - não significa, no entanto, fechar os olhos à existência de formas violentas de censura ou de violações nesta área, pois, embora com o fim da ditadura militar em 1985, não tenha

havido aplicação, por exemplo, dos artigos autoritários da Lei de Imprensa que possibilitam o recolhimento de material impresso, ou mesmo um uso excessivo das leis de injúria, calúnia e difamação que configurem censura na prática (INTERVOZES...¹⁰, 2005, p. 20),

mesmo assim, a censura - entendida como forma de descumprimento dos direitos humanos, – ainda hoje exige atenção da sociedade civil, pois como aponta o relatório "Violência e

¹⁰ Em atividade desde 2002, o INTERVOZES: Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. Para o Intervozes, o direito à comunicação é indissociável do pleno exercício da cidadania e da democracia. Para conhecer mais acesse: <<http://www.intervozes.org.br/>>.

Liberdade de Imprensa no Brasil”, realizado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos da FENAJ, publicado em 2007,

em 2006 foram 68 casos de violência e de cerceamento da liberdade de imprensa no Brasil, a maioria com divulgação restrita. Entretanto acreditamos que este número pode ser maior, pois avaliamos que muitos casos ainda deixam de ser denunciados. [...] As formas de expressão dessa violência que busca calar a boca da imprensa podem atingir facetas extremas. Em 2006, foram quatro casos de assassinatos de profissionais da área, o dobro do número registrado no ano anterior, e oito de prisão e tortura, quatro vezes mais que o denunciado no relatório passado. Além do seqüestro da equipe da TV Globo, em 2006 houve ainda sete atentados e sete casos de ameaças contra jornalistas, mesma quantidade registrada em 2005. Foram situações extremas de risco e morte às quais foram submetidos profissionais em um País que cada vez mais se sedimenta como sendo perigoso para o trabalho da imprensa. (FENAJ, 2007, p. 6).

Dentre os entraves reais à liberdade de expressão no Brasil, destacam-se quatro formas principais:

- a) Ações de censura por meio do Poder Judiciário;
- b) Concentração e oligopólio dos meios de comunicação;
- c) Falta de liberdade de manifestações públicas e;
- d) Censura implícita e velada (INTERVOZES..., 2005).

Na busca de solução para estes entraves e para a criação de espaços para ambientes democráticos, após analisar a provisão constitucional e as leis que garantem a liberdade de expressão, a ausência de ações governamentais ou de empresas que restrinjam a liberdade de expressão e a garantia ativa do cumprimento das leis de liberdade de expressão, bem como a adoção de medidas ativas para a promoção de uma atmosfera de abertura e discussão ampla, o Coletivo Intervozes apontou, na terceira versão do seu “Relatório da Pesquisa Direito à Comunicação no Brasil”, divulgado em junho de 2005, que “a implementação das leis que garantam essa liberdade esbarra em questões de ordem prática e sofre muitas vezes os efeitos do poderio econômico na comunicação” (INTERVOZES..., 2005, p. 20).

Portanto, há muitos desafios a serem superados na construção da democracia plena, em relação a estas formas violentas e contundentes de violação dos direitos à comunicação, de tal forma que o Brasil também é signatário de outros tratados internacionais que abordam essa questão, como o “Tratado Internacional de Chapultepec”, a “Declaração Americana Sobre Direitos Humanos”, a “Carta Democrática Interamericana” e a “Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão” (INTERVOZES..., 2005).

Especificamente no que concerne a este trabalho, voltamos nosso olhar à censura implícita e velada, como a forma de violação dos direitos humanos relativos à comunicação e à educação, pois, corroborando as evidências apontadas no relatório "Violência e Liberdade de Imprensa no Brasil" (FENAJ, 2007), temos que

uma democracia plena e irrestrita prevê o fim da censura de qualquer tipo – sutil ou agressiva, tácita ou explícita, política ou econômica, social ou individual. A existência de ações sutis de controle e de censura merecem grande reflexão no Brasil, pois podemos encontrar ameaças veladas ou explícitas de demissão de profissionais, censura a matérias jornalísticas e artigos que contrariam interesses políticos ou empresariais, além de exposição a pressões e constrangimentos variados. Essas são práticas correntes porque, embora a liberdade seja garantida pelo direito positivado, não existem no país leis que explicitamente atinjam ações que atacam a plena liberdade de expressão, a não ser quando há [censura] explicitamente ou dinheiro envolvidos. (INTERVOZES..., 2005, p. 20).

Esta censura velada, por meio das relações de poder no ambiente das emissoras de TV, é também discutida por Bourdieu. Além dos efeitos da pressão do tempo exercida sobre os convidados dos programas televisivos e sobre os próprios jornalistas e apresentadores, nas emissoras - e as condições de comunicação impostas pelo tempo escasso, somados à perda da autonomia pela imposição do assunto - pois o personagem é convidado para tratar de determinado assunto, cabendo a ele tão somente aceitar ou não -, também, o aspecto político pode levar, como apontado pelo autor, a uma censura invisível.

É verdade que há intervenções políticas, um controle político (que se exerce sobretudo através de nomeações para os postos dirigentes); é verdade também que - particularmente em um período no qual, como hoje, há um exército de reserva e uma enorme precariedade de emprego nas profissões da televisão e da rádio - a propensão ao conformismo político é maior. As pessoas se conformam por uma forma consciente ou inconsciente de autocensura, sem que haja necessidade de chamar atenção (BOURDIEU, 1997, p. 19).

Portanto, além da explícita observação dos direitos fundamentais do homem relativos à educação e à comunicação e do cumprimento da legislação específica do setor de radiodifusão educativa, voltamos nosso olhar a um nível mais profundo de garantia destas premissas básicas, por tratar-se, em última análise, de intersubjetividades, que, como expresso

na “Carta de Brasília”¹¹, são valores últimos desejados pela sociedade, tal como o direito à vida e à liberdade dentre outros.

A Comunicação é um direito humano que deve ser tratado no mesmo nível e grau de importância que os demais direitos humanos. O direito humano à comunicação incorpora a inalienável e fundamental liberdade de expressão e o direito à informação, ao acesso pleno e às condições de sua produção, e avança para compreender a garantia de diversidade e pluralidade de meios e conteúdos, a garantia de acesso equitativo às tecnologias da informação e da comunicação, a socialização do conhecimento a partir de um regime equilibrado que expresse a diversidade cultural, racial e sexual; além da participação efetiva da sociedade na construção de políticas públicas, tais como conselhos de comunicação, conferências nacionais e regionais e locais. A importância do direito humano à comunicação está ligada ao papel da comunicação na construção de identidades, subjetividades e do imaginário da população, bem como na conformação das relações de poder. (CARTA..., 2007, p. 319-320).

Tal como abordado anteriormente, em virtude das TVs Universitárias - inseridas no contexto das Universidades Federais -, estarem sujeitas tanto à legislação federal que regula as emissoras de radiodifusão educativa, quanto também àquela que regulamenta a educação pública no país, nossa análise sobre a “Declaração Universal dos Direitos do Homem” alcança também seu artigo XXVI, que trata, de modo amplo, do direito à educação que, juntamente com a comunicação, constitui o objeto de estudo do presente trabalho.

[A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz]. (ONU, 2006, p. 172-173).

De modo mais particular, o artigo XXVII da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, traz que “Toda a pessoa tem o direito de [tomar parte] livremente [na] vida

¹¹ A Carta de Brasília consta do relatório do Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 - Direito Humano à Comunicação: Um Mundo, Muitas Vozes, realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM) e o Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH), nos dias 17 e 18 de agosto, com o apoio da Subsecretaria de Direitos Humanos, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, UNESCO e Universidade de Brasília (UnB), realizado na Câmara dos Deputados, em Brasília. A Carta de Brasília contém a síntese dos consensos estabelecidos no Encontro e oferece subsídios para a formulação de políticas públicas destinadas a consagrar o direito à comunicação como direito humano fundamental e de fazer avançar a implementação do conjunto de direitos humanos relativos à comunicação no país.

cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar [no] progresso científico e [nos] benefícios [que deste resultam]” (ONU, 2006, p. 173).

Em se tratando especificamente das leis nacionais relativas à comunicação e à educação, como direitos elementares, a “Carta Constitucional da República Federativa do Brasil”, promulgada no final de 1988 e que entrou em vigor a primeiro de janeiro de 1989 - chamada “Constituição Cidadã” -, garante expressamente ao cidadão e à cidadã brasileiros – natos ou naturalizados – esses dois direitos fundamentais.

Embora não tenha sido mencionada com muito destaque nas Constituições Federais Brasileiras de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, a Comunicação Social recebeu um “capítulo” específico para sua regulamentação na “Carta Magna” de 1988.

Além de cinco artigos específicos sobre a Comunicação Social (art. 220, 221, 222, 223 e 224), a “Constituição Cidadã”, traz ainda, em outros capítulos do texto, várias referências diretas e indiretas de interesse e relevância para a Comunicação Social como, por exemplo, o direito de resposta, assegurado no parágrafo V, do 5º artigo, dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, dentre outros.

Ainda dentro do título II, sobre os Direitos e Garantias Fundamentais, a “Carta Magna Brasileira”, em seu capítulo I, que trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, em relação aos parâmetros regulatórios gerais da Comunicação Social no país apresenta: “artigo IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL, 1988).

Em seu capítulo V – dentro do título VIII “Da Ordem Social” - a Constituição Federal trata, especificamente, da Comunicação Social no país e expressa, em seu art. 220, que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”. Ao que se seguem seus parágrafos e incisos que regulamentam a liberdade de imprensa no país.

§ 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º - Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º - A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º - Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º - A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade. (BRASIL, 1988).

De modo análogo, também compete ao Estado legislar e – fundamentalmente - prover as demandas educacionais do país. Assim, ao analisarmos, de modo particular, as finalidades da Educação Superior no Brasil, estabelecidas pela LDB, constatamos que os caminhos da educação e da comunicação cruzam-se, também, legalmente. Em seu capítulo IV, art. 43, especificamente o inciso IV, a LDB estabelece como finalidade

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

[...]

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996, p. 27.838).

No título VI, que trata dos profissionais da educação, art. 62, é regulamentada a utilização das tecnologias de radiodifusão no processo de formação destes professores

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

[...]

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância (BRASIL, 2009, p. 1).

E, por fim, no art. 80, a LDB determina que “o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.” (BRASIL, 1996, p. 27.841). No parágrafo

4º a LDB garante incentivos governamentais ao uso da radiodifusão no processo de ensino-aprendizagem, ao assegurar que a educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

- I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;
- III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o poder público, pelos concessionários de canais comerciais (BRASIL, 1996, p. 27.841).

Não obstante a legislação brasileira seja enfática quanto aos propósitos da radiodifusão, como no art. 221 da Constituição, reproduzido a seguir, a subjetividade do termo “educativa” – tendo em vista a construção da intersubjetividade apontada no início deste capítulo -, nos faz conviver com uma programação orientada para a os índices de audiência, ou seja, para o mercado, em última análise, em detrimento de conteúdos que contemplem a cultura, a educação e formação do ser integral, em conformidade com o disposto na “Carta Magna” sobre este aspecto:

- Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:
- I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
 - II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
 - III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;
 - IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. (BRASIL, 1988).

Ainda que ações efetivas de práticas de radiodifusão educativa tenham sido implementadas por emissoras brasileiras como, por exemplo, os pioneiros “Vila Sésamo” - (*Sesame Street*) criado em 1969 nos Estados Unidos e adaptado pela TV Cultura em parceria com *Children’s Television Workshop* e TV Globo, entre outubro de 1972 e março de 1977 -, e o “Castelo Rá-Tim-Bum”, produzido pela TV Cultura de São Paulo em 1994, dentre outros, (CARNEIRO, 1999), grosso modo, na prática verificam-se ações que parecem indicar o contrário, ou seja, distanciar-se dos propósitos educativos da TV, como objeto de concessão pública. “Na verdade, o que se está fazendo, em grande parte, com os meios de comunicação, é *comunicado*. Em lugar de haver comunicação real, o que está havendo é transferência de dados, que são ideológicos e que partem muito bem vestidos” (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p. 15, destaque do autor).

Embora Paulo Freire e Sérgio Guimarães tenham escrito este que é o volume dois da série Diálogos “Sobre Educação” ainda no início dos anos de 1980, consideraram, já àquela época, a possibilidade de interação entre emissor e receptor de mensagem – uma via dupla de comunicação entre televisão e telespectador – ainda que feita por meio do telefone, como a realidade técnicas permitia à época, e apontam tanto a centralidade do problema, ora posto, quanto um possível caminho para sua superação.

[Paulo Freire] - [...] não tenho dúvida nenhuma de que, por exemplo, a chamada unidirecionalidade do canal de comunicação é algo muito discutível. A televisão, por exemplo, não é necessariamente, imutavelmente unidirecional, entendes? E é até evidente o que estou dizendo: pode-se usar a televisão com ida e volta. No Brasil mesmo temos programas em que há uma participação muito grande de telespectadores.

[Sérgio Guimarães] - Sim. Os programas da Rádio e Televisão Cultura são um exemplo.

[Paulo Freire] - Através do telefone, inclusive, não? Quer dizer: as soluções técnicas podem ser facilmente encontradas pelos homens e pelas mulheres de televisão, que são os especialistas nisso. O problema é, de novo, esse: quem tem o poder sobre os meios de produção? Até que ponto um meio desses, a televisão, se constitui numa rede monopolista? Enquanto monopólio de um certo grupo de força, de poder, o risco que você tem, que a sociedade civil inteira tem, é o de ficar manipulada pelos interesses de quem tem o poder sobre esse meio de comunicação. (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p. 14-15).

Assim, nas atuais possibilidades de interações em tempo real proporcionadas pela tecnologia da TV Digital – como será discutido no capítulo 5 -, antevistas por Freire e Guimarães (1984), podem residir alternativas para a superação destas questões técnicas, restando, portanto, o equilíbrio das forças em disputa pelo controle dos meios de comunicação no país, permitindo-se nesta esfera, mais espaço, real, ao cidadão comum, com seu aparelho de TV em casa.

Como ressaltado anteriormente, embora a legislação brasileira garanta ao cidadão estes direitos universais relativos à comunicação e à educação, implementar e consolidar sua prática é um processo complexo que pode não ser compreendido em sua totalidade pela maioria da população e que, por isso mesmo, demanda, tanto do Estado quanto da sociedade civil, atenção especial voltada ao estabelecimento de um novo cenário que seja, de fato, propício à prática, democrática, da radiodifusão educativa no país.

4 A COMUNICAÇÃO E A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DOS APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO (AIE)¹²

Antes mesmo de se constituírem como direitos do homem, expressos na “Declaração Universal”, como vimos anteriormente, comunicação e educação, a exemplo dos demais direitos do homem, como tal, foram conquistados e incorporados historicamente pela humanidade em suas diferentes sociedades, ou parte delas - ainda que de forma incipiente, ao longo das sucessivas gerações.

Entretanto, com o advento da segunda grande guerra – ou antes mesmo de sua deflagração -, houve o grande e violento retrocesso nas conquistas sociais e o rompimento, em escala global, com a história de construção da consciência e da implementação dos direitos humanos, pois “a barbárie do totalitarismo significou a ruptura do paradigma dos direitos humanos, por meio da negação do valor da pessoa humana como valor-fonte de direito” (PIOVESAN, 2006, p. 9).

Após este período perturbador da história humana, tiveram lugar ações consistentes com o objetivo de sistematizar e implementar estes princípios de modo mais amplo, o que resultou no Direito Internacional dos Direitos Humanos e “seu desenvolvimento pode ser atribuído [...] às monstruosas violações de direitos humanos da era Hitler, e à crença de que parte destas violações poderia ser prevenida se um efetivo sistema de proteção internacional de direitos humanos existisse.” (PIOVESAN, 2006, p. 9).

Peça chave neste processo de usurpação dos direitos humanos, o uso deliberado da estrutura de comunicação do Estado como instrumento de alienação e dominação das massas, dentre outras referências históricas, tem sua origem nas ações do governo nazista alemão e, ainda hoje, suas premissas – mesmo que veladamente empregadas - podem ser facilmente reconhecidas nas modernas técnicas de comunicação de massa, especialmente empregadas nas campanhas políticas e comerciais.

Quando ingressou no NSDAP (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei) em 1919, Hitler procurou inspirar-se no princípio da arte total wagneriana aplicando-a no terreno da política de massas, encenando todas as suas aparições públicas de orador do partido como se fosse a entrada de um célebre tenor nos palcos de um teatro. Esse tipo de propaganda nazista adotada como ferramenta de condução da nação alemã foi tão importante

¹² Segundo Althusser, são diversos os espaços – ou instituições – que cumprem o papel de Aparelhos Ideológicos do Estado na sociedade moderna: AIE religiosos (o sistema das diferentes Igrejas), AIE escolar (o sistema das diferentes “escolas” públicas e privadas), AIE familiar, AIE jurídico, AIE político (o sistema político, os diferentes Partidos), AIE sindical, AIE cultural (Letras, Belas Artes, esportes, etc.) e o nosso objeto de estudo, ou seja, o AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc.).

que, em janeiro de 1933, uma das medidas mais imediatas foi a criação de um Ministério da Propaganda, com a direção de Joseph Goebbels. Este determinou que os símbolos, mensagens e slogans, enfim, os signos verbais e não-verbais do partido nazista e do seu guia Adolf Hitler, estivessem presentes no que fosse impresso ou no que circulasse no ar da comunidade alemã. A propaganda nazista buscava atingir o popular com mensagens carregadas de emoção, gerando uma concepção apaixonada sobre os discursos. Com isso, atingia-se o povo com uma semiose repleta de signos norteadores (índices), levando-o a crer que a Alemanha e seu líder tinham representações de “a grande matriarca” e “o Messias libertador”, respectivamente. (POLTRONIERI; SIMÕES; FREITAS, 2010, p. 225).

Neste contexto, ao analisarmos a influência dos meios de comunicação na sociedade moderna, é necessário termos em mente que, para fins de manipulação e domínio das massas, o sistema de comunicação eletrônica, ou de radiodifusão, independentemente de ser utilizado tanto como meio de comunicação unidirecional, ou seja, voltado para a emissão de informações em massa em um sistema de “mão única” - contrariando o modelo bidirecional defendido e exemplificado por Paulo Freire (FREIRE; GUIMARÃES, 1984), quanto – e aqui reside nosso principal problema – como via de mão dupla em que contemple a participação ativa e efetiva do “cidadão-telespectador”, ainda assim, em ambos os casos, o que devemos analisar é a intencionalidade na construção de sentidos por meio dos conteúdos veiculados, pois

[...] os meios de comunicação não são bons nem ruins em si mesmos. Servindo-se de técnicas, eles são o resultado do avanço da tecnologia, são expressões da criatividade humana, da ciência desenvolvida pelo ser humano. O problema é perguntar a serviço do que e a serviço de quem os meios de comunicação se acham (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p. 14).

Em sua nova configuração, no contexto das comunicações eletrônicas, a radiodifusão é hoje uma das mais dinâmicas forças existentes, que afeta não apenas as bases ideológicas como também as bases comerciais da sociedade e o controle dessa força pode significar o controle da própria sociedade. “O controle das comunicações é geralmente o primeiro passo para a aquisição da autoridade política, e neste sentido, situados no centro da organização moderna, os aparatos de informação distribuem mensagens em amplas direções” (KURTH, 2008, p. 679).

Este processo de dominação ou controle da sociedade possui uma lógica que sustenta sua existência - e consolidação -, e para entendê-la, recorreremos à metáfora do edifício, apresentada por Althusser, ao analisar o conceito de sociedade na perspectiva de Marx, em “O capital”.

Qualquer um pode facilmente perceber que a representação da estrutura de toda a sociedade como um edifício composto por uma base (infra-estrutura) sobre a qual erguem-se os dois "andares" da superestrutura constitui uma metáfora, mais precisamente, uma metáfora espacial: um tópicos¹³. Como toda metáfora, esta sugere, faz ver alguma coisa. O que? Justamente isto: que os andares superiores não poderiam "sustentar-se" (no ar) por si sós se não se apoiassem sobre sua base. (ALTHUSSER, 1987, p. 60, destaque do autor)¹⁴.

O autor nos mostra que a metáfora do edifício tem, então, como objetivo primeiro, representar a "determinação em última instância" pela base econômica, ou seja, esta metáfora espacial tem então como resultado dotar a base de um índice de eficácia conhecido nos célebres termos: determinação em última instância do que ocorre nos "andares" da superestrutura pelo que ocorre na base econômica. Portanto, para que a superestrutura se sustente, como asseverado por Althusser, fundamentado nas demonstrações de Marx, a base do sistema, ou seja, a infraestrutura, precisa ser igualmente mantida uma vez que ela é quem "sustenta" o sistema. "Não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais da produção: a reprodução dos meios de produção" (ALTHUSSER, 1987, p. 54).

Este é exatamente o papel que cumpre aos Aparelhos Ideológicos do Estado¹⁵, designados pelo autor como "um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas" (ALTHUSSER, 1987, p. 68) no papel de superestrutura jurídico-política e ideológica, manter a reprodução da força de trabalho (reprodução de sua qualificação) e ao mesmo tempo promover a reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, a reprodução da submissão dos operários à ideologia dominante por parte dos operários e uma reprodução da capacidade de perfeito

¹³ Tópico, do grego *topos*: local. Um tópico representa, num espaço definido, os locais respectivos ocupados por esta ou aquela realidade: desta maneira o econômico está embaixo (a base) da superestrutura em cima (nota do texto original).

¹⁴ Em Marx concebe-se a estrutura de toda a sociedade como constituída por "níveis" ou "instâncias" articuladas por uma determinação específica: a infraestrutura ou base econômica ("unidade de forças produtivas e relações de produção"), e a superestrutura, que compreende dois "níveis" ou "instâncias"; a jurídico-política (o direito e o Estado) e a ideológica (as distintas ideologias, religiosa, moral, jurídica, política, etc...)

¹⁵ Na tradição marxista o Estado é explicitamente concebido como um aparelho repressivo. O Estado é uma "máquina" de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à "classe" dos grandes latifundiários) assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista): "Estado é, antes de mais nada, o que os clássicos do marxismo chamaram de *o aparelho de Estado*. Este termo compreende: não somente o aparelho especializado (no sentido estrito), cuja existência e necessidade reconhecemos pelas exigências da prática jurídica, a saber: a política — os tribunais — e as prisões; mas também o exército, que intervém diretamente como força repressiva de apoio em última instância (o proletariado pagou com seu sangue esta experiência) quando a polícia e seus órgãos auxiliares são 'ultrapassados pelos acontecimentos'; e, acima deste conjunto, o Chefe de Estado, o Governo e a Administração". ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987. p. 62. Destaque do autor.

domínio da ideologia dominante por parte dos agentes da exploração e repressão, de modo a que eles assegurem também "pela palavra" o predomínio da classe dominante.

Juntamente com os demais AIE enunciados por Althusser (1987) - a saber, as instituições religiosas (o sistema das diferentes Igrejas), as escolas (o sistema das diferentes "escolas" públicas e privadas), a família, os aparatos jurídico, político (o sistema político, os diferentes Partidos), sindical e cultural (Letras, Belas Artes, esportes, etc.) -, o nosso objeto de estudo - o AIE de informação -, ou seja, a imprensa, o rádio e a televisão, ao lado do sistema educacional, no seu conjunto, representam as forças ativas controladas direta e ou indiretamente pelo Estado, para a manutenção da ordem social, tão necessária – na ótica conservadora - à preservação da superestrutura ou, de outro modo, representam a vigília ativa a serviço da acumulação e capital e da perpetuação, hegemonia e do predomínio da classe dominante.

Na escola, entendida como um AIE, para Althusser (1987, p. 57-58),

[...] aprende-se a ler, escrever e a contar, ou seja, algumas técnicas, e outras coisas também, inclusive elementos (que podem ser rudimentares ou ao contrário aprofundados) de “cultura científica” ou “literária” diretamente utilizáveis nos diferentes postos da produção (uma instrução para os operários, uma outra para os técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma última para os quadros superiores, etc.). Aprende-se o “know-how”.

Neste sentido Apple nos relata a realidade vivenciada em seu país de origem, os EUA, com relação às disputas de poder, referentes ao uso das estruturas educacional e comunicacional como instrumentos de difusão da cultural e da lógica de mercado, agindo direta e exatamente na base da sociedade, ou seja, sobre o sistema educacional.

Os meios e os fins envolvidos na prática e na política educacionais são o resultado de lutas empreendidas por poderosos grupos e movimentos sociais para tornar seu conhecimento legítimo, para defender ou aumentar seus padrões de mobilidade social e para incrementar seu poder na arena social mais ampla (APPLE, 1997, p. 24).

A visão de Apple vai além da utilização das estruturas comunicacionais e educacionais instaladas para difusão dos valores e da cultura de mercado - por ele definido como “conhecimento oficial” - e penetra no obscuro terreno das negociações que financiam a produção e a veiculação dos conteúdos “educativos” representantes da cultura hegemônica, ao afirmar que “as políticas do conhecimento oficial são o resultado de acordos ou compromissos.” (APPLE, 1997, p. 24). Ainda que não sejam usualmente impostas, estas

políticas representam os modos pelos quais os grupos dominantes tentam criar situações nas quais os compromissos que são estabelecidos os favorecem.

Livros-texto e mecanismos de controle oficial de Estado não são os únicos modos pelos quais as agendas da direita penetram hoje a escola. Ocorrem agora intervenções ainda mais criativas, interessantes e radicalmente diferentes, que estão transformando a própria maneira como pensamos a escola. Novas formas de envolvimento empresarial e privatização são forças consideráveis aqui em ação. Um caso paradigmático [...] é o do rápido crescimento do Canal Um, a rede notícias das escolas privadas, com comerciais que agora atingem mais de um terço de todos os estudantes das escolas de primeiro e segundo graus dos Estados Unidos. Nessa situação, os estudantes são *vendidos* como uma audiência para anunciantes que oferecem seus produtos diretamente dentro da escola. [...] O Canal Um é visto como um prenúncio do que está por vir, como a “ética” da privatização e da educação redirecionada para o lucro. Todavia, ela também pode oferecer possibilidades de prática educacional crítica para professores comprometidos. (APPLE, 1997, p. 26, destaque do autor).

Em “Multinacionais e Sistemas de Comunicação”, Armand Mattelart nos mostra que a configuração dos, por ele denominados Aparelhos Ideológicos do Imperialismo, foram a tônica dos esforços orquestrados por governo e empresas do setor de “educom” - ou a produção de material pedagógico no jargão das companhias - que compreende todos os produtos e serviços que cumprem um papel qualquer na transmissão de conhecimento e da informação, já no final dos anos de 1960, tanto direcionado para o próprio país – enquanto mercado consumidor interno – quanto para sua política mercantilista internacional.

Nos últimos 15 anos, o aparelho de produção cultural do Império US sofreu profundas mutações. Nenhum setor escapou, seja a imprensa, o rádio, a televisão, o cinema ou a publicidade. Durante o processo de concentração industrial, os proprietários da tecnologia avançada tornaram-se cada vez mais determinantes, não só na fabricação do material pesado e no estabelecimento dos sistemas, mas também na elaboração dos programas, do conteúdo das mensagens. Uma área como a educação, que ainda não havia sido tomada pela industrialização maciça, começou também a ser colonizada [...]. (MATTELART, 1976, p. X).

Dentre os resultados destas investidas imperialistas sobre os países – à época ditos subdesenvolvidos ou de terceiro mundo, dentre os quais o Brasil -, encontra-se o acordo assinado entre o Ministério da Educação (MEC), o sindicato nacional dos editores e a *United States Agency for International Development* (USAID), que tornava obrigatório o uso dos textos didáticos publicados pela empresa norte-americana McGraw-Hill em todos os níveis do ensino brasileiro (MATTELART, 1976), além das demais ações privatistas que se abateram sobre o sistema educacional público do país.

Outras ações incontestes de uso das comunicações e da educação como instrumentos de dominação cultural e econômico-financeira se enfileiram na análise de Mattelart, como, por exemplo, o acordo firmado entre os EUA e a Índia, para a instalação de um sistema nacional de satélites de comunicação no país, por meio do qual a Índia deveria transmitir programas de tele-educação para todo o seu território, a partir do final de 1975, utilizando-se do satélite americano ATS-6, desenvolvido e instalado pela NASA. Para os estados Unidos a principal finalidade era clara:

fazer da Índia uma vitrine da tecnologia espacial aplicada às necessidades dos países atrasados. O acordo não tinha mistério algum: “É preciso demonstrar o valor potencial da tecnologia do satélite para desenvolver rapidamente meios de comunicação de massa eficientes nos países em desenvolvimento”. (MATTELART, 1976, p. 97, destaque do autor).

Por este mesmo acordo - que obrigava a Índia a divulgar os relatórios tanto para os EUA, quanto para a comunidade internacional -, os norte-americanos controlavam, dentre outros aspectos, a produção agrícola e a taxa de natalidade daquele país, por meio da estrutura de comunicação estadunidense ali instalada.

A Índia era o país ideal para este tipo de experiência: possuía apenas uma estação emissora e dez mil aparelhos receptores. Precisava ampliar as ligações para 550.000 aldeias e os cálculos previam que isso levaria trinta anos se fosse criado um sistema convencional de distribuição de televisão. Mantendo-se a mesma taxa de investimento anual, o lançamento de um satélite reduzia o prazo para dez anos. Aceitando a introdução da nova tecnologia, a Índia esperava “aumentar a produtividade agrícola, reforçar os objetivos da política de planejamento familiar que havia decidido e contribuir para cimentar a coesão nacional” [...] Outros planos de assistência complementar vieram juntar-se ao projeto. Cientistas e engenheiros indianos foram enviados às universidades norte-americanas, enquanto nas aldeias, sociólogos e antropólogos da fundação Ford preparavam o terreno psicossocial para a chegada da nova tecnologia. Aliás, a fundação estava interessadíssima em acompanhar a primeira experiência mundial, pois muitos de seus próprios pesquisadores tinham preparado as campanhas de esterilização masculina e feminina financiadas pela USAID e pelo Population Concil. Não haviam eles imaginado os artifícios que convencessem os desconfiados camponeses a aceitarem a vasectomia? Cada aspirante à operação recebiam um radinho transistor como recompensa. O estranho intercâmbio dialético entre o arsenal da esterilização médica e o “gadget” da comunicação eletrônica transformou-se numa excelente metáfora, que traduz o objetivo da política de comunicação do Império em suas neocolônias (MATTELART, 1976, p. 98, destaque do autor).

Se nos detivermos – atentamente – na asseveração de Apple – referindo-se à “ética” da privatização e da educação redirecionada para o lucro, de outra forma, a explícita intenção

mercantilista imiscuída nos programas veiculados dentro das escolas - de que “todavia, ela também pode oferecer possibilidades de prática educacional crítica para professores comprometidos” (APPLE, 1997, p. 26), sem perder de vista a visão do todo -, podemos identificar possíveis formas de superação desta realidade posta – ou seja, com um olhar crítico, atento, ainda que imersos em um universo de imagens e sons cuidadosamente pensados e editados com o fim exclusivo de criar um pano de fundo para exibição das mensagens orquestradas – este conteúdo (mensagem) pode ser, paradoxalmente, o próprio objeto de estudo, se considerarmos o professor comprometido, citado pelo autor, pois, como nos ensina Paulo Freire, sem esta consciência crítica em mente, é impossível pensar em televisão, uma vez que pensar em televisão implica tratar de comunicação e esta, é um processo onde a neutralidade é impossível.

Na verdade, toda comunicação é comunicação de algo, feita de certa maneira em favor ou na defesa, sutil ou explícita, de algum ideal contra alguém, nem sempre claramente referido. Daí também o papel apurado que joga a ideologia na comunicação, ocultando verdades mas também a própria ideologização no processo comunicativo (FREIRE, 1996, p. 52).

As palavras de Freire expressam, nitidamente, o que Matellart nos mostra quando analisa um dos ícones da radiodifusão educativa mundial destinada ao público infantil: a *Sesame Street* ou Vila Sésamo - a versão em português veiculada pela TV Cultura e pela TV Globo, na década de 1970, citada no capítulo anterior. Produzida pelo “Atelier de televisão para crianças” ou o *Children`s Television Workshop* (CTW), uma instituição norte-americana sem fins lucrativos, criada no início dos anos de 1970, com o objetivo de “pesquisar as melhores maneiras de utilizar os meios eletrônicos, especialmente a televisão, como veículos de instrução para crianças” (MATELLART, 1976, p. 147). Quando os EUA, nos anos de 1968-70, ofereceram a versão original de *Sesame Street* no mercado internacional, vinte países dispuseram-se a comprá-la. Em 1971, já eram 37 e no ano de 1972, 48 países tinham demonstraram interesse na compra e, por fim, em 1975, *Sesame Street* era exibido em quase 90 países. A este respeito o autor pergunta:

Que organismo “independente e sem fins lucrativos” pode permitir-se – a menos que disponha de um imenso aparelho de distribuição e de propaganda político-comercial dos Estados Unidos – vender uma série teleducativa em tantos países quatro anos depois de sua inauguração em New York? (MATELLART, 1976, p. 147).

Quando verificamos que os primeiros 130 episódios da série custaram cerca de 4,3 milhões de dólares, mais um valor extra de 2,6 milhões para assegurar o funcionamento das seções de pesquisa e avaliação do programa e que o conselho diretor do “Atelier da televisão para crianças”, produtor da série, era composto por funcionários governamentais interessados em manifestar sua adesão à orientação dos programas e por empresários com objetivo de representar as fontes financeiras que possibilitavam sua fabricação, somos levados a questionar o “caráter educativo” do programa, e nesta ótica o autor continua

Na realidade, os países que recebem com tamanha satisfação a série educativa americana estão financiando a reforma tecnológica da educação (que assim tem a sorte de ser a mais barata de todos os tempos) na América do Norte, sem se darem conta de que aumentam sua própria defasagem, adiando cada vez mais a busca de outra alternativa em matéria de teleeducação. Os produtores de *Sesame Street* não escondem suas intenções de instaurar de cima para baixo sua linha de massa na área da educação: “nosso objetivo é oferecer a melhor qualidade tecnológica e educativa ao maior número de jovens, sobretudo nas zonas pobres. E isso, ao menor preço possível”. (MATTELEERT, 1976, p. 150, destaque do autor).

Finalizando esta análise, cumpre-nos lembrar de que países como a Inglaterra, por meio de sua rede de televisão BBC, e Peru, por intermédio de seu Ministério da Educação, recusaram peremptoriamente a veiculação das versões original e traduzida - para o espanhol com o patrocínio da Fundação Ford e da Xerox (MATTELEART, 1976) -, respectivamente, em suas redes de televisões, da série que pregava o objetivo, pretensamente neutro, de alfabetizar as crianças, ensinar a elas os números e os elementos fundamentais da aritmética, ampliar seu vocabulário e sua capacidade de raciocínio. De fato, o objeto maior sutilmente difundido pelo programa referia-se à desarticulação das forças de esquerda dissimulando a luta de classes, como se deu no Chile, que introduziu a versão *Plazza Sesamo*, na programação do então canal da Universidade Católica.

A explicação de uma harmonia social garantida pelo bom funcionamento de cada um em seu ofício (a enfermeira, o mecânico, o comerciante, o motorista de caminhão) reencontrava a imagem corporativista da sociedade que permitia aos setores rebeldes agitar os corações e mentes contra o princípio da luta de classes. No momento em que os grevistas alegando “defender seus estritos interesses profissionais”, desencadeavam a violência e o terrorismo, os jovens telespectadores chilenos se convenciam do fundamento de uma ordem que se baseia na aceitação do princípio inegável da divisão social do trabalho. Embora à sua volta o conflito social fosse manifesto e as bases da autoridade tradicional se tornassem objeto de questionamento radical, as crianças aprendiam a encarar diariamente – numa ciranda onde pareciam se diluir as diferenças de interesses – o papel, impermeável à mudança, da mãe,

do pai, do policial, do médico, do arrendatário, da família (MATTELART, 1976, p. 156-157).

Assim, retomando o pensamento de Rousiley Maia, a análise sobre o modo de atuação ou as contribuições dos meios de comunicação nas democracias contemporâneas, há que se fundamentar no claro entendimento das instituições da mídia e seu contexto social, considerando o próprio sistema político e a cultura política, assim como os conflitos mais essenciais existentes na sociedade (MAIA, 2008), lembrando que “os veículos de comunicação não são nem bons nem ruins em si mesmos” (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p. 14). Devemos, sim, é nos perguntar a serviço do que e de quem os meios de comunicação se acham.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

Neste contexto, ao nos propormos a discutir sobre políticas públicas, no campo da radiodifusão educativa, adotamos uma abordagem que privilegia mais sua práxis que a discussão, propriamente dita, acerca de suas concepções teórico-filosóficas ou sobre os processos políticos pelos quais são definidas, enquanto ações de Estado, pois, ainda que no plano teórico, as abordagens sobre o papel das ideias e do conhecimento na elaboração de políticas públicas tenham sido ignoradas, “no Brasil, os estudos e publicações acerca de processos decisórios dominam a produção acadêmica em detrimento de estudos sobre a implementação das decisões que subsidiam as políticas públicas” (OMENA DOS SANTOS; TONUS; GOULART, 2010, p. 13). Deste modo, com esta análise, procuramos contribuir com as questões da experiência vivida, no campo da radiodifusão educativa, de modo a fomentar a busca de novas possibilidades de atuação na interface educação/comunicação na esfera pública, mais especificamente no contexto de uma instituição federal de ensino superior.

Antes, porém, de abordar conceitualmente políticas públicas, sob o prisma da radiodifusão educativa, cumpre-nos lembrar que, a partir do conceito de refuncionalização do princípio da esfera pública de Habermas – discutido no capítulo 2 – considerando que a esfera pública pode ser apreendida a partir da evolução da imprensa, sua instituição por excelência (HABERMAS, 2003), bem como considerando as discussões feitas no capítulo 4, principalmente a partir das considerações de Mattelart (1976), acerca da expansão do imperialismo norte-americano pelo uso deliberado dos meios de comunicação; das análises de Apple (1997) sobre a mercantilização da educação; e das considerações de Freire (1996) acerca da ideologização e da intencionalidade não revelada no uso da televisão, na melhor das hipóteses, cabem-nos algumas perguntas como, por exemplo: há fronteiras delimitadas entre o público e privado no campo da radiodifusão educativa? Ou, por outro lado, nas palavras do professor Valério Brittos a partir do trabalho de Pieranti sobre políticas públicas para radiodifusão e imprensa: “é possível resolver os problemas estruturais da falta de democratização das comunicações no Brasil, com políticas públicas estabelecidas nos marcos do capitalismo?” (BRITTOS, 2007, p. 13).

Este, sim, é um desafio historicamente posto – e ainda não superado - pois, se considerarmos que desde sua origem, no seio da “esfera pública burguesa” do final do século

XVIII (HABERMAS, 2003, p. 9), a imprensa¹⁶, surgida do então sistema das correspondências privadas e organizada inicialmente na forma de pequenas empresas artesanais orientadas pelos “princípios de uma maximização dos lucros” (HABERMAS, 2003, p. 213) – ainda que modesta, de acordo com limites da primeira fase do capitalismo -, não é impróprio dizer, que o interesse dos proprietários destas empresas era puramente comercial, embora seu objeto se situe no campo do interesse público, ou seja, a informação.

No momento histórico seguinte, com a evolução do contexto político, a imprensa, acima citada, cujo serviço consistia, basicamente, da organização e da circulação de notícias e da verificação dessas próprias notícias (HABERMAS, 2003), evoluiu para a imprensa de opinião e com ela surgiu o jornalismo literário que passara a concorrer com a simples redação e distribuição de avisos existente até então. Nesta nova configuração, “para o editor de jornal, teve o significado de que ele passou de vendedor de novas notícias a comerciante com opinião pública” (BÜCHER apud HABERMAS, 2003, p. 212), algo muito familiar nos dias atuais, com reflexos nos mais diversos campos da sociedade moderna, a um ponto tal que hoje o significado de democracia esteja ligado ao consumo, como nos afirma Apple, ao tratar das questões políticas e ideológicas que afetam a educação.

O que era antes um conceito e uma prática políticos, baseado no diálogo coletivo, e na negociação, é agora um conceito *inteiramente* econômico. Sob a influência do neoliberalismo, o próprio significado de cidadania está sendo transformado radicalmente. O cidadão é agora simplesmente o consumidor. O mundo é visto como um vasto supermercado (APPLE, 2006, p. 255).

Ao confrontarmos, portanto, definições teóricas de amplo espectro como democracia (na ótica da comunicação social) ou, de modo particular radiodifusão educativa, com a realidade vivida, principalmente no contexto da grave crise econômico-financeira mundial e seus impactos nas empresas de comunicação, constatamos inconsistência e mesmo a inadequação entre o discurso oficial – entenda-se por este termo, além das definições teórico-filosóficas subjacentes, como o conjunto das leis, decretos e normas que regem a radiodifusão educativa no país, bem como as políticas públicas por meio dos planos e programas

¹⁶ Imprensa é a designação coletiva dos veículos de comunicação que exercem o Jornalismo e outras funções da comunicação informativa, em contraste à comunicação puramente publicitária ou de entretenimento. O termo imprensa deriva da prensa móvel, processo gráfico aperfeiçoado por *Johannes Gutenberg* no século XV e que, a partir do século XVIII, foi usado para imprimir jornais, à época os únicos veículos informativos existentes. A partir da segunda metade século XX, os jornais tomaram lugar também no rádio e na televisão (radiojornal e telejornal) e, com o advento da internet (*World Wide Web*), vieram também os jornais online, ou ciberjornais, ou webjornais. Contudo, manteve-se o termo “imprensa”.

instituídos pelos órgãos oficiais – com a natureza oficiosa das relações ou mesmo das negociações que permeiam a implementação das ações do Estado no setor.

No século XXI, a relação entre os dois setores [imprensa e poder público] foi redimensionada. O aumento das dívidas dos meios de comunicação, virtualmente impagáveis e em crescimento exponencial, as demissões em massa no setor e o fechamento de inúmeros postos de trabalho fizeram com que governo e empresários iniciassem a discussão sobre um amplo e oficial programa de financiamento estatal, por intermédio do BNDES, de cifras jamais vistas na história da comunicação social no país. Sobreviveria o conceito de liberdade de imprensa, tão amparado em outro, o de independência, com tamanha ajuda do poder público? Essa relação entre Estado e meios de comunicação, marcada sobremaneira por relações oficiosas ou, ao menos, pouco claras, foi determinante para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para os setores de imprensa e radiodifusão. Pode-se questionar a natureza destas políticas. Pode-se questionar a quem elas atenderam e quem elas atendem. Pode-se questionar como foram determinantes para a relação com o Estado. Há momentos, inclusive, em que se pode questionar a existência de políticas públicas para esses setores, dada a sua volatilidade. (PIERANTI, 2007, p. 16).

É possível resolver os problemas estruturais da falta de democratização das comunicações no Brasil, com políticas públicas estabelecidas nos marcos do capitalismo? Recorremos, novamente, à indagação do professor Valério Brittos e a situamos no contexto das emissoras públicas ou, de modo particular, de uma TV Educativa, ou de uma TV Universitária, mais especificamente: como manter em funcionamento sua estrutura técnico-operacional necessária à produção de conteúdos – de qualidade –, sem dotação orçamentária (como será discutido na seção 5.3 deste capítulo), tendo como pauta ou critério fundamental a radiodifusão educativa - de audiência discutível em parte como resultado das limitadas possibilidades de produção e pós-produção de conteúdos pelos poucos recursos das maiorias das emissoras de TV universitárias -, sem políticas públicas definidas, de forma ampla e sistemática, para o setor?

Como veremos no capítulo 6, a partir da análise dos resultados da pesquisa de campo, esta situação se aplica não só ao cenário das grandes emissoras de televisão aberta, de caráter privado do país, mas também à realidade do objeto de nosso estudo – uma emissora de TV Universitária ligada a uma IFES, pois as dificuldades econômico-financeiras aparecem em destaque entre as categorias de maior frequência dentre aquelas pesquisadas neste trabalho, fator este que, segundo as análises de Pieranti (2007), situa-se entre um dos principais desafios da radiodifusão no país.

Fundamentado na tese de Wolfsfeld de que a independência da mídia é afetada por três fatores – a saber: o nível de controle oficial por parte do Estado, a necessidade de contar com fontes de informações oficiais e a quantidade de recursos disponíveis para os meios de comunicação –, e ainda considerando as duas principais dimensões de análise do setor: tecnológica e infraestrutural (indispensável ao processo técnico de transmissão da informação) e, as políticas públicas para as comunicações; Pieranti aponta para os grandes entraves à democratização da comunicação no país e cita, entre eles, a composição do Congresso Nacional, onde

o grande número de parlamentares ligados aos meios de comunicação de massa como empresários dificulta mudanças visando ampliar a participação da sociedade civil e do Estado nas comunicações, bem como no sentido de tornar a mídia mais democrática e mais bem regulamentada. (PIERANTI, 2007. p. 119).

Outro ponto fundamental que impede o avanço do setor, segundo Pieranti (2007, p. 119-120), refere-se à própria legislação, que é antiga, retrógrada e não atende às demandas atuais,

[...] o que se explica, em parte, pela falta de empenho dos parlamentares para aprovar novos marcos legais para as comunicações. Basta citar, neste sentido, o Código Brasileiro de Telecomunicações, ainda o principal marco regulador da radiodifusão brasileira, mesmo tendo sido promulgado no longínquo ano de 1962. Cinco anos mais tarde, as punições nele previstas seriam somadas a outras constantes do Decreto-Lei nº 236 – mais afinado com a orientação político-ideológica do regime militar –, as quais, por sua vez, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, se tornariam inaplicáveis. Com a privatização das empresas telefônicas, revogaram-se os artigos referentes a esse tema e criou-se a nova legislação, a Lei Geral das Telecomunicações. Hoje o Código Brasileiro de Telecomunicações continua em vigor – ou melhor, menos da metade dele, o que demonstra sua reduzida competência para regular as questões mais recentes relativas às comunicações. O mesmo vale para a Lei de Imprensa, promulgada em 1967 e igualmente sujeita a mudanças com o passar dos anos.

Neste cenário e com estas perguntas em aberto, neste capítulo não se tem a pretensão de realizar um aprofundamento teórico mais denso no campo de investigação das ciências políticas¹⁷ que justifique buscar, entender e analisar sua origem e ontologia, e sim, discutir

¹⁷ Para aprofundamentos considere o trabalho “Análise de políticas públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira” de Klaus Frey, elaborado a partir de sua tese de doutorado sobre as políticas ambientais dos municípios de Santos e Curitiba. FREY, Klaus. Análise de políticas públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira – PPGSPIUFSC. *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis, São Paulo, n. 18, p. 1-35, set. 1999.

alguns conceitos fundamentais em políticas públicas, necessários ao entendimento de questões práticas como as relações de poder e a construção de sentidos que perpassam o campo da radiodifusão educativa no contexto de uma instituição federal de ensino superior.

Pelo exposto acima, para que se obtenha uma leitura consistente do contexto e mesmo da realidade na qual se encontram as emissoras de TV Educativa, há, indubitavelmente, que se considerar a dimensão econômico-financeira, haja vista a íntima relação entre mídia e mercado – e poder público – como evidenciado anteriormente.

5.1 Público, privado e estatal: algumas considerações no campo da comunicação social

Na busca de entendimento das questões conceituais elementares, fundamentais à compreensão das relações e forças de poder que subjazem a comunicação social, na esfera pública, partimos do enunciado conceitual de Guareschi e outros que descrevem Políticas Públicas como “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas”, ou, de outra forma, Políticas Públicas expressam a “transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público” (GUARESCHI et al., 2004, p. 180).

Políticas públicas podem também, como defendido por José Matias Pereira, ser entendidas como um elenco de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos, sendo que os personagens envolvidos nestes conflitos são denominados "atores políticos" (MATIAS-PEREIRA, 2008).

Na mesma linha de raciocínio, temos que “as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo” (CUNHA; CUNHA, 2002, p. 12), definição esta que se aproxima das ideias de Höfling, que as entende e descreve como o “Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HÖFLING, 2001, p. 31).

Neste sentido, sua elaboração segue um conjunto de prioridades, princípios, objetivos, normas e diretrizes bem definidos. Entretanto, Höfling faz ainda uma distinção acerca do conceito de Estado – como responsável pela elaboração e implementação das políticas públicas – que, de maneira simplista, poderia atribuir a tais políticas a conotação de estatais, no sentido restrito.

Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais. (HÖFLING, 2001, p. 31).

Assentidas as noções de Estado e de Políticas Públicas, no contexto deste trabalho, buscamos o conceito apresentado por Brandão, a partir das definições propostas por Pierre Zémor¹⁸, que compreende a comunicação pública, na área acadêmica, como um “processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o Governo¹⁹ e a sociedade, com o objetivo de informar para a construção da cidadania” (BRANDÃO, 2009, p. 9). Fundamental, neste momento de busca de entendimento de pontos ainda não consensuais, no contexto da comunicação social, é distinguir e entender que comunicação pública não é comunicação governamental. Esta é uma concepção compartilhada pela maioria dos autores da área, dentre os quais aqueles que, ao longo destes mais de 25 anos de estudos e proposições na busca de um consenso sobre o tema, ressaltam “com cuidado extremo”, que comunicação pública “diz respeito ao Estado e não ao Governo”, ainda que haja ressalvas sobre o assunto (BRANDÃO, 2009, p. 15).

Assim, cumpre, também, da mesma forma, buscarmos uma linha de diferenciação conceitual entre Estado e Governo, que possibilite a compreensão sintética de nosso objeto de estudo e, para tanto, em Höfling admitimos o

Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HÖFLING, 2001, p. 31).

¹⁸ Cf. ZÉMOR, Pierre. *La communication publique*. Paris: PUF, 1995.

¹⁹ Neste contexto, entende-se por Governo a concepção apresentada por Höfling que o caracteriza como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período. HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, Campinas, SP, ano 21, n. 55, p. 31, nov. 2001.

Mas, no campo da radiodifusão educativa, o que se entende por público? O que o define e caracteriza? O que, especificamente o difere do Estatal? E, por outro lado, quais são as aproximações – ou distanciamentos – destas duas esferas com uma terceira, a chamada comunicação privada, considerando as possíveis implicações das mesmas, na hipótese de diferenças, sobre a construção de sentidos por parte do cidadão telespectador?

De modo geral a noção de serviço público, em radiodifusão, mais amplamente aceita – e comentada – é aquela decorrente das experiências do “*Public Service Broadcasting*” ou Serviço Público de Televisão (SPT) da *British Broadcasting Corporation*, a BBC de Londres, “cujo caráter pioneiro acabou por servir, em boa medida, de *padrão* e modelo orientador para os diversos países do espaço europeu” (FIDALGO, 2003, p. 13).

Leal Filho, de modo irreverente, refere-se à antítese do modelo da BBC ao explicar este, que se instalou pela Europa Ocidental na década de 1920, afirmando que “é mais fácil explicá-lo pela sua negação, que é o sistema norte-americano (e o brasileiro também). Nestes, diz um autor, a propaganda é a principal convidada do banquete, enquanto a na Europa ela é apenas tolerada e vai ocupar lugar discreto na mesa” (LEAL FILHO, 1997, p. 12).

Ao tratar das perspectivas e desafios na consolidação do campo público de televisão no Brasil, Ortiz nos relata que

O “estado da arte” na implantação do sistema de TV Pública no Brasil, a partir da criação da EBC – Empresa Brasil de Comunicação e a TV Brasil, produto inicial da fusão entre a TVE-RJ e a Radiobrás, em 2007, suscita uma série de questões que ainda não foram suficientemente respondidas pela sociedade brasileira, pelos governos e os demais atores sociais do campo da comunicação. Além de propostas e diagnósticos sobre a configuração do novo modelo de comunicação pública no país tema crucial e urgente que perpassou a I Conferência Nacional de Comunicação em dezembro de 2009, há várias interrogações no ar [...] (ORTIZ, 2010, p. 2-3).

Esta ausência de consensos ou de entendimentos, em parte, tem origem nas imprecisões ou inconsistências – intencionais ou não – que marcaram as discussões, no Senado Federal, que antecederam a positivação do princípio da complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal (CARVALHO, 2010), no art. 223 da “Constituição Federal” de 1988, onde se lê que “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (BRASIL, 1988, art. 223). A elaboração e sistematização do tema Comunicação ficaram a cargo da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia, e da Comunicação, da Assembleia

Nacional Constituinte de 1988, “que chegou à etapa da sistematização sem propostas que pudessem apresentar sequer a correlação de forças entre as ideias que disputavam a elaboração do capítulo da comunicação social” (CARVALHO, 2010, p. 2). Em razão do impasse criado, a própria Comissão de Sistematização da Constituinte elaborou o texto final que originou o capítulo V, do título VIII, art. 220 a 224, da “Constituição Federal”. Sobre este fato, de componentes perceptivelmente políticos e ideológicos, Carvalho comenta que

A regulamentação deste capítulo, sabia-se desde aquele momento, não seria fácil. Positivar sem regulamentar é uma prática comum dentro do jogo de poder e que é utilizada sempre que necessário para manter o *status quo*. Faz-se a positivação para cessar maiores conflitos, contudo, não se regula, não se tira do papel enquanto não for do interesse dos legisladores (CARVALHO, 2010, p. 2).

Os desdobramentos deste fato, que se converteram nos dissensos acima citados, mostram-se presentes também na própria esfera pública legislativa, nos dias atuais, como no caso do resultado da avaliação oficial acerca da TV Pública no país, realizada pelo Congresso Nacional no ano de 2008, ou seja, 20 anos após a promulgação da Constituição de 1988 e um ano após a implantação da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC).

No Brasil, o grupo mais forte no segmento da comunicação de natureza pública é a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), antiga Radiobrás, formada pela TV Brasil, TV NBR, Rádio Nacional da Amazônia, Rádio Nacional FM Brasília, Rádio Nacional AM Brasília e Rádio Nacional AM Rio, além da Agência Brasil e da Rádio Agência Nacional. Entretanto, **pela sua dependência financeira e vinculação administrativa, considera-se que seja uma comunicação estatal, e não genuinamente pública.** (ARAÚJO et al., 2008, p. 106-107, destaque nosso).

Em outras palavras, o caráter da comunicação (público, privado ou estatal) se apresenta como resultante das interações de forças políticas e financeiras, ou gestoras em última análise, e, assume o matiz dominante fruto destas interações.

Pierre Zémor, ao considerar a relação entre as formas de comunicação e os princípios e valores das instituições às quais se associam, apresenta-nos um conceito que, no nosso entendimento, tanto supera os dissensos conceituais ainda existentes, quanto nos fornece a dimensão assumida pela comunicação pública nas relações de poder que fomenta as disputas pelo controle dos meios de comunicação, notadamente aquelas que se dão em países de governos autoritários que “pelo controle, cooptação, repressão e degradação dos meios de comunicação” (SORJ, 2010, p. 23), exercem o controle político-ideológico sobre a sociedade.

Em sua prática, a comunicação pública assume diferentes formas ligadas às missões das instituições públicas. Ela é encarregada de tornar a informação disponível para o público, de estabelecer a relação e o diálogo capazes de tornar um serviço desejável e preciso, de apresentar os serviços oferecidos pela administração, pelas coletividades territoriais e pelos estabelecimentos públicos, de tornar as próprias instituições conhecidas, enfim, conduzir campanhas de informação e ações de comunicação de interesse geral. A esses registros, soma-se aquele de natureza mais política, ou seja, da comunicação, do debate público que acompanha os processos decisórios. (ZÉMOR, 2009, p. 215).

No Brasil, a noção de interesse público, que se encontra no cerne da questão sobre o que seja público, privado ou estatal, está longe de ser compreendida, sobretudo fora da academia. Realidade diferente, neste aspecto, é a de diversos países da Europa Ocidental nos quais o Estado zela pela qualidade do conteúdo veiculado pelos meios de comunicação de massa (ROTHBERG, 2011), em especial pelo rádio e pela televisão. Em parte, isso deve por estes países terem respondido às falhas relativas aos mercados de comunicação de massa – decorrentes de fatores políticos e econômicos –, com a construção de sólida compreensão do conceito de interesse público por terem entendido que “a aplicação irrestrita das leis de economia de escala aos negócios de mídia tende a comprometer, de maneira significativa, a formação de cidadãos emancipados o suficiente para a manutenção da vitalidade de uma democracia plural” (ROTHBERG, 2011, p. 7-8).

Questionando, a existência de algo que se possa definir concretamente como “interesse público” Faria nos apresenta a metáfora da imagem de um caldeirão com vários ingredientes na fervura – de conteúdo final desconhecido – para representar os mais diferentes interesses e as divergências discursivas, em um dado contexto social. Com a analogia entre a figura hipotética de um chefe de cozinha e o papel das organizações jornalísticas, o autor completa que “a imprensa, como nenhuma outra instituição, reúne credenciais adequadas para servir, à mesa da sociedade, o conteúdo do caldeirão, conteúdo este trabalhado, modificado, reforçado, ou atenuado pelos ingredientes selecionados, ou suprimidos” (FARIA, 2009, p. 175).

Pierre Zémor, a partir de seus estudos sobre as formas de comunicação pública, assevera que “o serviço público não pode, se ele escuta o cidadão, pedir que este separe em demandas distintas sua atual preocupação para transformá-la em algo global” (ZÉMOR, 2009, p. 224), em outras palavras, Zémor corrobora a ideia implícita na metáfora do caldeirão de conteúdo diversificado, apresentada por Faria, ao descrever a amplitude, ou a grande diversidade, do que se possa entender como “interesse público”, no tocante à comunicação social e à radiodifusão educativa, mais especificamente. O que é, portanto, interesse público,

ou, o que é de “interesse do público” (telespectador)? A quem cabe a prerrogativa de defini-lo?

Neste sentido, a concentração dos meios de comunicação de massa restrita a poucos grupos empresariais (discutida no capítulo 3 quando tratamos da Comunicação como Direito Fundamental) restringe as possibilidades de se ter, principalmente nas TV de sinal aberto, conteúdos variados ou diversificados, que possam, ainda que parcialmente, atender à diversidade dos interesses públicos. “Parte-se da premissa que, por maior que seja a neutralidade ou a influência da sociedade sobre as mídias, o veículo sempre reflete a ideologia de quem está no comando da organização [...]” (ARAÚJO et al., 2008, p. 116).

Uma conceituação plural, que contempla alguns dos aspectos até agora discutidos, surgida das diversas contribuições dos representantes de vários seguimentos do campo da radiodifusão educativa, por ocasião do I Fórum Nacional de TVs Públicas realizado em maio de 2007, em Brasília, nos dá uma ótima perspectiva para a condução deste tema.

Dentre as resultantes destas discussões no Fórum, encontra-se o “Manifesto pela TV Pública Independente e Democrática”, ou a “Carta de Brasília”, que sintetizou as propostas debatidas e, dentre elas, lê-se que

[...] o II Fórum interpreta que há um sistema de radiodifusão privado, com fins lucrativos e que deve, como os demais sistemas, obedecer aos princípios do artigo 221 de modo preferencial.

Entende que há um sistema de radiodifusão público, que é estatal, não tem fins lucrativos e obedece, com exclusividade e não preferencialmente, aos princípios do artigo 221 e da lei 11652. Sua programação está voltada à divulgação e transparência dos atos institucionais e à prestação de contas da administração pública em suas três esferas de poder: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

O II Fórum entende ainda que há um sistema de radiodifusão público não-estatal que opera sem intenção de lucro, que deve obediência exclusiva aos princípios do artigo 221, que deve observar os princípios e objetivos contidos na Lei 11.652, que já vigoram para regular o sistema público de comunicação em âmbito nacional. A diferença fundamental entre os dois sistemas é que, no sistema de radiodifusão público não-estatal, as diretrizes de gestão da programação e a fiscalização devem ser atribuição de órgão colegiado deliberativo, representativo da sociedade, no qual o Estado ou o governo não devem ter maioria. (FÓRUM..., 2009, p. 3).

Assim, nossa análise sobre as políticas públicas de radiodifusão educativa no país, a partir dos pontos de vista defendidos pelos autores estudados, aliada à nossa vivência na área, procura somar-se às iniciativas direcionadas ao estabelecimento de um novo cenário nacional para as comunicações, favorável à elaboração de um novo marco regulatório, que, em sua necessária e fundamental pluralidade, contemple a participação da sociedade civil organizada

(consideradas as empresas públicas de radiodifusão existentes no país, na acepção ampla do termo, que engloba empresas estatais e privadas), e a sociedade como um todo, compreendida, neste sentido, por seus cidadãos telespectadores, bem como somar esforços aos que buscam a regulação para o setor, sobremaneira, neste período de implantação e consolidação da TV Digital²⁰, que representa um momento de grandes possibilidades de democratização da comunicação no Brasil.

5.2 A radiodifusão educativa no Brasil

Com um breve olhar sobre a história da televisão no Brasil²¹, temos que o início das transmissões de televisão no país ocorreu em 1950 com a fundação da TV Tupi, pelo grupo empresarial “Diários Associados”, de propriedade do jornalista Assis Chateaubriand (BRANDÃO, 2009; MATTOS, 2008). Por sua vez, a radiodifusão educativa, especificamente, teve início, também por iniciativa privada - embora sem fins lucrativos - antes mesmo que fosse definida conceitualmente ou prevista na legislação federal, fato este que aconteceria somente quatro décadas após seu surgimento.

Parece estranho, mas o fato é que antes mesmo da instalação da primeira rádio, o médico e professor de Antropologia do Museu Nacional, Edgard Roquette-Pinto, já havia exposto o seu plano de criação de radioescolas municipais em todo o Brasil. Mais do que simplesmente propor essa política, coube ao próprio Roquette-Pinto iniciá-la – e junto inaugurar a história do rádio no Brasil, a partir da sala de Física da Escola Politécnica do Rio. Em 20 de abril de 1923, ele fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, primeira emissora do País. A programação era composta exclusivamente por programas educativos, incluindo palestras científicas e literárias. (LOPES, 2011, p. 11).

²⁰ O processo de implantação da TV Digital no Brasil, realizado pelo Governo Federal por intermédio da Presidência da República e do Ministério das Comunicações bem como pelos radiodifusores (representados pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) teve, desde seu início, a participação dos movimentos sociais representados fundamentalmente pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e pelo Coletivo Intervenções, embora suas expectativas, ao final do processo, tenham sido frustradas em detrimento daquelas defendidas pelos radiodifusores. DOMINGUES-DA-SILVA, Juliano. A política da política da TV Digital no Brasil: desenho institucional e judicialização do debate. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. *Comunicação, cultura e juventude*. São Paulo: INTERCOM, 2010. 1 CD-ROM. DT8-GP Políticas e estratégias de comunicação. Trabalho 3036-1. Para saber mais consultar: OMENA DOS SANTOS, Adriana Cristina. *Digitalização da TV no BRASIL: a sociedade civil organizada e a opinião pública a respeito do Sistema Brasileiro de TV Digital - SBTVD*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

²¹ Cf. MATTOS, Sérgio. *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 - que modifica e complementa a Lei Federal nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, também chamada de Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT)²² -, a radiodifusão educativa, ou a TV Educativa propriamente dita, surge na legislação federal.

A partir desta publicação (Decreto-Lei nº 236/1967), a TV Educativa foi instituída como categoria específica de concessão, com normas e exigências próprias, dentre as quais, o disposto em seu art. 13, onde se lê que “A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates”. (BRASIL, 1967, p. 2.432).

Por definição legal, além do referido Decreto-Lei nº 236/1967, considerando o Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, bem como o disposto na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999 - que juntos constituem os três principais documentos que regulam a outorga de emissoras de rádio e TV educativas -, radiodifusão educativa, refere-se ao

Serviço de Radiodifusão Sonora (rádio) ou de Sons e Imagens (TV) destinado à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, vise a educação básica e superior, a educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional. (BRASIL, 2011).

O contexto político e socioeconômico no qual, efetivamente, surgem estas emissoras, é concisamente delineado por Lopes (2008), ao relatar que

A televisão educativa foi implantada durante o regime ditatorial militar, período no qual houve grande investimento na infra-estrutura das telecomunicações; organização do setor com a criação do Ministério das Comunicações, da Radiobrás e Telebrás; barateamento do custo do aparelho receptor – tornando possível a um maior número de brasileiros terem acesso a esse meio. Época também que a educação passou a ser vista como fundamental para o desenvolvimento do país e como consequência natural para melhorar a distribuição de renda entre os brasileiros. Nesse contexto

²² Cumpre lembrar que compete ao Poder Executivo Federal outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observados os seguintes os critérios: a) Na outorga de concessão, permissão e autorização, deverá ser observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal; b) A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; e; IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

desenvolvimentista entra no ar em 1967 a primeira emissora educativa do Brasil, a TV Universitária de Pernambuco, vinculada ao Ministério da Educação (LOPES, 2008, p. 2).

Priolli e Peixoto lembram que o nascimento desta primeira TV Universitária se deu em momento em que “o analfabetismo atingia mais da metade da população brasileira e 50% dos habitantes encontravam-se em idade escolar” e que seu objetivo era promover a educação formal através da televisão (PRIOLLI; PEIXOTO, 2004, p. 4).

Corroborando a tese de Priolli e Peixoto sobre o fundamental papel dos meios de comunicação como ferramenta de apoio ao processo de educação – ou mesmo de diminuição ou erradicação do analfabetismo –, frente à realidade educacional brasileira, o relatório da UNESCO intitulado “A imprensa, a democracia e a cidadania”, elaborado no Brasil e apresentado no ano de 2004, nos mostra que

a importância do tema alfabetização [...] justifica o decisivo envolvimento da imprensa nessa verdadeira batalha nacional por reduzir significativamente, senão erradicar, essa chaga de origem remota e cuja persistência envergonha a todos nós. Os meios de comunicação no Brasil podem e devem engajar-se de forma mais decisiva, estimulando a reflexão e a constituição de uma opinião pública bem fundamentada e cobrando avanços da própria sociedade e do Poder Público (WERTHEIN, 2004, p. 3).

Entretanto, do ponto de vista operacional, havia um entrave legal à consecução de seus objetivos, pois inicialmente era vedado às TVs educativas gerar programação local. Esta possibilidade só foi autorizada por meio do Decreto nº 96.291, de 1988, e pela Portaria MC nº 93, de 1989²³, por meio dos quais as TVs educativas foram autorizadas a inserir em suas programações locais até 15% de conteúdos próprios. A maior parte da programação destas emissoras, ou seja, os massivos 85% de sua grade, até então, consistia de retransmissão das programações das TV Cultura de São Paulo e TV Educativa do Rio de Janeiro (LOPES, 2008), até que, com a edição do Decreto nº 3.541/1998, as emissoras educativas conquistaram o direito de gerar até 100% de programação local, passando de retransmissoras mistas à condição de geradoras de televisão²⁴, o que rapidamente despertou grande interesse pelo setor.

²³ A Portaria MC nº 93, de 1989, que autoriza as estações repetidoras de TV Educativa completarem suas grades com até 15 % de programação local, foi editada CONSIDERANDO as grandes distâncias que separam os centros populacionais na Amazônia Legal, distâncias estas que, aliadas às condições mesológicas, dificultam as comunicações; a política relacionada com as diferenciações regionais da cultura brasileira, buscando integrá-las em seu próprio contexto e o disposto no Decreto nº 96.291, de 11 de julho de 1988, que alterou o Regulamento dos Serviços Especiais de Repetição e de Retransmissão de Televisão, aprovado Pelo Decreto 81.600, de 25 de abril de 1978.

²⁴ O Decreto nº 2.593/98, dentro do sistema outorgas, normatiza e define três categorias de emissoras: as geradoras, as retransmissoras e as repetidoras. As primeiras são autorizadas a produzir conteúdo próprio e as

Essa mudança na legislação que regula a radiodifusão brasileira aumentou sobremaneira o interesse pelas TVs educativas por parte de políticos, religiosos, entre outros grupos sociais. Com essa alteração na regulamentação, associada a uma política governamental de promover aceleradamente a distribuição das outorgas, o mapa de distribuição das TVEs sofreu profunda transformação, bem como surgiram “novos” interessados em ser concessionários das mesmas. O número de emissoras, entre 1997 e 2007, teve aumento de 735% no Brasil. Se nas três primeiras décadas de televisão educativa existiram apenas 20 emissoras em todo o território nacional, no final de 2007 já eram 167. (LOPES, 2008, p. 2).

O que, aparentemente, surge como uma grande evolução no cenário da legislação sobre a radiodifusão educativa no país assume, na prática, contorno indefinido – assim como um futuro ainda menos delineado –, tão logo se observem os critérios de exploração desta modalidade de concessão que, apresentados em parágrafo único no mesmo art. 13 de sua criação, em 1967, especificam que “a televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.” (BRASIL, 1967, p. 2.432). Em outras palavras, é proibida a inserção de comerciais nesta modalidade de emissora o que, na prática, grosso modo, significa reduzir a possibilidade de captação de recursos a um percentual próximo à casa dos 5%, haja vista que “a venda de espaços publicitários e merchandising compõem quase 95% das receitas das emissoras [abertas de televisão no país]” (AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA, 2010, p. 33).

Entretanto, em 15 de maio de 1998, com a edição da Lei nº 9.637²⁵, as emissoras educativas passaram a contar com incentivos financeiros por meio do apoio cultural, pelo disposto no art. 19 da referida lei, que passa a permitir que

as entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa poderão receber recursos e veicular **publicidade institucional** de entidades de direito público ou privado, **a título de apoio cultural**, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de intervalos. (BRASIL, 1998, p. 9, destaque nosso).

Desta forma, as empresas de radiodifusão educativa, qualificadas como organização social, de acordo com a Lei nº 9.637, ou seja, quando vinculadas às “pessoas jurídicas de

demais apenas retransmitem o conteúdo gerado por outras emissoras. Para as duas últimas é necessária apenas uma autorização, enquanto para as geradoras é necessária uma outorga de concessão ou permissão, a depender de sua abrangência.

²⁵ Dentre outras disposições trata da extinção da Fundação Roquette Pinto.

direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, podem veicular publicidade” (BRASIL, 1998, p. 8), passam a ter uma possibilidade de captação de recursos para sua manutenção, desde que enquadrada no conceito de apoio cultural.

Tal como se encontram hoje, as TVs Universitárias ainda carecem de uma identidade própria, não conhecem seu público alvo e mesmo desconhecem sua missão, como evidenciado no trabalho de Priolli e Peixoto (2004, p. 7).

Apesar do crescimento do segmento, as Televisões Universitárias Brasileiras enfrentam grandes problemas. Muitas delas, dividem espaço com os laboratórios dos Departamentos de Comunicação das Instituições, não tem equipamentos nem equipes suficientes para produzir em grande volume e essa produção, na grande maioria das vezes, acaba repetindo os conteúdos das TVs comerciais. Há uma grande dificuldade de posicionamento e definição de estratégias de programação, pois as TVs Universitárias não conhecem seu público-alvo. Existem poucas pesquisas de aferição de audiência e, assim sendo, as emissoras não sabem para quem falam, se para o público em geral ou se apenas para a própria comunidade acadêmica.

Para defini-las, buscamos o conceito adotado pela ABTU que considera que a Televisão Universitária

é aquela produzida no âmbito das IES ou por sua orientação, em qualquer sistema técnico ou em qualquer canal de difusão, independente da natureza de sua propriedade. Uma televisão feita com a participação de estudantes, professores e funcionários; com programação eclética e diversificada, sem restrições ao entretenimento, salvo aquelas impostas pela qualidade estética e a boa ética. Uma televisão voltada para todo o público interessado em cultura, informação e vida universitária, no qual prioritariamente se inclui, é certo, o próprio público acadêmico e aquele que gravita no seu entorno: familiares, fornecedores, vestibulandos, gestores públicos da educação, etc. (PRIOLLI; PEIXOTO, 2004, p. 5).

Retomando a assertiva de Althusser (1987) de que não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais da produção, ou seja, a reprodução dos meios de produção para a manutenção da classe e dos valores hegemônicos, discutida no capítulo 4 - sobre aparelhos ideológicos do Estado - e, neste caso, considerando que há um custo de produção a ser coberto para que as emissoras produzam e veiculem seus conteúdos, nos percebemos diante de um duplo dilema: por um lado, de ordem econômico-financeira, pois a mesma legislação que exige que universidades e fundações tenham, comprovadamente, recursos próprios para o empreendimento, quando do recebimento de outorga de emissora,

(BRASIL, 1967), apresenta, ao mesmo tempo, dispositivo legal que restringe a captação de recursos por meio da utilização da principal “moeda” de que as emissoras de TV dispõem, ou seja, o espaço publicitário em suas grades de programação. Em outras palavras, existe uma conta, que precisa ser paga! A pergunta é: como será paga? Por outro lado, do ponto de vista ético-filosófico - e político - considerando que “o controle das comunicações é geralmente o primeiro passo para a aquisição da autoridade política” (KURTH, 2008, p. 679), bem como o fato de que as relações de interesse estabelecidas entre as empresas de comunicação, grupos de poder e setores do mercado podem “comprometer os parâmetros da comunicação democrática, ou seja, a independência, a responsabilidade e a correção da informação” (MAIA, 2008, p. 95); surge a segunda questão: quem paga a conta, ou seja, a quem - e a que preço - apresentar a conta?

Esta mesma realidade foi constatada por Otondo, quando ainda integrava os quadros da TV Cultura, no ano de 2004, antes da criação da TV Brasil.

As contingências políticas e econômicas geravam instabilidade contínua e, portanto, “má televisão”. Onde situar o problema e como resolver? A questão do financiamento era relevante. Quem paga manda diz o ditado, seja o governo, o mercado ou a iniciativa privada. Como contornar o problema? Como criar fontes produtivas e “isentas” de geração de receita? (OTONDO, 2008, p. 17).

Esta questão é também abordada por Rothberg, que, assim, nos mostra uma via de entendimento da lógica da audiência como balizadora da produção e veiculação de conteúdos nas emissoras brasileiras. Quando se planeja a produção de um bem, qualquer que seja, na visão do autor, devem-se considerar os diversos custos indispensáveis relacionados ao dimensionamento dos benefícios a serem oferecidos, ao alcance ou abrangência da ação e, principalmente, às tecnologias empregadas no processo produtivo em questão. De outra forma, recorrendo ao conceito de economia de escala – conquanto não se configure a mercantilização das emissoras educativas –, deve-se analisar a relação custo/benefício da emissora, bem como a caracterização do público alvo e as especificações técnicas do processo, para que se tenha a possibilidade de assegurar a continuidade do mesmo, o que, naturalmente, pode impactar na atividade fim das empresas de comunicação, ou seja, por à prova a ética e o profissionalismo no exercício da pretensa isenção da linha editorial e da prática do jornalismo investigativo, como prestação de serviço público.

Para se produzir um único bem, investimentos elevados são imprescindíveis. Mas a partir da segunda cópia, digamos de um jornal, os salários dos jornalistas e os custos das impressoras e das tintas são diluídos pelo número de exemplares, e se ganha mais na medida em que for possível dividir mais e mais o custo inicial por milhares de cópias. Já nas áreas de televisão e rádio, o custo inicial da produção de um programa jornalístico pode ser mais facilmente coberto quando as audiências são maiores. Isto tende a fazer que os jornalistas simplifiquem os enfoques segundo as fórmulas de produção da informação como entretenimento, negligenciando a profundidade dos assuntos e a pluralidade de perspectivas (ROTHBERG, 2011, p. 8).

Ainda que seja característica das emissoras de TV comerciais de países cuja legislação e regulamentação ainda se encontram em processo de construção, esta conduta se verifica, também, de modo geral, como realidade para as emissoras públicas de comunicação que “têm optado por desenvolver gêneros de entretenimento e ficção em detrimento de programas construtivos ou voltados para o interesse público” (MAIA, 2008, p. 95), na busca de alternativas para superar as dificuldades financeiras.

Como o telespectador, na tevê aberta, não precisa pagar assinatura mensal para ter acesso ao serviço, quem financia o sistema é a publicidade, em troca de audiência para seus anúncios. Ou seja, o telespectador ou ouvinte é, antes de tudo, um consumidor em potencial. Isso resulta em produzir uma homogeneização da programação, fazendo com que todas as emissoras copiem entre si as “fórmulas de sucesso” e que tenham a melhor relação custo-benefício, como os reality show e os programas de auditório. (ARAÚJO et al., 2008, p. 133).

Historicamente, a primeira – e mal sucedida – iniciativa na busca de soluções para o custeio da produção de conteúdos educativos aconteceu no ano de 1978 com a ideia da criação de uma rede de transmissão de programas educativos, por iniciativa da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa e do Programa Nacional de Teleducção (PRONTEL) – criado pelo MEC, no ano de 1972, com o objetivo de reforçar a importância das emissoras educativas no país (PIERANTI, 2007) –, cujo maior feito foi a transmissão dos jogos da Copa do Mundo de 1978, na Argentina, em virtude da TV Cultura de São Paulo, integrante rede, deter os direitos para aquela transmissão (LOPES, 2008).

Em 1979, outra iniciativa, no mesmo sentido, se deu a partir da criação do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINTED), com o propósito de integrar as emissoras educativas para a troca de conteúdos entre si, de modo a diminuir seus custos de produção, bem como constituir alternativa ao modelo de TV comercial predominante no país, o que, da mesma forma, não obteve o sucesso pretendido.

A proposta de descentralização ou intercâmbio da programação não teve muito sucesso. Acabamos tendo duas redes de televisão educativa: a TV Cultura de São Paulo - mantida pela Fundação Padre Anchieta entidade ligada ao governo daquele estado e a TVE do Rio de Janeiro – mantida pela Fundação Roquete Pinto (antiga Funtevê) e vinculada ao governo federal. [...] Com duas redes educativas, cada emissora era obrigada a fazer a opção por uma dessas duas cabeças-de-rede. As muitas restrições para os canais educativos em relação à programação e, principalmente, para viabilizar a manutenção financeira das emissoras, a rede Educativa permaneceu bastante restrita até metade da década de 90. Segundo Bolaño (2007), o fracasso do Sistema Educativo e das emissoras locais ocorreu essencialmente devido ao fato de operarem como retransmissoras da TV Cultura e da TVE e também por causa da proibição de publicidade, norma defendida pelos concessionários das emissoras comerciais. (LOPES, 2008, p. 5).

Outras formas de captação de recursos, à luz da legislação vigente, são abordadas por Priolli e Peixoto (2004, p. 7) que, entretanto, consideram que

os mecanismos de financiamento público, por outro lado, não contemplam diretamente a Televisão Universitária. Verbas de agências financiadoras da ciência, como o CNPq, a FINEP [FAPEMIG,] ou a FAPESP, podem eventualmente viabilizar programas isolados ou séries de televisão, mas estes têm de estar necessariamente vinculados a um projeto de pesquisa, que é o objeto de fato do financiamento – não o produto audiovisual que dele resulte. Para programas regulares, de veiculação permanente, mesmo que dedicados à divulgação científica, as chances de obter essas verbas são remotas.

Quanto às verbas destinadas ao incentivo cultural, como aquelas previstas nas chamadas “Lei Rouanet” ou “Lei do Audiovisual”, igualmente têm mecanismos inadequados à produção universitária e, de qualquer forma, limitadas que são, geralmente vão parar em mãos de produtores mais articulados, mais profissionalizados e mais hábeis politicamente.

Mais recentemente, no ano 2008, a Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU) lançou, no dia 6 de junho, em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), a primeira rede nacional de TVs Universitárias do país, a Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária (RITU), com o objetivo de resolver os principais entraves à consolidação e expansão das TVs Universitárias, no cenário da radiodifusão educativa no país, dentre eles a produção de conteúdos.

[...] as Televisões Universitárias não conseguem ocupar todos os horários disponíveis com suas produções, o que gera uma grade de programação com um grande número de reprises, desestimulante para o telespectador. [...] 41% [destas emissoras] produzem 5 horas ou menos de programação inédita semanal. A RITU – Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária, já está sendo desenvolvida e foi pensada para auxiliar na resolução dessa questão. A RITU tem como objetivo criar, fomentar e estimular ações que visem a

atender à demanda por programas de televisão entre as televisões universitárias (associadas ou não à ABTU) voltados para a educação e promoção da responsabilidade social e potencializar a RITU como instrumento de articulação das televisões universitárias brasileiras. (PRIOLLI; PEIXOTO, 2004, p. 7).

No âmbito das IFEs, a iniciativa de busca de soluções para suas emissoras de TV coube aos representantes das coordenações de Educação a Distância (EAD) das universidades federais, que, reunidos por ocasião do I Seminário Internacional de Educação a Distância, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), propuseram-se implantar e desenvolver projetos de ensino a distância em suas respectivas instituições e nas IFES em geral. Uma das ações planejadas foi a criação da Rede de Ensino a Distância das IFES (RedeIFES)²⁶ instalada inicialmente como uma rede de troca de informações entre as Universidades Federais. (RELATÓRIO..., 1999).

Passados 45 anos da criação das TV Universitárias – marcados pela inauguração da emissora de Pernambuco, ligada ao MEC, como apresentado anteriormente –, apesar de todas as iniciativas – conjuntas ou isoladas – implementadas com objetivo de fortalecer e consolidar a categoria, estas emissoras ainda ressentem de uma série de limitações, notadamente político-administrativas e econômico-financeiras, que as impede de assumir lugar de destaque mesmo localmente, junto às instituições às quais estão vinculadas. A este respeito Accioly comenta que um dos problemas observados em relação as TVs Universitárias é que “elas ainda não foram assumidas pela comunidade acadêmica, não se transformaram em objeto de interesse ou desejo de todos os cursos, do conjunto de docentes, estudantes, servidores e gestores” (ACCIOLY, 2009, p. 1) o que passaremos a discutir, após estas breves considerações, de modo particular, considerando a evolução histórica da TV Universitária da UFU, que constitui nosso objeto de estudo.

5.3 A radiodifusão educativa na UFU

A radiodifusão educativa na UFU teve início em meados da década de 1980, por meio da iniciativa de alunos do curso de Engenharia Elétrica da universidade, com o objetivo de criar um laboratório de rádio para os trabalhos de aulas práticas, sobretudo para as disciplinas da área de telecomunicações (GOMES; WARPECHOWSKI; SOUSA NETTO, 2003). Como

²⁶ Embora a proposta inicial seja de dezembro de 2003, em agosto de 2007 a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), quando congregava 58 IFES, aprovou a criação de uma rede de integração e permuta de conteúdos multimídia (RedeIFES), cujo objetivo é a permuta de programas de rádio e TVs Universitárias.

resultado deste projeto conseguiu-se a implantação de uma estrutura inicial que, além de atender aos propósitos de ensino e pesquisa, pretendida pelos alunos, estabeleceu as bases da radiodifusão na UFU.

A Rádio, ainda em caráter experimental, funcionava em uma das salas do Bloco E [do Campus Santa Mônica], sendo instalados ali alguns equipamentos, que seriam o ponto de partida para a Rádio e a TV Universitária. A administração da UFU, que tinha como Reitor o professor Ataulfo Marques Martins da Costa e como Pró-Reitor de Extensão o professor José Olímpio de Freitas Azevedo, estudando o projeto juntamente com os seus responsáveis discentes, constatou que os custos para a instalação de uma emissora de fato não eram tão maiores que aqueles necessários à montagem de um laboratório, tendo havido, então, um empenho para investimento direcionado neste sentido uma vez que seria de grande importância a criação deste instrumento, não só para aprendizado dos alunos, como também de grande importância para a Universidade e à população em geral (GOMES; WARPECHOWSKI; SOUSA NETTO, 2003, p. 165).

No ano de 1988, com a evolução das discussões e a própria necessidade de adequação e atendimento à legislação do setor em relação aos equipamentos instalados, foi criada a RTU, como dito anteriormente, uma entidade de direito privado, com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial –, que regularizaria as concessões das emissoras de rádio e de TV (GOMES; WARPECHOWSKI; SOUSA NETTO, 2003).

Neste mesmo ano, já com sua antena e transmissores situados no Campus Umuarama, foi inaugurada a FM Universitária - 107,5 MHz, com 17 horas de programação no ar e também a TV Universitária, sendo esta uma retransmissora da TVE do Rio de Janeiro. Já na administração do Reitor Nestor Barbosa, o departamento de obras da UFU, juntamente com a importante participação de José Maria de Toledo, trabalhou na elaboração e construção de um Núcleo de Comunicação da Universidade. Neste espaço se situaria a Rádio, a TV e a Gráfica Universitária, sendo iniciada a construção do Bloco 1S no Campus Santa Mônica no ano de 1993, com novas e adequadas instalações que pudessem comportar a estrutura requerida, uma das grandes conquistas deste período. (GOMES; WARPECHOWSKI; SOUSA NETTO, 2003, p. 165-166).

Cabe ressaltar que a RTU, concessionária das emissoras de Rádio e da TV Universitária, “tem por objetivo produzir e veicular programas de rádio e televisão educativas, contribuindo para a melhoria da educação e da cultura” (FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DE UBERLÂNDIA, 2011, p. 2) e para a consecução deste objetivo tem as seguintes competências:

- I – Divulgar programas e informativos de interesse educativo, científico, tecnológico e cultural;
- II – promover, interna e externamente, as potencialidades científicas e artístico-culturais das instituições de ensino de Uberlândia, da cidade e da região;
- III – promover a divulgação de eventos do interesse da Universidade Federal de Uberlândia, da cidade e da região;
- IV – proporcionar estágios práticos para alunos da Universidade Federal de Uberlândia e demais instituições de ensino;
- V - produzir, comprar, alugar ou permutar programas científicos, artísticos e culturais visando à melhoria da educação e da cultura;
- VI – dar suporte a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional de interesse da Universidade Federal de Uberlândia e, primordialmente, ao desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica criando condições mais propícias ao estabelecimento de relações com o ambiente externo²⁷.

Em 1994 foi elaborado, na UFU, o projeto “Tecnologia de comunicação para educação a distância e universalização da educação fundamental” – com base no Documento Técnico de Educação a Distância do MEC e no Decreto nº 5.800, de 8 de dezembro de 1993, que criou o Sistema Nacional de Educação a Distância e considerando o “Plano decenal de educação para todos” –, que, como justificativa, propunha “romper barreiras e dar novas perspectivas para as relações ensino/aprendizagem aos níveis de educação fundamental e educação superior” (UFU, 1994, p. 5).

No documento, a UFU, por meio da RTU, propôs que a rádio e a TV Universitária passassem a configurar

um espaço privilegiado na experimentação de novos caminhos para o uso de seus produtos atuando como instrumentos de intervenção social e de melhoria do ensino; para a prestação de serviços de Educação a Distância como forma de democratizar o acesso educacional à maioria da população brasileira; para a produção de programas voltados à construção da cidadania e de programas com base nos conteúdos curriculares de 1º e 2º e 3º graus e produção de programas a partir das pesquisas desenvolvidas pelas universidades, de maneira a atender as necessidades de sua divulgação junto à comunidade acadêmica, dar voz à comunidade nos projetos de educação cunitária e propiciar a universalização da Educação Fundamental. Ainda dentro do Plano Decenal de Educação Para Todos, a Universidade Federal de Uberlândia, através da Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia propõem também “ampliar os meios e o alcance da Educação Básica, enriquecendo o acervo de recursos e tecnologias de apoio à escola e aos professores e dirigentes; intensificar ações tendo em vista desenvolver programas de capacitação de professores, dirigentes e especialistas” (UFU, 1994, p. 11).

²⁷ O item VI foi incluído na revisão e atualização do Estatuto da RTU, realizada em 2011 e registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na cidade de Uberlândia/MG, sob o nº 2648873 em 13 de setembro de 2011.

Vale ressaltar que as propostas registradas e aprovadas, tal como descritas no documento, traçaram planos de atuação para a TV, prioritariamente, que atribuiriam à mesma – além das competências estatutárias - a responsabilidade da produção de conteúdos para 1º, 2º e 3º graus, de universalizar a educação fundamental, bem como desenvolver programas de capacitação de professores e especialistas – como descrito acima.

Estas ações se desenvolverão criando o acervo tecnológico de comunicação para a Educação a Distância, treinando e capacitando professores em toda a região de abrangência da 26ª Delegacia Regional de Ensino. A universalização da Educação Fundamental passa prioritariamente pelo acesso dos professores a novos treinamentos que, desde já, podem ser oferecidos via TV Universitária e a novos produtos tecnológicos, que passarão a ser produzidos também pela TV e Rádio Universitárias da UFU (UFU, 1994, p. 11).

Os objetivos específicos propostos foram os seguintes:

1. Usar as novas tecnologias de informação e comunicação na educação, visando à universalização do processo de ensino-aprendizagem na Educação Fundamental.
2. Realizar investigações sobre o emprego do rádio e da televisão na Educação a Distância.
3. Realizar atividades de formação, capacitação e treinamento de professores, pesquisadores e estudantes dentro de um programa institucional de educação a distância e universalização da Educação Fundamental.
4. Promover e realizar novos programas e propostas através do uso de meios de comunicação de massa para o ensino fundamental, universitário e de apoio à educação comunitária.
5. Ampliar a ação da Universidade Federal de Uberlândia na sua região de influência, através do desenvolvimento de programas institucionais de Educação a Distância.
6. Em médio prazo, tornar a Universidade Federal de Uberlândia um centro de excelência e um pólo para modernização, melhoramento e capacitação de um sistema de Educação a Distância, gerando pedagogia tecnológica para outras instituições. (UFU, 1994, p. 12).

Além das metas iniciais relativas à aquisição de equipamentos e materiais e de treinamento e capacitação de recursos humanos, o projeto propunha também, a produção de programas de televisão e de rádio bem como a produção de vídeos para:

- o serviço de Educação a Distância definido pelo MEC;
- dar suporte às ações do Plano Decenal de Educação Para Todos;
- o ensino curricular de 1º, 2º e 3º graus;
- a divulgação de pesquisas desenvolvidas pela Universidade Federal de Uberlândia;
- as questões ambientais e a educação comunitária. (UFU, 1994, p. 13).

Como resultado da participação de representantes da UFU no 1º Encontro de Comunicação Social, promovido pelo MEC em Belo Horizonte, em 1994 – no qual o então Ministro das Comunicações, Murilo Hingel, propôs uma maior comunicação entre as IFES e um melhor aproveitamento das estruturas telecomunicação das mesmas, como instrumento de divulgação de cultura e educação (GOMES; WARPECHOWSKI; SOUSA NETTO, 2003) – concebeu-se em 1995, o projeto “Planejamento técnico-pedagógico de uma emissora geradora de televisão educativa – TV Universitária de Uberlândia”, por meio do qual seriam adquiridos os equipamentos necessários à emissora de TV, que passaria a ter uma das melhores estruturas de emissoras universitárias do país e, posteriormente, a operar como geradora de conteúdos²⁸.

No ano seguinte, 1995, um projeto foi criado pelos responsáveis da Rádio e da TV Universitária de Uberlândia. Com o intuito de adequá-la aos parâmetros e diretrizes do Governo Federal para o recebimento de verbas e, após sua aprovação em 1996, a emissora compra novos equipamentos e transfere-se efetivamente para o Bloco 1S no [Campus] Santa Mônica, onde permanece até hoje (GOMES; WARPECHOWSKI; SOUSA NETTO, 2003, p. 165-166).

Em contrapartida aos recursos liberados pelo Ministério da educação, a UFU investiu 600 mil dólares, de recursos próprios, para a estruturação do setor de comunicação e, de modo particular, da TVU (UFU, 2008b).

De acordo com o projeto, elaborado pelo jornalista Orestes Gonçalves de Oliveira e pelo economista Carlos Alberto Freire Resende, o quadro de pessoal permanente da emissora – que passaria a atuar como geradora - seria composto por “mão-de-obra especializada nas atividades de direção, serviços administrativos, serviços de produção - envolvendo área de produção, distribuição e transmissão; serviço de jornalismo e serviço técnico-pedagógico” (OLIVEIRA; RESENDE, 1995, p. 29).

Além dos recursos humanos de caráter permanente, citados acima, o projeto previu a atuação de diversos atores e sujeitos da sociedade local, como docentes e pesquisadores da UFU e de outras instituições de ensino de Uberlândia, desde o primeiro grau até o ensino superior, com destaque para a atuação de

²⁸ A homologação, concedida por decreto legislativo do Congresso Nacional, autorizando o funcionamento da TV como geradora a partir de 14 de março de 2003, de fato, somente veio em 2009, no segundo mandato do Presidente Luiz Inácio da Silva, assinada pelo então Ministro das Comunicações, Hélio Costa. Datada de 16/02/2009, registrada no FISTEL sob o nº 50009867090 - sendo o número de registro oficial da emissora o nº 323721737 -, a homologação se deu, internamente, no mandato do reitor Alfredo Julio Fernandes Neto.

estagiários de nível médio e superior [dos cursos] de Comunicação Social (com habilitação em Jornalismo e Publicidade [e Propaganda]), pedagogia, comunicação visual, arte cênica, música, engenharia elétrica, decoração (cenografia), artes plásticas, ciência da computação e técnico em eletrônica [nas mais diferentes etapas do processo produtivo da Emissora]. (OLIVEIRA; RESENDE, 1995, p. 29).

Vale ressaltar que no quadro de pessoal permanente da TV foi considerada a categoria “serviço técnico-pedagógico” para a qual foram previstos 5 (cinco) pedagogos e 2 (dois) psicólogos educacionais (OLIVEIRA; RESENDE, 1995, p. 30).

Retomando a linha histórica da TVU, até o início da administração da UFU do período 1992-1996, do Reitor Professor Nestor Barbosa de Andrade, a TV Universitária funcionou como repetidora do sinal gerado pela TV Educativa do Rio de Janeiro, quando passou a operar como estação mista e, assim, deu início à veiculação de programação própria no percentual de até 15% do total da grade (UFU, 1996).

Já em operação, a TV iniciou uma fase experimental de produção e veiculação de programas locais em julho de 1996. Além de vinhetas, chamadas institucionais e agenda de eventos da UFU e da comunidade, começaram a ser exibidos dois programas produzidos pela equipe básica: o programa *Cidade Especial*, que procura rastrear o universo artístico-cultural de Uberlândia, apresentando a música, a pintura, a escultura, a dança e o teatro produzidos por grupos da própria cidade, e o programa *1º Plano*, de entrevistas e debates com personalidades da cidade, procurando abordar os temas que atingem a comunidade da região.

Em setembro [de 1996] a TV Universitária estreou mais uma produção: *Câmera 4*, uma revista eletrônica, com linguagem diferenciada do jornalismo diário tradicional, aprofundando a discussão dos acontecimentos mais candentes na vida diária da cidade (UFU, 1996, p. 185).

Esta mudança, ainda de acordo com o relatório, foi possível em razão das seguintes ações:

- construção de prédio específico, adequado a uma emissora de TV, agregado ao complexo de comunicação (bloco 1S)
- aquisição de equipamentos de última geração tornando-a um dos expoentes nacionais no campo de TV Universitária;
- recuperação da função estatutária do Conselho de Programação, para que a TV e Rádio sejam apropriadas pela comunidade interna e externa, estreitando os laços de integração entre ambas;
- contratação de uma diminuta equipe de profissionais de grande capacidade técnica (UFU, 1996, p. 185).

Entretanto, o período de profunda crise econômico-financeira pelo qual passaram as universidades públicas no Brasil, notadamente nos anos de 1990, atingiu de modo vital as TV Universitárias e, particularmente, a TVU da UFU.

A partir da entrada de Paulo Renato de Sousa no Ministério da Educação e no contexto da aplicação das medidas neo-liberais na educação, estes setores, rádio e TV, passaram a enfrentar os mesmos problemas que atingem os demais setores das universidades, em seu sucateamento. A grande preocupação atual da Rádio e TV Universitária, é a manutenção do espaço que foi conquistado pela emissora, a partir do padrão de qualidade de sua programação. A busca de incentivos culturais e financeiros para que possa haver uma condição favorável à elaboração de novos projetos e a incrementação desta estrutura respeitável de telecomunicações para, assim, contribuir com o imprescindível papel social da Universidade Federal de Uberlândia (GOMES; WARPECHOWSKI; SOUSA NETTO, 2003, p. 167).

Esta realidade é relatada por Carneiro ao comentar a entrevista concedida por Orestes Gonçalves, na qual o ex-dirigente da emissora enfatiza que

[...] em 1997, ao assumir o projeto da TV Universitária, na posição de gerente do setor, o reitor Gladstone Rodrigues da Cunha Filho (gestão 1996-2000) impôs um severo corte de despesas da Faepu (entidade que repassava recursos à RTU), e isso veio a refletir no funcionamento da TV, que mantinha em seu quadro de pessoal 44 profissionais pagos pela Fundação Rádio e Televisão educativa de Uberlândia (RTU). Orestes Gonçalves lembra que o reitor até pediu que fechasse a Televisão, mas que, com o empenho do Diretor de Comunicação na época, Márcio Alvarenga, a TV continuou, mas na condição de se manter com recursos próprios. Com isso houve corte severo de pessoal. A TV passou a funcionar com servidores efetivos da UFU e com número reduzido de funcionários contratados pela RTU. Segundo Orestes Gonçalves, todos pagos com recursos da própria TV, gerados mediante a produção de vídeos e programas para terceiros. Ele salienta que, para suprir a equipe de pessoal que havia sido reduzida, a TV passou a trabalhar com alunos estagiários do curso de Comunicação do Centro Universitário do Triângulo (Unit), Instituição superior particular da cidade [...] (CARNEIRO, 2004, p. 101).

Outra forma de captação de recursos implementada à época, foi o convênio firmado entre a RTU e a Câmara Municipal de Uberlândia, por meio do qual a TV passou a transmitir programas do legislativo uberlandense na grade local da emissora, propiciando aporte de recursos para auxiliar na manutenção da TVU (CARNEIRO, 2004).

Em relação à produção de conteúdos pela TV Universitária, além dos programas apontados pelo Relatório de Gestão da Reitoria 1992-1996, acima citado, Carneiro (2004) apresenta o registro, no período de 1996 a 2004, dos seguintes programas:

- a) 1996: “1º Plano” (entrevistas e debates); “Cidade Especial” (cultura e artes); “Câmera 4” (noticiário/reportagem em geral);
- b) 1997: “Cidade Serviço” (informativo com prestação de serviço); “Acontece o seguinte” (entrevistas); “Painel” (revista eletrônica com atualidades);

- c) 1998: “Câmera Aberta” (informe legislativo local);
- d) 1999: “Radar”! (Coluna social eletrônica), “Repórter UFU” (divulgação científica);
- e) 2001: “Cidade Especial” (música, artes cênicas, dança, artes plásticas).

Sobre a programação levantada durante o ano de 2004 Carneiro (2004, p. 105) comenta que

Como geradora não tem restrição de horário para produção local. A TV gera, hoje [2003/2004], 136 horas de programação própria. São 12 programas locais exibidos durante a semana. As informações chegam ao setor por intermédio da Assessoria de Imprensa ou diretamente para a Divisão de Televisão, e as pautas são produzidas com base em levantamento de assuntos condizentes com o perfil do programa.

Daquela época, têm-se os registros – sem ano de início –, dos seguintes programas exibidos pela emissora: “TVU Debate” (jornalístico); “TVU Notícia” (jornalístico); “TVU Música” (Entretenimento); “TVU Economia” (Informativo técnico), “Gênero em Debate” (Educação e Cultura), “Papo Aberto” (Variedades), “Plantando Ideias” (Variedades), “TV Legislativa” (Informação e cidadania), “Brasil/Japão” (intercâmbio Cultural), “Espaço Cultura” (Variedades), “Vovó Cachimbó” (Infantil) e “Ultrasuperhiper” (Infantil).

Com relação à equipe de profissionais, temos o registro feito por Carneiro (2004) que cita as funções, com seus respectivos números de colaboradores, em atividade na TV, por ocasião de suas pesquisas.

No seu quadro de pessoal, atual 19 profissionais; sendo dois editores, três cinegrafistas, dois operadores de máster, uma pauteira, um técnico, seis jornalistas (dois atuam como repórteres), um locutor, uma secretária, uma profissional que cuida da videoteca e um coordenador técnico. Destes, sete são efetivos da UFU (dois fazem parte do quadro permanente da rádio Universitária e atuam como colaboradores), um efetivo, cedido pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e 11 são contratados da Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia (RTU) (CARNEIRO, 2004, p. 105).

Atualmente²⁹, a TVU continua como emissora afiliada à Rede Minas de Televisão que, por sua vez, integra a rede de emissoras públicas vinculas à TV Brasil, da EBC. Além da programação da Rede Minas/TV Brasil, a TVU veicula 35 (trinta e cinco) horas de produção local por semana, resultante de 11 (onze) programas, dos quais, 5 (cinco) são produzidos pela

²⁹ Levantamento feito por meio de entrevista semiestruturada com o coordenador de produção da TVU, Valter Lucas e de pesquisa documental com o apoio do assistente administrativo da RTU, José Ricardo Bertoldo em 7/11/2011, nas dependências da RTU (Bloco 1S do Campus Santa Mônica da UFU).

equipe da emissora - e somam 5 horas e 15 minutos de produção própria por semana. Os programas produzidos e veiculados pela TV Universitária da UFU, atualmente, são: “TVU notícias”, “Circuito universitário”, “Conversa com o Reitor”, “Em pauta” (antigo TVU debate que, a partir de fevereiro de 2012, recebeu este novo nome) e “Talentos da terra”. Vale lembrar que o programa TVU Esportes, existente até fevereiro de 2012, a partir desta data, foi convertido em um quadro especial do TVU Notícias, com duas exibições semanais – as segundas e quintas-feiras.

Já os programas locais produzidos terceiros e veiculados pela TVU, somam 35 (trinta e cinco) horas de programação semanal, resultantes dos programas “Jornal da Câmara”, “Cultura popular”, “Uberlândia de ontem e de sempre”, “Saúde em evidência” e “Arte na Praça”, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Grade de programação local da TVU

NOME	GÊNERO	DURAÇÃO (minutos)	PERIODICIDADE
Circuito Universitário	Jornalístico	15` (segunda) 10` (terça a sexta)	Segunda à sexta-feira
Conversa com o Reitor	Jornalístico	15`	Semanal
Cultura popular	Entretenimento/ Musical	30`	Semanal c/ uma reprise
Em Pauta	Jornalístico	30`	Semanal
Jornal da câmara	Informativo/ jornalístico	- 2h (segunda a sexta- feira, de 9h30 às 12h30) - 2h (sábado, 16h às 18 horas) - 1h30 (terça a sexta, de 22h30 à 01h00) - 2h30 (segundas, de 00h30 às 03h00)	De segunda a sábado
Saúde em evidência	Variedades/ saúde	30`	Semanal c/ uma reprise
Talentos da terra	Musical	30`	Semanal c/ uma reprise
TVU Notícias	Jornalístico	30`	Segunda à sexta-feira
Uberlândia de ontem e de sempre	Cultural/ Jornalístico	30`	Semanal c/ uma reprise

É interessante ressaltar que o programa “Conversa com o Reitor” é o único programa produzido com pauta exclusivamente interna à UFU, bem como, que outras instituições de

ensino contribuem com a produção de conteúdos da emissora sob a forma de sugestão de pautas ou atuando como fontes, quando solicitadas, o que também ocorre com a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Uberlândia.

A definição das pautas, bem como a escolha de personagens, para produção de conteúdos, de acordo com o Coordenador de produção da TVU, Valter Lucas, é feita pelos redatores, com o suporte de duas reuniões de pauta por semana, e com as chamadas telefônicas às faculdades e institutos da UFU, além dos e-mails que chegam à redação.

Um aspecto técnico importante, do ponto de vista do registro histórico, informado pelo Coordenador de produção, é que se encontram em fase de digitalização os programas antigos da emissora produzidos em mídias não mais utilizadas como BETACAM, VHS, S-VHS, DV e MiniDV.

A equipe técnica atualmente em atividade na TV é composta por 26 funcionários, sendo 25 contratados pela RTU e uma servidora da UFU, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Equipe de colaboradores da TVU, em 2011

FUNÇÃO	VÍNCULO	Nº
Apresentador(a)	RTU	1
Assistente Administrativo	RTU	2
Cinegrafista	RTU	4
Coordenação de Produção	RTU	1
Coordenador(a) jornalismo	RTU	1
Editor de vídeo	RTU	4
Operador de máster	RTU	3
Produção de pauta	RTU	3
Repórter	RTU	2
Secretário(a)	RTU	1*
Técnico de manutenção	RTU	2
Técnico de transmissão	RTU	1
Videoteca	UFU	1
Total (TVU)	RTU/UFU	26

* Em processo de substituição

Cabe ressaltar, entretanto, que nos dois registros existentes, acima mostrados – quando analisados à luz do disposto no projeto de implantação da TVU –, quer seja vinculados à UFU ou à RTU, não consta dos quadros da TVU o registro da atuação de servidores ou funcionários na categoria “serviço técnico-pedagógico” para a qual foram previstos cinco pedagogos e dois psicólogos educacionais (OLIVEIRA; RESENDE, 1995, p. 30).

Também não há registros oficiais da realização de cursos de capacitação de professores, como proposto no projeto inicial, no âmbito da TVU, como atividade fim, cabendo esta função, hoje, na UFU, ao Centro de Educação a Distância (CEaD)³⁰.

Atualmente, com a estruturação e consolidação do curso de Comunicação Social, habilitação em jornalismo, da UFU, houve uma aproximação entre os docentes, técnicos administrativos e discentes da FAGED, vinculados ao curso, e o complexo de comunicação social da universidade, sobretudo por meio da RTU. Em parte, isto se deve a projetos de pesquisa desenvolvidos na FAGED, no âmbito do curso de jornalismo, como o caso do projeto “CIENCIA/UFU – A agência de notícias e a *webrádio* do curso de jornalismo/UFU a serviço da difusão e popularização da ciência em jornal impresso e rádio e TV universitárias em Uberlândia, MG”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Por intermédio deste projeto, alunos de graduação, bolsistas, supervisionados pelos pesquisadores envolvidos, “empregam diferentes ferramentas e meios de comunicação para difundir e popularizar a produção científica na UFU, por meio dos trabalhos educacionais, com diferentes temas transversais relacionados à ciência e à tecnologia (C&T)” (OMENA DOS SANTOS; TONUS; GOULART, 2010, p. 3). Além de contribuir com a inserção de conteúdos de ciência e tecnologia na cultura profissional dos futuros jornalistas, por meio do aprendizado prático, o projeto, ao levar conhecimento especializado à população local e regional, constitui, também, fonte de recursos à RTU, por destinar recursos financeiros para a divulgação das produções na rádio e na TV da fundação.

³⁰ O centro de Educação a Distância (CEaD), criado pela resolução 06/2007, do Conselho Universitário de 30 de julho de 2007, é o órgão da UFU responsável pelo apoio e intermédio da criação e operacionalização de cursos na modalidade a distância na UFU.

6 REPRESENTAÇÕES A RESPEITO DA TV UNIVERSITÁRIA DA UFU

Nesta parte do trabalho, passamos à apresentação e análise dos resultados da pesquisa de campo realizada com os produtores de conteúdo e gestores da TV Universitária que atuaram ou atuam na emissora, durante o período analisado, sobre suas representações a respeito da TVU e de seu papel junto à comunidade universitária e sociedade local. Em um segundo momento, serão apresentados e discutidos os resultados das pesquisas de campo realizadas pela CPA da UFU, sobre as condições de ensino, pesquisa e extensão – as potencialidades e fragilidades da UFU –, que contemplam as representações dos membros dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo sobre a TV Universitária da UFU. As pesquisas foram realizadas no âmbito da universidade, nos termos das diretrizes e portarias da CONAES, com vistas à melhoria da sua qualidade por meio do redirecionamento do planejamento, das ações das unidades acadêmicas e administrativas e da gestão, em conformidade com as dez dimensões previstas no art. 3º da Lei nº 10.861/04³¹, que discutiremos a seguir.

A relevância destes resultados para o presente trabalho reside na importância de se conhecer como os veículos de comunicação da UFU, especificamente a TV Universitária, são percebidos pelos três segmentos da comunidade universitária. Este conhecimento amplia nossos parâmetros para a compreensão do papel educativo desempenhado pela emissora, pois representa um universo abrangente de olhares e percepções acerca da importância da TV para a universidade.

6.1 Dos dirigentes e produtores de conteúdo da RTU/TVU

Decidimos, neste trabalho, pela realização de uma pesquisa de campo com estes sujeitos – participantes da construção da própria história da TVU –, dada a importância das contribuições dos mesmos para a construção de sentidos a respeito da emissora, como detalhado no capítulo inicial desta dissertação.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro básico (Apêndice A), com aprofundamentos em questões específicas, conforme os entrevistados julgassem

³¹ A Lei nº 10.861/04 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), foi instituída na Universidade Federal de Uberlândia por meio da Portaria R nº 302, de 8 de abril de 2005, com o objetivo de conduzir o processo de avaliação interna da instituição, nos termos das diretrizes e portarias da CONAES. UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Comissão Própria de Avaliação. 2009. Disponível em: <<http://www.cpa.ufu.br/node/10>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

pertinente – ou relevante – ressaltar determinados aspectos, o que permitiu que as respostas surgissem naturalmente revelando crenças, valores e as representações acerca do nosso tema.

Ao analisarmos os resultados da pesquisa, à luz das discussões desenvolvidas ao longo deste estudo, constatamos que o aspecto econômico-financeiro – apontado por diversos autores, ao longo do trabalho, como um dos maiores desafios da radiodifusão educativa no país –, o problema com a maior frequência de respostas. Contudo, tanto as potencialidades quanto os desafios da radiodifusão educativa, no contexto de uma IFES, fizeram-se presentes nas falas dos participantes, desde o início das entrevistas, quando questionados sobre os propósitos da emissora de TV no contexto da universidade.

6.1.1 Dos propósitos da TV Universitária

Sobre esta primeira abordagem, constatamos que fatores como a resistência ao uso de novas tecnologias e a falta de diálogo entre a TV e as unidades acadêmicas e seus pesquisadores, constituem dificuldades a serem vencidas, como para o entrevistado A1, que evidencia que esta resistência à utilização da tecnologia de comunicação no ambiente acadêmico foi uma das dificuldades encontradas e que impedem a aceitação da radiodifusão como instrumento de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, no âmbito da UFU. Note-se que, embora a pergunta seja sobre os propósitos da TVU, nossos primeiros dados, espontaneamente apresentados, indicam dificuldades a serem superadas.

[...] as Universidades têm um potencial muito grande de divulgação do seu ensino e da sua pesquisa e isso poderia, tendo uma outorga de uma televisão, facilitar a sua penetração na sua comunidade, na sua área de influência. Seria este o objetivo inicial que se propunha, mas que na verdade, nós sentimos muita dificuldade, porque na verdade as universidades, o próprio ensino não estava preparado para este tipo de atividade. Nossa tradição ainda é a sala de aula. E o que acontecia? A dificuldade muito grande do docente em utilizar este recurso audiovisual para transmitir os seus conhecimentos [...]

Compartilhando de compreensão semelhante, quanto aos propósitos da emissora, o entrevistado A4, aproxima-se de A1, ao dizer que

[...] o propósito principal, era você aproveitar que você estava no âmago de uma Universidade onde se gera conhecimento, onde transita informação, onde faz pesquisa, e criar uma televisão educativa que atendesse não só a comunidade local, como também a comunidade regional, não só da cidade, mas da microrregião que a Universidade encampa. [...] trabalhar uma emissora de caráter educativo, contribuindo para a inclusão social, contribuindo para o

*trâmite das informações das produções das instituições federais de ensino, não só da UFU, mesmo porque se você olhar o estatuto da RTU, você perceber que lá coloca isso de maneira geral.*³²

Entretanto este entrevistado A4 apresenta, também ao discorrer sobre os objetivos da emissora, uma dificuldade de natureza jurídica com reflexos no campo político-administrativo.

[...] as Instituições Federais de Ensino [Superior] não podiam mais ter a concessão de canais de televisão. Algumas TVs que já tinham até essa época como, por exemplo, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal, se não me engano a Federal de Porto Alegre também. A concessão do canal era das Universidades. E continua sendo. A partir daí não podia mais. Então o artifício que foi, usado por várias instituições, inclusive pela Universidade Federal de Uberlândia, foi a criação de uma Fundação de Radiodifusão educativa, que no caso foi a RTU, que era realmente, de fato, a concessionária dos canais. E ela conveniava-se à UFU, como Fundação de apoio, e cedia os canais para UFU. A UFU na verdade o que ela tinha eram duas divisões dentro da Diretoria de Comunicação que era a DIVRA, a Divisão de Rádio, e a DITEL, que é a Divisão de Televisão, para poder viabilizar a rádio e a TV, cujas concessões eram da Fundação Rádio e Televisão Educativa (RTU)

Esta mesma opinião é compartilhada pelo entrevistado A6, como evidenciado em suas considerações, espontâneas, antes mesmo de tratar dos objetivos, especificamente, da emissora.

[...] primeiro ela integrava e integra os meios de comunicação social de que a Universidade dispõe, os quais sejam: a própria TV, a rádio Universitária e o jornal da UFU, que são, digamos assim, as três principais mídias da Universidade. Eu faço questão de dizer que é da Universidade porque, na verdade, todo o patrimônio destas três mídias (veículos) pertence à Universidade. A RTU, na verdade, foi criada por uma imposição da última ditadura militar que vetou às Universidades públicas, o direito de serem concessionárias de canais de radiodifusão, ou seja, rádio e TV. Então o eu sempre encarei e encaro ainda a TV Universitária e as demais mídias como sendo mídias da Universidade Federal de Uberlândia. É patrimônio público aquilo lá. Inclusive acho que até hoje a relação entre a UFU e a Fundação Rádio e Televisão educativa da Uberlândia, ou seja, a RTU, que tem o poder concessionário da TV e da rádio, é uma relação muito mal resolvida até hoje. E acho que muito mal resolvida primeiro por imposições legais do Ministério das Comunicações e em segundo lugar por iniciativa, digamos assim, mais ousada, mais forte, por parte das diversas gestões da Universidade Federal de Uberlândia.

³² No capítulo 2 do Estatuto da RTU, à página 2 do documento, onde se listam as competências da Fundação, destacam-se os itens II (promover, interna e externamente, as potencialidades científicas e artístico-culturais das instituições de ensino de Uberlândia, cidade e região) e III (promover a divulgação de eventos de interesse da Universidade Federal de Uberlândia, da cidade e da região).

Os desdobramentos deste fato, apontado por ambos os respondentes, podem ser mais bem compreendidos quando, por exemplo, verificamos que no “Plano Institucional de Desenvolvimento e Extensão” (PIDE), período 2010-2015, da UFU, temos duas abordagens distintas para os mesmos veículos de comunicação, ou seja, a rádio e a TV Universitária. Na seção 3.4 do documento, que trata da Comunicação Institucional, ao se estabelecerem as ações da DIRCO³³ - citando um plano de ação institucional para a área de comunicação implantado na UFU, informa que

O documento estabelece como pilar básico das ações da Dirco, a implementação de um efetivo Sistema de Comunicação Integrada, envolvendo atividades das três principais habilitações do curso de graduação em Comunicação Social, quais sejam: Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas, sem esquecer do forte elo que, necessariamente, deve existir com as atividades da Divisão de Rádio e Divisão de Televisão (Rádio e Televisão Universitárias) (UFU, 2010a, p. 95).

Por outro lado, na seção 4.3.2.4 do mesmo documento – que trata da RTU –, temos que “A TV Universitária (TVU) e a Rádio Universitária FM são emissoras da Fundação Rádio e Televisão educativa de Uberlândia (RTU), que por sua vez é credenciada junto ao Ministério da Educação como Fundação de Apoio à Universidade Federal de Uberlândia” (UFU, 2010a, p. 112).

Juridicamente, de um lado a RTU – concessionária – uma fundação de direito privado, cujo vínculo com a universidade se dá pela condição de fundação de apoio – intermediada pelo MEC (embora seus diretores sejam servidores do quadro da UFU e por esta remunerados) e, por outro lado, a DIRCO, um órgão suplementar da administração superior da universidade, que possui uma Divisão de Rádio e uma Divisão de Televisão, e entre ambas, a Rádio e a TV Universitária, que figuram nos planos oficiais de atuação de ambas as instâncias.

Acreditamos que esta seja uma questão a ser ainda mais bem compreendida, tanto pela academia quanto pelas administrações das universidades e das fundações, principalmente se considerarmos os aspectos econômico-financeiro, de patrimônio e político-administrativo.

Há também, como resultado das entrevistas, definições que retratam a TVU Universitária de modo muito simples e direto, contrariando mesmo as conclusões do relatório elaborado pela ABTU, com o apoio da UNESCO, que aponta a falta de conhecimento sobre a

³³ A Assessoria de Comunicação Social, criada na UFU, em 1º de agosto de 1981, como relatado no PIDE 2010-2015, foi transformada na atual DIRCO, que possui duas divisões: a Divisão de Rádio (DIVRA) e Divisão de Televisão (DITEL).

identidade e missão das TVs Universitárias, como apresentado por Priolli e Peixoto (2004, p. 7) no capítulo anterior, que afirma que “as TVs Universitárias ainda carecem de uma identidade própria, não conhecem seu público alvo e mesmo desconhecem sua missão”.

Diante do fato de que, durante o levantamento bibliográfico, não encontramos trabalho acadêmico publicado que revele, por parte das emissoras universitárias de canal aberto ligadas às IFES, que alguma delas conheça seus índices de audiência, consideramos que, ainda que publicada em 2004, a questão apontada por Priolli e Peixoto ainda não foi superada. Entretanto, para o entrevistado A2, o propósito da TV Universitária é o

de levar informações da Universidade, principalmente ligadas a ensino, pesquisa e extensão, e além de levar esse tipo de informação, promover o desenvolvimento da cultura, promover o desenvolvimento do entretenimento, sempre voltada para alguma forma artística, alguma forma cultural ou alguma forma de ensino, e também prover condições para que a Universidade proporcione ensino aqui dentro nos seus cursos afins; Jornalismo, comunicação social e tudo mais. O propósito é bastante simples.

Corroborando a tese de Priolli e Peixoto (2004), o entrevistado A5, entretanto, compartilha da ideia de que as TVs Universitárias ainda têm um longo caminho a percorrer em direção ao conhecimento do seu propósito de existência.

Olha, eu acredito que a TV Universitária passa ainda por uma indefinição de perfil, sabe? Ela ainda não se estabeleceu a exemplo de outras Universidades. Isso não é peculiar à Federal de Uberlândia. Mas a leitura que a gente faz é que a TV Universitária ainda não encontrou o seu real perfil. A sua missão, a sua verdadeira missão. Ainda existem alguns discursos e não tem um consenso nesses discursos

Como uma abordagem que remete à percepção da comunicação pela administração das universidades, o entrevistado A5, aponta como fator responsável pela indefinição do perfil das TVs Universitárias o fato de que a

a comunicação, a tecnologia, a televisão, ainda, nas Universidades, são vistas ainda como um custo e não existe ainda uma consciência da importância delas como ferramentas de tamanha importância como qualquer outra dentro da Universidade. E porque essa importância? Porque é um recurso que a instituição tem, a instituição pública, para legitimar sua existência. Porque a partir do momento em que a instituição pública externa para a sociedade os seus projetos, o seu desenvolvimento, ela está mostrando onde o recurso público está sendo investido. Então é uma resposta, é uma prestação de contas ao povo que a sustenta.

E especificamente sobre o papel da emissora, A5 acredita que sua missão seja a de

levar educação e cultura dentro do seu caráter que tem que ser pluralista e público. Pluralista para dar voz a todos e dar condições das manifestações e dar condições de qualquer... independente de qualquer facção política, partidária... a participar e levar e levar o seu conhecimento, o que a pessoa está desenvolvendo aqui dentro da instituição para a sociedade, porque o interesse tem que ser público.

Além de apresentar o conceito de “interesse público” discutido no início deste capítulo – sobre o qual não se tem consenso no Brasil, segundo os autores consultados –, esta percepção da TV como um veículo de prestação de contas da administração da UFU à sociedade é igualmente compartilhada pelo entrevistado B3 ao afirmar que

a Universidade deve um retorno à comunidade contribuinte, a quem paga imposto, do que é feito aqui dentro. Esse saber, ele precisa ser difundido. E eu vejo a TV Universitária como a principal ferramenta para que isso chegue até a comunidade.

Além de mostrar o papel social da TV Universitária na prestação de contas da universidade à comunidade externa, defendidos nas duas falas anteriores, o entrevistado A5 indica como caminho a seguir, rumo à definição de propósitos, o caminho da diversidade, da heterogeneidade.

O objetivo, a missão de uma TV Universitária, é justamente levar educação e cultura para a sociedade. Se ela existe dentro de uma Universidade, a Universidade é o berço do conhecimento. Então a TV Universitária, ela não tem que estar competindo com a TV comercial, a TV privada. Porque ela tem que sair desse circuito de homogeneização e entrar para a sua especialidade que é a heterogeneidade.

Nesta mesma linha de raciocínio, considerando a heterogeneidade como premissa norteadora da programação, o entrevistado B1, entende que a TV Universitária deva “atender àquilo que a TV comercial não tem nenhuma preocupação [em atender]”, ou seja, ser entendida como uma alternativa às emissoras comerciais de sinal aberto.

De modo semelhante, as respostas dos entrevistados B3 e B4, sobre os propósitos da TVU, indicam que a emissora deve ter uma missão relacionada tanto à extensão universitária, um dos pilares das IFES – juntamente com o ensino e a pesquisa –, quanto à produção de conteúdos a partir de pautas exclusivamente internas à instituição.

[...] a TV Universitária deve servir ao propósito de ser uma ponte entre a comunidade universitária e a comunidade de uma maneira geral, extramuros. Ela tem uma ação extramuros, que é levar à comunidade o que se faz aqui dentro em termos de pesquisa, ensino e extensão, ao mesmo tempo sendo um espaço de debate, um canal para que os servidores técnicos, professores, para que os alunos possam discutir os próprios problemas e buscar soluções. Principalmente a TV Universitária só deveria existir em razão de dar visibilidade ao que essa Universidade produz.

Em sua fala, o respondente B4 compartilha desta premissa.

[...] a função da TV Universitária, dentro da UFU, é dar apoio para o tripé da Educação: pesquisa, ensino, e extensão, fazendo reportagens, programas, programetes, e de forma mais aprofundada do que as TVs comerciais fazem, com um cunho muito mais educativo.

Esta função de cunho mais acadêmico, atribuída à TVU, é compartilhada pelo entrevistado A6 – embora este questione sua eficácia ao comentar os baixos índices de audiência em razão da competição com as grandes redes de sinal aberto – que defende que o papel da TVU seja o de

[...] fazer com que a UFU disponha de um meio de comunicação que atinja a chamada comunidade universitária, embora ela não tenha – e até hoje isso deve acontecer – uma audiência grande dentro da própria comunidade universitária, por várias razões. Competir com as TVs comerciais não é uma coisa simples. E as TVs comerciais têm dispositivos de sedução do telespectador médio e mesmo intelectualizado, ou não intelectualizado, que a TV Universitária não dispõe.

Temos, por outro lado, percepções acerca dos objetivos da TVU, que a entendem, também, como uma oportunidade de aprendizagem e mesmo de atuação dos discentes como estagiários, conforme enfatiza em sua resposta, o entrevistado B2.

[...] o objetivo seria atender à comunidade interna e à comunidade externa e abranger mais a Universidade, atender aos propósitos da instituição também. Abrindo à possibilidade de estagiários lá dentro, estarem trabalhando, principalmente para os cursos de comunicação, engenharia elétrica, porque tem uma possibilidade deles trabalharem lá [...].

6.1.2 Das contribuições da TVU para a comunidade universitária

Novamente a tese de Priolli e Peixoto (2004) encontra ressonância em nosso trabalho quando – na percepção dos entrevistados A1 e A2 –, constatamos a indefinição nos propósitos da emissora em razão da falta de percepção acerca das contribuições efetivas da mesma à comunidade universitária.

A Universidade não absorveu a TV Universitária como deveria ter feito no passado quando foi implantada. Apesar do projeto de educação a distância [que deu origem à emissora] não houve a sensibilização por parte da comunidade universitária [sobre a importância] de se utilizar deste veículo para levar [difundir/divulgar] seu ensino. Não se criou nenhuma nova metodologia. Às vezes pode ter sido um erro por parte da administração da emissora de ter visto essa emissora como um veículo de comunicação social e não como um veículo de comunicação e educação.

Para A2,

[...] a grande contribuição da TVU é dar visibilidade à Universidade. É o que nós queremos.

Entretanto temos percepções que revelam que a TVU tem proporcionado significativas contribuições, como relata a resposta do entrevistado A3.

O primeiro foi [...] o Repórter UFU, que através de reportagens e entrevistas, in loco, nos departamentos, nas unidades acadêmicas, possibilitava a divulgação das pesquisas e dos trabalhos acadêmicos que eram produzidos. Então era um programa que acabou contemplando a comunidade universitária, mas possibilitando, também, que a comunidade externa pudesse ter conhecimento sobre o que aqui se produzia. E o outro aspecto, o segundo momento, que é o momento da reflexão, da formação da opinião pública, era possibilitar, através de um programa [...] o “Acontece o Seguinte”. Esse, era um programa de entrevistas e debates, que era apresentado 3 vezes por semana e que possibilitava a abordagem de temas de grande relevância para a comunidade interna e também, sobretudo, para a comunidade externa. E, com isso, esse programa dava a chance para as cabeças pensantes pudessem manifestar e pudessem contribuir para a formação da opinião pública. Foi aí que muitos professores, inclusive a partir deste trabalho, acabaram sendo bastante requisitados por outros órgãos de imprensa o que denota claramente que essas pessoas elas estavam no anonimato. E a partir do momento que você deu direito à voz e à expressão, essas pessoas acabaram deixando uma impressão altamente positiva e, pela credibilidade das posturas e das opiniões críticas, essas pessoas passaram sistematicamente a fazer parte da mídia da cidade.

Embora seja uma questão a ser discutida no próximo item que trata das dificuldades enfrentas pela TVU, cabe ressaltar, entretanto, que o programa “Repórter UFU” – citado pelo entrevistado A3 –, iniciado em 26 de julho de 1999, um programa jornalístico diário de divulgação científica que exibia o quadro “a pesquisa na UFU” foi tirado do ar em março de 2001, segundo uma das idealizadoras, “por falta de recursos financeiros e estruturais” (UFU, 2008b, p. 24). Tal fato evidencia as contradições apresentadas anteriormente, haja vista que, à época, o único programa destinado exclusivamente à divulgação científica – cujas experiências foram relatadas em conferência mundial e congresso nacional, realizados pela Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC) – deixa de ser produzido e veiculado por falta de recursos em uma emissora vinculada a uma universidade federal, cujos objetivos e atribuições estatutárias preveem, dentre outros aspectos, “produzir, sistematizar e transmitir conhecimentos” (UFU, 1999, p. 10) como previsto no artigo 5 de seu estatuto, o que se realizará, de acordo com o artigo 6 do mesmo documento, “desenvolvendo e difundindo, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, todas as formas de conhecimento teórico e prático, em suas múltiplas áreas” – ainda que a TV pertença, formalmente, à fundação RTU, de direito privado, com suas restrições econômico-financeiras discutidas anteriormente (UFU, 1999).

O entrevistado A4 enumera, por sua vez, três contribuições mais significativas da TVU à comunidade Universitária.

[...] a TV Universitária, basicamente, prestou três grandes serviços [...]. Um foi abrir o espaço para a comunidade universitária, especificamente, para que ela pudesse divulgar o seu trabalho. Seu trabalho científico, seu trabalho cultural, tudo aquilo que a Universidade produzia pode ser levado a público através dos canais da Fundação Rádio e TV Educativa de Uberlândia, inclusive pela TV Universitária. Essa foi uma das contribuições. A outra contribuição [foi] a criação de um jornalismo informativo que visasse não só a comunidade universitária, mas também ela, e toda a comunidade local, só que com um enfoque bem diferente e que eu acho importantíssimo nas TVs Educativas. [...] Então eu costumava muito nas reuniões colocar para o pessoal sempre o seguinte: olha gente, não só pelas nossas condições, que são precárias, mas se houver uma rebelião e fugir um monte de presos, do [presídio] Jaci de Assis, deixem que as outras emissoras cubram o fato. Elas vão estar lá em trinta segundos. Deixem que façam. Nós não vamos concorrer com eles nesse ponto. Nós não temos condições. Eles vão cobrir o fato, eles se interessam pelo fato, eles dão o fato e amanhã não existe mais esse problema. Nós não. Amanhã nós vamos fazer o que? Nós vamos trazer o pessoal da assistência social da UFU, o diretor do Presídio, gente ligada ao poder público, e vamos discutir o sistema prisional brasileiro. [...] O fato não se preocupe com ele. Deixe que as outras emissoras anunciem com exclusividade como elas gostam de colocar e etc. A gente vai explorar o conteúdo de cada fato, com tranquilidade, posteriormente. Porque nós temos que cobrir uma lacuna que as outras emissoras não fazem.

Apresentado uma percepção análoga à do entrevistado A3, ou seja, vinculando a contribuição da TV às contribuições dos programas da grade da emissora nos respectivos períodos de atuação, A6, aponta as contribuições realizadas e, ao mesmo tempo, cita as dificuldades de recursos como fator limitante das ações.

primeiro ela fez uma reformulação na programação e tornou essa programação mais voltada para o público universitário. Criamos [...] um programa chamado TVU no Campus, que divulgava as ações da UFU [...]. Isso não impediu que outros programas como TVU Debate, TVU Notícia, veiculassem também. No primeiro caso, do TVU Debate, foram debatidas várias questões pertinentes à Universidade, à cidade e mesmo com relação a temas nacionais. TVU Notícia noticiava muita coisa das próprias ações da Universidade e o TVU no Campus nem se fala. Era voltado para as ações da Universidade. Então eu acho que isso foi uma contribuição. É claro que foi uma contribuição ainda que modesta, porque a permanente falta de recursos, esse é um problema seriíssimo, fez com que nos limitássemos a esses três programas no âmbito da TV. A TV Participou de outras ações, de menor destaque, eu diria, mas eu destacaria essas três iniciativas que constituíram, na verdade [...], constituíram uma mudança significativa na postura que a Universidade tinha até o ano 2000.

Entretanto, nos deparamos com leituras que indicam que a TVU não tem contribuído de forma significativa para com a comunidade universitária como evidenciado na resposta de B2.

No período que eu fiquei lá acho que muito pouco. Não atendia às demandas da instituição, não tinha uma relação próxima com a instituição, era bem fechado, não tinha um trabalho intenso, no período em que eu vivi. Não existia uma relação íntima da comunidade universitária com a TV. Exemplo dessa relação, que eu senti, o período todo, seria a integração realmente dos cursos com a TV na divulgação do que acontecia dentro da Universidade até para mostrar para a comunidade universitária o que estava acontecendo dentro da instituição. Isso aconteceu, mas acho que muito pouco em relação à possibilidade que a TV teria. Aconteceu através de alguns programas e de debates. Isso tudo aconteceu, mas bem menos do que eu senti que poderia acontecer. Então, resumidamente, a contribuição da TV no período foi muito pouca.

Da mesma forma, o entrevistado B3 enfatiza que – citando a descontinuidade das ações – não houve contribuições.

Apesar de em alguns momentos haver essa intencionalidade de fazer essa ponte com a comunidade, eu percebo que a TV Universitária não cumpriu o seu papel porque não houve continuidade das ações. Nunca houve discussão dos projetos, continuidade mesmo, análise do que é feito no ar. Eu percebo que há programas que há mais de 10 anos estão no ar sem uma reformulação. Televisão é um veículo extremamente dinâmico e ele exige mudanças contínuas, o tempo todo,

exige uma equipe altamente especializada e eu percebo que a TV Universitária paralisou. Em vários momentos houve a intenção de cumprir esse papel, de divulgar o que se faz aqui dentro, esse saber universitário, mas não percebo que ela deu contribuição, não. Justamente por não ter continuidade e nem ter reformulação porque TV muda o tempo todo. Ainda mais agora na época do jornalismo on line, da internet, a TV precisa acompanhar essa linguagem. E eu percebo que ela estagnou, parou. Não houve contribuição.

6.1.3 Das dificuldades ou limitações enfrentadas pela TVU

Para A1, as dificuldades enfrentadas pela TVU surgem, fundamentalmente, em razão de a própria universidade ser uma instituição fechada em si mesma, de cujo fato decorre, segundo o entrevistado, que a administração e os próprios docentes não reconheçam ou valorizem a TV como instrumento de apoio às suas atividades.

Eu vejo que a grande dificuldade é que a Universidade é muito fechada no seu ensino, na sua pesquisa e ela não abre isso para a comunidade com a facilidade que deveria ter. Esse é o grande motivo da TV Universitária não ter atingido o objetivo que se pretendia. Porque, na verdade, não há o envolvimento da administração [...] da Universidade em utilizar este veículo. É uma dificuldade muito grande. Os professores não veem nesta ferramenta uma forma de levar seu ensino, não descobrem novas metodologias e isso faz com que se inviabilize esta interação com a TV Universitária.

O fato desta emissora em particular, a TVU da UFU, ser uma TV de sinal aberto, levado gratuitamente a todos os receptores domésticos – o que subentende um público telespectador altamente diversificado, heterogêneo – requer uma programação que atenda a estas características de público o que, em sua visão, considera que não acontece tanto na TVU da UFU, quanto nas demais TVs universitárias em operação.

Temos que lembrar o seguinte: a TV U por ser de sinal aberto e não de sinal fechado, ela é uma emissora diferente. Ela é uma emissora, digamos, da sociedade como um todo e a universidade não consegue fazer algo para uma sociedade tão aberta. Essa é a verdade. Alguma coisa de cultura é feito, ou alguma coisa de entretenimento ou de formação, mas é muito segmentado. Ela não é uma universidade aberta, ela não se abre. Essa é a grande dificuldade. E isso não é só aqui na UFU é em toda universidade. Não há experiências relatadas de sucesso nas TVs Universitárias.

O problema é dinheiro! Para A2 a questão é, especificamente, um problema de falta de dinheiro. E, por trás desta falta de dinheiro, há, na interpretação deste entrevistado, uma

questão de identidade da TVU. Percebe-se, novamente – e com as implicações práticas vitais à sobrevivência da emissora – a falta de definição sobre o real vínculo da TV: se se trata de uma emissora da UFU – e desta forma, ligada à DIRCO e, portanto, teoricamente, pronta para dar a necessária cobertura às demandas internas por divulgação vindas das diferentes unidades administrativas e acadêmicas da universidade – ou, por outro lado, de uma concessão, ou propriedade, da RTU – uma instituição de direito privado que precisa buscar recursos para manter-se e que, assim, tem na UFU, um potencial cliente para seus serviços de radiodifusão, embora funcione dentro e com recursos da universidade.

A TV Universitária tem problemas. Tinha e ainda pode ter no futuro. Problemas financeiros. Há um entendimento da legislação por parte de alguns setores que a TV Universitária tem que atender exclusivamente à UFU. Atender exclusivamente à UFU, ela teria que ser dada à UFU. O custo de manutenção dela é muito alto e a Universidade teria que despende do seu orçamento uma fábula de dinheiro que pode ser utilizada em pesquisa, ensino e extensão. Então, o tempo todo, a dificuldade foi saber qual é o limite do que se pode captar [recursos financeiros]. Como é que você pode captar dinheiro? [...] Hoje ela tem uma estabilidade financeira. Até o final do ano todos os contratos mantêm a estabilidade financeira dela. Mas a cada fim de ano uma nova briga para reestruturar a estabilidade financeira. O grande problema que nós tivemos não foi profissional, os profissionais, cada um em sua época foram excelentes. O nosso problema é dinheiro. Recursos. E dentro, aqui principalmente, há a dificuldade de entendimento que as pessoas têm da TV Universitária. Aqueles que acreditam que ela é um órgão da UFU e que, portanto, tem que fazer tudo de graça e tem que cobrir qualquer evento. Esses se esquecem de que tem que ter dinheiro para fazer isso. E tem a outra ala que entende que tem que ter dinheiro para fazer e que luta para poder fazer com que ela seja rentável. Essas alas continuam ainda brigando. Não é briga interna. É briga no seio da universidade. Você escuta todos os dias o cara dizer: mas isso é da Universidade. Tá, mas nós precisamos do dinheiro para fazer. Eu estou pagando gente para fazer. Então é financeiro. O problema é financeiro.

Da mesma forma, para o entrevistado A3, a questão central é a falta de dinheiro.

[...] as dificuldades foram financeiras. De forma preponderante. Por quê? Porque a televisão não tinha uma dotação orçamentária. Ela era ligada a uma Fundação que, sequer, tinha um orçamento próprio. E ela era acolhida, abrigada, numa outra fundação (FAEPU)³⁴, com relação aos funcionários. Então não havia nenhum funcionário contratado pela RTU, naquele período. Porque, na realidade, a RTU era uma entidade que só existia para conceder a Televisão.

³⁴ A Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia (FAEPU) é, a exemplo da RTU, uma fundação de direito privado, sucessora da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia. A FAEPU tem finalidade específica de atuação na área da saúde, sendo responsável por atender ao Hospital de Clínicas e o Hospital do Câncer, ambos em Uberlândia e vinculados à UFU.

Então de uma forma até estatutária, ela teria que existir, mas na realidade ela não tinha vida própria, ela não tinha orçamento. E esse foi o grande problema, porque você, não tendo uma dotação orçamentária, automaticamente você também não era prioridade. Então este é outro problema que tem sido histórico. A comunicação não é prioridade. Enquanto não for prioridade, o grau de dificuldade será muito grande no sentido de viabilizar projetos de grande relevância, de grande impacto. [...] Como é que nós viabilizamos? Qual foi a solução? A solução foi gerar receita. E foi assim que foi feito. Nós tivemos durante o período [...], a geração de uma receita que possibilitava [...] um superávit, éramos superavitários, o que possibilitou, inclusive, no transcurso desse período, o investimento em uma nova antena para a televisão, porque a televisão tinha problemas terríveis de recepção (transmissão). E o problema era exatamente a antena. A falta da antena. Então nós, com esses recursos que foram economizados mês a mês, nós pudemos adquirir uma nova antena e consequentemente melhorar a recepção, não só na cidade, como também na região. Problemas: não ser prioridade e falta de recursos. Intimamente ligados.

Esta também é a percepção de A4, que igualmente retrata a questão financeira como o grande desafio da TVU, notadamente para contratação e manutenção dos recursos humanos, especialmente, quando se trata de mão de obra especializada.

A Universidade não tinha esses recursos humanos. Específicos dessas áreas de produção, de cinegrafia. Eram muito poucas, pouquíssimas pessoas. Então nós tivemos que reativar, na verdade que dar vida de fato à Fundação, que existia no papel, pela concessão dos canais, para que ela pudesse começar a operar e operacionalizar recursos humanos. Então foi uma fase muito difícil, porque as pessoas que você precisava para produção, criação, [...] jornalismo e tudo mais, você teria que contratar através da Fundação, porque através da Universidade você não podia. E não tinham esses recursos humanos disponíveis. Você tinha poucos. Tanto que na proporção, inclusive, entre TV e Rádio, [...] a Rádio tinha sua maioria que eram funcionários públicos UFU. Já na Televisão era o contrário: a grande maioria era contratada, pessoas específicas da área, jornalistas contratados pela Fundação. Aí se cria uma folha de pagamento. [...] Então a Fundação, ela tinha que, já que era ela quem contrataria, ela tinha que gerar recursos para poder pagar esse pessoal. Então eu acho que, até hoje, essa é a parte mais difícil na condução, principalmente da Televisão, porque a Rádio, vamos dizer: “se contenta com pouco”. Mas TV não tem como. Qualquer produção é muito caro. Então a questão financeira é o principal fator limitante

Um fator relacionado ao campo político é apontado pelo entrevistado A5 surge como fator responsável pelas dificuldades enfrentadas pela emissora da UFU. A alternância dos grupos políticos que administram a universidade e as mudanças nos planos de gestão administrativa da UFU e da área de comunicação, em particular, constitui, na visão de A5, grave problema a ser superado.

[...] as TVs Universitárias, esses veículos, eles vivem muito a reboque de gestores, ou seja, a cada quatro anos troca-se o gestor e cada um tem o seu pensamento e a comunicação é vista de uma forma para um gestor e de outra forma por outro. Então não existe aí um pensamento sobre a importância dessa comunicação. Então eu diria que as TVs Universitárias elas ficam sim, prejudicadas, porque não existe ainda uma cultura, porque isso aí só vai ser corrigido a partir do momento em que a Universidade, ou seja, a comunidade universitária incorpore a importância da comunicação dentro da sua cultura para que as coisas não fiquem a reboque da questão política. Então eu vejo que o grande problema da TV Universitária hoje é porque ela sempre vive esse eterno começar e recomeçar de projetos que são quebrados muitas vezes a cada 4 anos, porque trocam-se os gestores, troca o pensamento, trocam-se os projetos e às vezes projetos que já vinham sendo consagrados, sucesso de público, às vezes eles param e não são levados à frente[...].

Arelada à dificuldade de contratar e manter pessoal qualificado – em razão das dificuldades financeiras -, B1 relata ainda o fato de que a experiência de “concorrer” com as emissoras das grandes redes privadas de TV aberta do país é totalmente inviável para a TV Universitária. Naturalmente que observada a legislação em vigor.

[...] Primeiro ela está dentro de uma Universidade, tudo ali é público e ela não é. Ela é de caráter privado. Bom, aí ela começa com a primeira dificuldade que é a financeira, de ter que buscar recursos no mercado. E ela vai entrar num nível de competição com as emissoras Globo, SBT, Record e outras mais, estruturadas para buscar recurso. Com departamento comercial antigo (consolidado) com tudo muito bem estruturado, com equipamentos muito mais novos. É lógico que a TV Universitária também já teve equipamentos novos, mas mesmo assim ela não conseguiu competir no mercado nesse período específico aí de 1996 a 2010. Então ela começa a ter o seguinte problema: primeiro de ter profissionais ligados realmente à televisão: jornalistas, técnicos, produtores, todos ligados à televisão. E esses que estão no mercado, eles são profissionais de TVs comerciais. No meu entendimento há uma diferença muito grande do profissional de TV pública com o profissional de TV comercial. Em vários aspectos. Quando eu saio a campo para produzir um material de 30 segundos, de 1 minuto, de 2 minutos, em uma TV comercial, o intuito é muito mais ilustrativo. Eu tenho um conteúdo, mas eu tenho um tempo específico para produzir isso. Eu não posso gastar muito com essa matéria. Na TV pública tem outro objetivo que é de fazer uma matéria maior, que é fazer uma matéria que possa explicar. [...] É preciso que, primeiro, o profissional conheça essa Universidade. Que goste de Universidade. Isso você leva um tempo para conhecer e um tempo maior ainda para gostar. E aí você tem outra dificuldade que é a questão financeira. Se ela (RTU) é de caráter privado dentro de uma instituição pública, onde é que ele vai buscar recursos? Internamente ou externamente? E aí você acaba tendo um recurso pequeno, para contratar essas pessoas. As pessoas também não vêm de graça. E pelo que eu conheço do histórico da TV Universitária, sempre foi no vermelho. Sempre foi com dificuldades financeiras.

Além da questão financeira, apresentada como a principal dificuldade pelos entrevistados, para B2, este aspecto soma-se a outro, de natureza humana, de tal modo que a falta de engajamento profissional foi citada como dominante na equipe.

Acho que as relações, o compromisso da equipe mesmo. Poucos assumiam bem o trabalho, outros não. E outra coisa é a questão financeira. Apoio do mercado e interno. Eram limitados. Então eram essas duas questões: uma era das relações de compromisso mesmo, poucos tinham. E outra é a questão financeira que limitava bastante.

O aspecto humano também é apontado por B3 – juntamente com a manutenção e atualização do parque tecnológico da emissora –, como uma das principais dificuldades enfrentadas pela TVU. Percebe-se neste depoimento que questões essenciais ao funcionamento mínimo de uma TV (relativas ao período histórico considerado pelo entrevistado) deixaram de ser atendidas em razão da falta de recursos.

Primeiro: TV se faz é com gente. O diferencial de uma televisão, além, é claro, de equipamentos, de toda a parafernália tecnológica, é gente. TV é um veículo, é uma empresa, acima de tudo, e que precisa de pessoas altamente qualificadas. Então este é o primeiro ponto: a TV Universitária não tem uma equipe qualificada. Raramente conseguiu manter um mínimo de uma equipe especializada no know hall de televisão. Televisão exige um conhecimento muito específico, um conhecimento em cadeia. Ninguém faz nada sozinho. Eu percebo que os cargos são ocupados de uma forma política, são indicações políticas, e faltam profissionais habilitados do setor – do veículo televisão – que é uma linguagem específica – que são equipamentos específicos. Há todo um jeito de fazer televisão. Não se pode brincar de fazer televisão. Não se pode convidar pessoas que são simpáticas a um determinado grupo para brincar de fazer televisão assim como não é qualquer pessoa que consegue fazer uma cirurgia cardíaca, em fim, ou extrair um dente. Primeiro a pessoal. E a segunda é questão de equipamentos mesmo e de ter uma verba porque televisão exige uma manutenção diária, e percebe-se que na TV Universitária não existe essa preocupação, nem com a manutenção, nem com a troca de equipamentos, de sistemas – hoje em dia nós estamos falando em sistema digital e a TVU, acredito eu, ainda esteja no analógico. Isso não existe mais. Não existe a preocupação de trocar esse parque tecnológico. E uma vez trocado, o treinamento do pessoal que trabalha ele é diário, e a manutenção técnica também. Se você não tiver uma boa equipe de engenharia, de manutenção técnica e de profissionais de comunicação, não só jornalistas, a televisão não sai do lugar. Essas são as duas principais dificuldades. Falta inclusive carro, veículo para fazer reportagens. Não consigo conceber uma televisão que não tenha carro.

O entrevistado B4, por sua vez, além da dificuldade financeira, como citado pelos demais entrevistados, relata a dificuldade de relacionamento com as unidades acadêmicas e

administrativas da universidade, o que limita a produção de pautas quanto, por conseguinte, de matérias jornalísticas dentro de instituição.

Tem essa dificuldade do ponto de vista prático, não é? Para executar as tarefas, por esse caminho, ele não tem mão dupla, quer dizer, é o tempo todo a TV procurando [as unidades administrativas e acadêmicas da UFU em busca de pautas]. [...] Eu acho que outro gargalo [...] é a dificuldade financeira. Por ser uma TV Educativa, ela tem lá os seus limites de formas de arrecadação. Então para você ter, por exemplo, uma vasta programação você precisa de mais gente, você precisa de mais equipamentos, de inovação tecnológica, enfim, eu acho que essa é uma questão [...].

É interessante notar na resposta do entrevistado A6, descrita a seguir, que à sua época como gestor deste setor na universidade, a TV e a rádio, por conseguinte, eram subordinadas à DIRCO (às Divisões de TV e de Rádio, respectivamente) e à Reitoria e não à RTU e à Reitoria, como ficou evidenciado na fala do entrevistado A4, à sua época, ao responder sobre os objetivos da TVU.

A primeira dificuldade é de natureza financeira. Não há – ou seja, até hoje, não há um fundo para financiar as despesas da TV Universitária. São poucas as Universidades que dispõem desse fundo. Pouquíssimas. No caso da Universidade Federal de Uberlândia e da TV Universitária. A TV está integrada à Diretoria de Comunicação Social – DIRCO, que é um órgão vinculado, subordinado, ao gabinete do Reitor. Então, na verdade, eu imagino – eu não sei se essa situação mudou hoje – mas até quando lá estive, dependia de recursos que fossem, por vontade do Reitor, e por demanda nossa, alocados na TV Universitária. Então a Universidade criou a TV, mas não criou as condições financeiras para financiar sua operação. Então isso é uma coisa que impõe – imprime – dificuldades, grandes dificuldades para a sua operação. Essa é a primeira.

A estes problemas, de natureza financeira, somam-se as dificuldades relacionadas ao quadro de pessoal da TV, como também fora apresentado pelos participantes A4, B1, B2, e B3, em suas respostas quando questionados sobre este assunto. A segunda dificuldade, segundo o entrevistado A4

é com relação à uma relativa escassez de quadro de pessoal. Que é um problema que até hoje existe também. No caso do meu período de gestão – não tínhamos, até por limitações legais [...] condições de buscar recursos na iniciativa privada, em parceria, para financiar novas operações, novas ações da TV Universitária. [...] Então eu diria: é financeira a principal dificuldade. A segunda é de relativa escassez de pessoal e isso limitou muito a ação da TV, como limita até hoje as TVs Universitárias, de um modo geral.

6.1.4 Das alternativas para a superação das dificuldades

Na visão do entrevistado A1, a principal alternativa para superar as dificuldades da TV Universitária está, diretamente, ligada ao uso das novas tecnologias, especificamente da TV Digital combinada com a internet, para alavancar a educação a distância e, por conseguinte a TVU.

[...] acredito que a Universidade tenha que ver a TV Universitária como um instrumento do seu ensino. Ela tem que rever isso aí e utilizar a TV como instrumento de ensino, instrumento de divulgação da Universidade para realmente tentar criar mecanismos, metodologias, que possam ser bem utilizados. [...] Eu espero o seguinte - e essa é uma das coisas que precisam ser vistas - é que, com o advento do ensino a distância ou com a valorização do ensino a distância, que poderá se utilizar dessa tecnologia de uma emissora de televisão, como forma de poder atingir as comunidades. Eu dizia o seguinte com relação à TV Digital: existe um aspecto no sistema Ginga, que é o sistema de interação, que com ele será possível, utilizando a TV Digital, a pessoa que está do outro lado (o telespectador) interagir com o professor, a distância, utilizando a ferramenta de hoje que é a internet, em real time (tempo real). No momento exato em que a aula está acontecendo, os questionamentos e perguntas chegam até o professor. Então eu vejo que, quem sabe, esta seja a tecnologia que estava faltando para que hoje a Universidade comece a pensar na emissora de Televisão como um instrumento de levar a educação a distância.

São duas as vias possíveis, para a superação das dificuldades, apontadas pelo participante A2. Uma delas diz respeito à questão jurídica da concessão da TV (e da Rádio) que, em sua visão, poderia ser transferida da RTU para a UFU e, assim, resolveria a questão financeira, uma vez que a universidade assumiria os custos de manutenção e atualização da estrutura instalada, embora se refira à TV como pertencente à fundação.

Uma das alternativas interessantes seria primeiro essas pessoas que acreditam não é, vamos dizer, aqueles que acham que deve ser um órgão da universidade, é possível que a Fundação RTU ceda para a universidade a concessão. E acaba-se a Fundação RTU e, com isso, a universidade assume toda a concessão. A universidade teria um custo, porém, poderia se usar especificamente para ensino, poderia se dar o tratamento que quisesse desde que a universidade esteja disposta a bancar.

Contrariando a opinião do respondente A2 – de que a RTU transfira a concessão da TV para a UFU com todas as responsabilidades decorrentes – A4, defende a permanência da concessão junto à Fundação RTU e que esta – como uma das duas formas defendidas – capte recursos para a emissora.

[...] eu sempre fui favorável à autonomia da Fundação nesta questão. Porque legalmente os canais são da Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia, que através de um contrato, de um convênio, enquanto Fundação de apoio, serviria e atenderia à UFU, porém a Fundação tem que ter essa liberdade e essa autonomia para correr atrás de recursos.

A outra fonte de recursos para superar as dificuldades financeiras encontradas pela TV é, na opinião de A4, conseguir meio para que o Governo Federal assuma as rádios e TVs educativas hoje existentes e fixe percentuais para repasse de verbas para cobrir a veiculação de mídia oficial nestas emissoras.

[...] eu cheguei a participar em alguns congressos, encontros de comunicação social, promovidos pelo Governo Federal, onde a gente fez propostas e algumas delas foram levadas adiante, mas ainda não vingaram de fato como deveria, que seria a participação das Emissoras Educativas no bolo, com uma fatia pequena que fosse, da verba do Governo Federal destinada à publicidade. [...] o Governo Federal só enviaria a publicidade a ser divulgada e em contrapartida haveria um fundo de participação onde de 1 a 2% de toda essa verba destinada a publicidade seriam distribuídos entre as emissoras educativas. [...] Seria o Governo tomar consciência de que ele tem nas mãos uma rede de rádios e TVs (Educativas), [...] por todo o Brasil, em tudo quanto é lugar. É tomar consciência de que no auxílio da educação ou no auxílio da cultura, essa rede tinha que ser assumida de fato pelo Governo Federal. Assumida. Eu tenho uma rede! [...] Destinar da verba publicitária do Governo, do quanto o Brasil paga para as emissoras privadas para as campanhas do Governo, que se destinasse uma verba fixa, dentro de um fundo, para as Emissoras Educativas.

Por sua vez, A2 também defende uma segunda via, que é a atuação da própria emissora na busca de recursos próprios por meio de projetos, veiculação de institucionais, e por meio da prestação de serviços a terceiros.

A outra alternativa a gente tenta implementar. Não há limites para fazermos produções, não há limites para fazermos apoios culturais, patrocínios, criarmos vídeos para o mercado, esse limite não existe. Nós não podemos é fazer divulgações, vamos dizer propagandas. Mas nós podemos criar um centro de excelência em design, em desenvolvimento de produtos. E isso nós já tentamos fazer. Aliado a isso, há uma contrapartida que deve vir dos órgãos públicos. Todo órgão que divulgar aqui os seus institucionais, como a UFU, têm que repassar uma parcela [de recursos para a TV] porque senão ela não consegue sobreviver. Os convênios com Câmara Municipal, os convênios com prefeitura, isso nós já temos feito. Videoaulas da Universidade [...].

Para A3, o primeiro aspecto para a superação dos problemas é reconhecimento da importância da comunicação pela administração da universidade, reconhecendo-a com seus dividendos, mas também, com seu ônus, ou seja, dotando-a de orçamento específico.

Nós precisamos inverter essa ordem. Como? Primeiro: você tem que trabalhar dentro de uma realidade orçamentária. Então, quero dizer, se não existe um orçamento hoje para a rádio, para a televisão, é difícil você viabilizar qualquer projeto e tomar qualquer iniciativa sem saber se você tem ou não os recursos para isso. Então, quero dizer, este é um aspecto primordial. E o outro aspecto é exatamente aquele que eu mencionei. Você tem que transformar isso em prioridade. Você tem que reconhecer os méritos que a comunicação tem, o que ela representa, o que ela oferece em termos de dividendos [...] Então, quer dizer, você tem que oferecer aquelas condições básicas para que o próprio veículo possa se desenvolver e ter vida própria. Então, a partir disso, a partir do momento que for prioridade, aí, consequentemente, o trabalho interno, dentro da própria comunidade acadêmica, vai ser muito importante e fortalecido pela própria administração, no sentido de que a comunidade saiba valorizar e usar o veículo de comunicação da universidade para divulgar o que aqui se produz.

A questão política é, na visão do entrevistado A5, o fator capaz de promover as mudanças necessária para a superação das limitações. E o reconhecimento da Comunicação, como um todo, e da TVU – de modo particular – como importantes para a coletividade, é o aspecto primordial.

[...] depende muito do que o gestor, que os gestores, os administradores, pensam sobre a comunicação [...]. Eles têm o poder de gestão, por mais que seja o poder engessado, porque não tem recursos e não tem aquilo... Mas eles têm como administrar e sempre envolver a coletividade e trabalhar esse tema internamente [...]. A TV Universitária, ela tem que ser vista como uma ferramenta de muita importância para a Universidade, tão importante quanto qualquer outra área. A partir do momento que o gestor vê isso e tem essa consciência, surgem as alternativas e tendo pessoas com conhecimento técnico e conhecimento acadêmico, aí surgem os projetos os editais e aí as coisas fluem e os projetos da Universidade que são desenvolvidos pelos estudantes, pelos professores, com a contribuição dos técnicos, vão ter a visibilidade necessária dentro da sociedade e a partir daí a Universidade consegue a ter o respaldo da sociedade[...]. O grande desafio da TV Universitária é esse e a contribuição tem que vir, realmente, não tem como, da administração. Ela é assim muito importante, porque ela tem o poder de gerência, ela tem a caneta, para assinar, para buscar, mas para que tenha essa resposta, necessariamente, esses gestores, eles têm que incorporar a comunicação como realmente uma ferramenta estratégica dentro da Universidade. Não uma ferramenta política, partidária, ela tem que ser uma ferramenta estratégica direcionada para a comunidade universitária, sem exceção, voltada para a sociedade [...].

Corroborando o pensamento do participante A5, acima apresentado, B1 atribui à postura da administração em relação à importância que a comunicação tem para a instituição, a responsabilidade de reverter o quadro de dificuldades e criar condições para um cenário favorável para o setor na UFU.

A primeira é a reitoria tratar a TV como algo da universidade. Isso eu não estou falando deste reitor e sim historicamente. No intuito de que a universidade banque financeiramente estes projetos. De outra forma eu não vejo como resolver essa situação. A universidade precisa bancar a TV Universitária. [...] De outra forma eu não vejo como resolver isso. Não, eu não vejo. Porque quando você fala assim: mas nós temos outros caminhos. Quais são os outros caminhos? Parceiros, empresas como Banco do Brasil, Caixa Econômica, tal e tal, são verbas limitadas e temporárias. E o projeto da universidade é um projeto de longo prazo. Então eu não vejo outra forma de resolver isso. Porque o financeiro vai interferir em todo o processo. Mas você fala assim: não, nós vamos primeiro fazer uma coisa bem feita e buscar o recurso na iniciativa privada. Iniciativa privada não vem assim. De forma alguma.

Assim, o participante A5 passa a abordar aspectos internos à TV. Ao tratar da programação da emissora, questiona a relação desta com as chamadas cabeças de rede, ou seja, com as emissoras conveniadas, no que diz respeito ao uso dos horários nobres na grade local e repasse de recursos para a TVU em razão desta veicular localmente os programas das grandes emissoras, que de outra forma, não atingiriam o telespectador de Uberlândia e região.

A programação da TV Universitária é outra questão. Ela é ligada à Rede Minas, que é governamental. Quanto é que o Governo de Minas investe na TV Universitária, se ela tem parceria com a Rede Minas? É permuta a programação da Rede Minas com a TV Universitária? Fica uma coisa pela outra, seis por meia dúzia? Se for assim, eu acho que ganha o Governo de Minas, porque tem uma grade maior, uma praça maior e divulga seus produtos, seus programas ali dentro. Eu acho que ele ganha mais do que a TV Universitária, um canal aberto. Outros parceiros interessaram ao longo do tempo. Antes da Rede Minas quem era? Não era a rede Minas no início. E quem era? Porque que saíram? Qual foi o investimento dessas pessoas, desses grupos? A TV Escola também quis. Quanto que ela paga? Quanto que ela topou? Como é que funciona isso? Os horários noturnos, os horários chamados nobres, estão com quem, com a TV Universitária ou com a Rede Minas? Quais são os horários utilizados pela TV Universitária? Quais são? Por que ela não utiliza os horários nobres? A grade da Rede Minas não permite isso? Se não permite, ela paga por isso? Nós vamos rodar em torno do financeiro. Porque o financeiro vai possibilitar a essas pessoas que estão administrando agora essa Universidade a contratar pessoas que possam fazer esses programas para a Universidade Federal de Uberlândia e colocá-la em um nível diferenciado do que foi historicamente a TV Universitária.

Por sua vez, B2, como primeiro fato, aponta a autonomia da emissora, em referência às restrições por parte da legislação no tocante à busca de recursos no mercado, como fator capaz de trazer soluções para os problemas vividos.

Uma é mais autonomia dentro da TV Universitária, do meio de comunicação mesmo, em relação à questão financeira, a busca de possibilidades de ter apoios externos.

E, em segundo lugar, B2 apresenta como limitação a ser superada – criada pelas dificuldades financeiras – a falta de motivação e a baixa produtividade do próprio grupo de colaboradores da TV, pois, em razão do aspecto financeiro

acabou criando esse distanciamento entre os funcionários e a equipe acabou não produzindo o que poderia produzir.

Nesta mesma linha de pensamento, considerando os aspectos internos à emissora – como defendido por B2 –, o participante da pesquisa B3, atribui às equipes técnica e de gestores, o papel de promover as mudanças necessárias à superação das dificuldades. E, neste contexto considera tanto a participação dos servidores do quadro permanente da universidade, quanto de funcionários contratados pela Fundação.

O primeiro passo é a profissionalização. É buscar uma equipe realmente qualificada. Eu acredito que dentro dos quadros de Universidade exista essa equipe. É buscar esses profissionais. Eles devem estar distribuídos, espalhados pelos Campi. Quando buscar profissional fora da Universidade, buscar profissional que tenha esse mínimo de qualificação para o veículo televisão. Percebe-se hoje que a linguagem não está de uma forma adequada para o veículo: o pesquisador tem uma determinada linguagem e assim deve ser, mas na hora em que ela vai ser traduzida para a comunidade de uma maneira geral existe toda uma técnica e um jeito de fazer. Então eu percebo que é gente. É gente que faz a diferença. É a qualificação, não só da área de comunicação, mas da área de gestão empresarial também, para fazer com que essa televisão consiga captar recursos e andar um pouco com as próprias pernas. Tem que para de esperar que tudo venha do governo e que ela comece a dar resultados. Porque senão ela não vai sair do lugar e vai continuar com traços de audiência.

Um aspecto discutido no capítulo 5 – Políticas públicas de radiodifusão educativa – é revelado na resposta do participante B4, quando este comenta que a estrutura da Rede Minas de Televisão, uma estatal pertencente ao Governo de Minas, com sede em Belo Horizonte (com a qual a TVU da UFU mantém convênio), bem montada, pode, em sua opinião, indicar

o caminho a ser seguido pela TV Universitária da UFU, a saber, a adoção do perfil “estatal” anteriormente discutido.

[...] quando a gente olha, por exemplo, muito próximo aqui da gente, a Rede Minas, que é também uma TV nos mesmos moldes, que é Educativa, que está localizada num prédio de onze andares, que está prestes a ter uma sede própria, que tem um corpo, que tem uma estrutura muito grande, tem bons carros, tem bons profissionais, tem uma grade de programação excelente, então eu quero crer que o caminho existe.

Por fim, como alternativas ou ações para a superação das dificuldades enfrentadas pela a TV Universitária da UFU, o entrevistado A6, lista quatro iniciativas, das quais três foram iniciadas ou implementadas, mas que, por diferentes motivos, não renderam os frutos esperados, como no caso da primeira alternativa apresentada:

eu vou falar claramente um exemplo que tivemos durante a minha gestão. O Canal Futura que é, digamos assim, operacionalizado pela Rede Globo, mas que tem um conjunto de parceiros todos da iniciativa privada nos procurou – e estava fazendo isso no Brasil inteiro – procurando TVs Universitárias para se associarem, se tornarem parceiras da TV Futura. [...] embora todo apoio financeiro venha da iniciativa privada, de grupos, inclusive grandes no Brasil: Votorantim é um exemplo. Itaú é outro. [...] O relacionamento foi muito bom, eu vi e acreditei que a parceria com a TV Futura, em nada, do ponto de vista de princípios educacionais que regem a universidade, esses princípios não seriam feridos. A parceria é uma parceria que nos daria apoio e nos alavancaria do ponto de vista da elaboração de programas. Recursos grandes não seriam destinados à TV Universitária, mas alguns recursos mínimos, inclusive recursos do ponto de vista físico, com maquinário, equipamentos, com treinamento de pessoal da própria Futura [...].

Outra possibilidade, segundo A6, vem da RedeIFES, discutida anteriormente neste trabalho.

A alternativa que nós encontramos a tempo, mas que não está, digamos assim, vingando no sentido de alavancar - para usar essa palavra do mercado financeiro – a TV Universitária, foi a criação da Rede IFES. Que está ainda engatinhando. Continua ainda engatinhando. Nós tivemos participação ativa na criação da Rede IFES. A rede IFES é o que: uma rede das TVs das Instituições Federais de Ensino Superior. Inclusive todo equipamento que está lá – suponho que ainda esteja – lá na TV Universitária [...] O que é a RedeIFES propicia? Propicia que as TVs Universitárias elaborem, produzam seus programas, e os veiculem nacionalmente nas outras TVs Universitárias existentes no Brasil, dentro das Universidades Federais. Agora, não basta uma, duas, três TVs Universitárias fazerem isso. É preciso que as Universidades que têm TVs Universitárias integrem isso. Mas

muitos Reitores ainda não se convenceram da possibilidade ou do potencial que essa rede oferece [...].

A terceira possibilidade, segundo A6, refere-se a alterações na legislação da radiodifusão educativa.

A terceira é uma modificação na legislação, de modo que permita às TVs Universitárias algumas iniciativas de parceria com a iniciativa privada desde que aquilo não fira as diretrizes da Universidade, em fim, que não fique subordinada a interesses privados. Mas eu acho que há formas de flexibilizar essa legislação.

Como quarta via de superação, A6 apresenta a proposta de que as TVs Universitárias passem a integrar a rede de TVs Públicas, no contexto da TV Digital – onde teriam seus conteúdos divulgados local e nacionalmente, aumentando sua visibilidade e importância no contexto das TVs educativas.

como um vetor de possível alavancagem, convém destacá-la, mas como derivada do contexto de criação da RedeIFES. Esse para mim é o que tem mais possibilidade de vingar. Desde que os Reitores se empenhem e convençam o Governo Federal da necessidade. [...] a RedeIFES pode ser integrada, inclusive, na EBC a Empresa Brasileira de Comunicação. [...] No segundo Governo Lula, durante a gestão do Ministro Fernando Haddad, havia a sinalização do MEC para a RedeIFES vir a ocupar um canal, ou melhor, um sub-canal dentro do canal na TV Digital Estatal. Na verdade era uma frequência dentro de um canal, para a RedeIFES. Então essa possibilidade está em aberto. [...] E isso alavancaria muito porque tornaria qualquer TV Universitária, desde que com a produção de qualidade, que será ou seria avaliado por um comitê nacional constituído dentro da própria EBC, capaz de veicular os seus programas nacionalmente.

6.1.5 Questões de aprofundamento

A todos os participantes da pesquisa, foi pedido que, caso julgassem pertinente, complementassem as respostas às perguntas anteriores tendo em mente os desafios e possibilidades da TVU de consolidar-se como veículo de apoio efetivo ao processo de ensino aprendizagem no contexto da radiodifusão educativa na UFU.

Desta forma, o entrevistado A1 apresenta uma visão bem sistemática das relações da TVU com os Ministérios da Educação e da Comunicação, e seu novo e fundamental papel, como produtora de conteúdos, para a nova fase da radiodifusão educativa na era da TV Digital.

O relacionamento [da TVU] com o MEC difere do relacionamento com o Ministério das Comunicações. Com relação ao MiniCom o relacionamento trata apenas na parte formal no que tange à parte de outorga, compromissos assumidos por contratos, as determinações legais da lei 4.117 que é a Lei da Radiodifusão ou o Código Brasileiro de Telecomunicações, enfim é apenas pelo lado formal, jurídico. Pelo lado do MEC, aí sim, a TV Universitária, tem um novo papel, dentro da na TV Pública, o qual seja de produção de conteúdo.

Há que se observar que, a exemplo das interfaces e das relações mal definidas entre RTU (entidade de direito privado, concessionária das emissoras de Rádio e TV) e DIRCO (Unidade Administrativa constante do organograma da UFU cuja finalidade é a gestão da comunicação na Universidade, o que inclui – dentre outros veículos – a administração dos conteúdos para rádio e TV), esta dupla vinculação da emissora (com os Ministérios da Comunicação e da Educação) demonstra a complexidade do universo das TVs Universitárias, frente ao atual marco regulatório, como registrado nas respostas dos gestores e produtores entrevistados. Retomando a linha de raciocínio sobre a produção de conteúdos, A1 prossegue:

O que vem a ser isso? No novo projeto de TV Digital, o governo determinou que nove canais sejam destinados às entidades públicas. Quais são? O decreto que criou a TV Digital estabeleceu que o MEC terá um canal, o Ministério da Cultura outro, o Ministério das Comunicações com o Canal da Cidadania e o do Executivo. Com relação ao canal do MEC, em razão da TV Digital, você pode veicular quatro conteúdos ao mesmo tempo. Então o MEC está hoje criando uma grande estrutura para levar toda a parte de ensino básico fundamental, ensino médio e ensino superior, todo o conteúdo dessas áreas, para todas as cidades brasileiras. Este é um grande projeto do Governo Brasileiro que está em execução. Então, a TVU, dentro deste contexto, tem um papel muito grande. Por quê? Primeiro porque ela tem condição de gerar conteúdos a partir, é claro, da produção da atividade acadêmica dela. Então o relacionamento com o MEC hoje, é um relacionamento muito importante de abertura para as Universidades, para a produção de conteúdos.

Como evidenciado anteriormente, especialmente na resposta de A5 sobre as possibilidades para superação das limitações, no modelo de funcionamento atual, não há repasse de recursos por parte da TV Brasil – ou da Rede Minas – enquanto cabeças de rede, como apoio à produção de conteúdos ou em contrapartida ao envio de matérias pela TVU. O entrevistado A1, enfatiza que esta é uma possibilidade de captação e recursos e prossegue:

Isso será importante porque vai fazer com que as universidades tenham recursos financeiros e a necessidade de associar o veículo de comunicação ao seu ensino para atingir a educação a distância etc. Então veja o seguinte: o papel da TVU hoje, no contexto do MEC, é de fundamental importância, porque, primeiro: ela já tem a infraestrutura básica, que as outras não tem, tem pessoal técnico, mas só não tem a produção de conteúdo. O que se dará através de incentivos do próprio MEC para a produção de conteúdos para a TV Pública. Hoje a responsabilidade do MEC são quatro canais de conteúdo. Eu vejo no MEC um grande veículo, um veículo de recursos financeiros para a alimentação do sistema de ensino, e a utilização da TV Universitária como veículo de produção de conteúdo para divulgação no Brasil inteiro. E tem muito recurso. Os recursos estão no MEC. Tem recursos destinados a este trabalho e aí que estou vendo surgir a grande possibilidade por que isso vai trazer, além de recursos financeiros e materiais, vai trazer o incentivo aos professores na carreira de docente, a utilização da televisão. [...] Então esse é o grande trunfo. Isso está se iniciando agora e as Universidades não terão como fugir dessa, elas vão ter que participar. E no caso da TVU, a grande vantagem dela é que ela está estruturada. As demais ainda vão se estruturar.

Neste momento, A1 chama a atenção para o aspecto pedagógico do uso das tecnologias de comunicação no âmbito de uma IFEs e, de modo particular para a responsabilidade do recém-criado curso de Comunicação Social/Jornalismo como gerador de conhecimento especializado nesta área.

E aí surge o seguinte, no caso de quem tem curso de jornalismo o professor precisa correr logo para a criação de uma linguagem adequada para a utilização da televisão para os vários ensinamentos (as várias áreas) para utilizar esta estrutura do MEC para levar este conhecimento, este conteúdo, para as comunidades. Eu vejo um papel fundamental nesse processo.

Sobre a relação da TV Universitária com a RTU e com a DIRCO, A1, refere-se ao projeto de implantação da emissora e as implicações da nova legislação que molda no país, sobre as TVs educativas.

A Universidade é muito grande e [...] e você tem que ter um órgão técnico para coordenar a área técnica comunicação. Televisão é um negócio complicado, muito complexo. E quem é que vai ter que coordenar isso? Tem que ser um órgão da Universidade e não a Fundação. A Fundação nada mais é do que um órgão de apoio à Universidade. O importante é o seguinte: quem é que estabelece a política de comunicação social da Universidade, de uma maneira geral, é a DIRCO. É a Diretoria de Comunicação Social que tem esse papel. Agora, a RTU tem o instrumento que é a televisão. Na verdade a concessão é da RTU, que tem essa concessão porque é vinculada à UFU. E o que acontece? É a união entre um órgão da Universidade e a estrutura jurídica adequada para poder explorar este serviço. Então eu acho o seguinte: a concepção inicial da televisão aqui era de que haveria um centro de comunicação sob coordenação da Diretoria de

Comunicação Social da UFU. Este foi o grande projeto. E você não pode desvincular isso da Universidade. A TVU é UFU. E UFU é TVU. Então não tem que desvincular. Esta desvinculação foge à característica do projeto inicial e que na verdade hoje está sendo contemplado por uma nova portaria criada pelo MinCom, que está em consulta pública, que é exatamente que só terá concessão, só terá prioridade de concessão quem tiver uma Instituição de Ensino Superior, de apoio, para que se possa ter essa outorga. A Fundação tem que ter o apoio direto de uma Instituição de Ensino Superior. Terão prioridade as Instituições de Ensino Superior e depois as Fundações que tenham vínculo com Instituição de Ensino Superior. Esta é a portaria que está em consulta pública e que será a regra estabelecida para a concessão de rádios e televisões educativas.

A aproximação da TVU com o MEC é também defendida por A3, que vê nesta relação uma forma de captação de recursos oficiais diretamente do Governo e, assim, preservar as verbas das demais unidades administrativas e acadêmicas da UFU.

[...] eu diria que para uma emissora educativa é de fundamental importância, a ponte com determinadas instituições, como por exemplo, o Ministério da Educação. Então, seria extremamente importante que houvesse essa ponte de ligação com o ministério porque se vislumbra por aí a solução do problema que eu me referi anteriormente que é a questão orçamentária. Porque você teria aí a perspectiva e a possibilidade de captação de recursos junto (a este ministério) para não sacrificar o orçamento da instituição e conseqüentemente das unidades acadêmicas.

A alternância de gestões foi abordada, neste momento, pelo entrevistado A2, como uma ruptura prejudicial à estrutura administrativa e produtiva da TV.

[...] o grande problema aqui é que cada um que chega quer mudar, quer trocar, quer colocar sua cara e não é essa a finalidade.[...] Este problema do choque de gestão é algo que emperra a cada quatro anos, ou a cada oito anos, dependendo do tamanho da gestão, emperra o crescimento da TV Universitária. Porque ele gera um desconforto, gera um novo choque de gestão, não gera uma continuidade, os gestores que assumem querem é mudar [...]Chegou um gestor? Lógico, vai um monte de melhorias, né? O cara vai chegar com outras ideias, melhorar e tal, mas que não destrua o que foi feito. Porque hoje se joga no chão e começa de novo. E esse jogar no chão e começar de novo, não é bom para ninguém. Então essa é uma das formas de que, talvez, a instabilidade em um final de mandato, talvez, ela deixa todo mundo desesperado.

Neste ponto, A4 ressalta a importância fundamental de se ter uma relação de mútua colaboração entre a TV (e a Rádio) com comunidade universitária.

[...] de tudo isso, uma coisa é importantíssima: é a relação da Emissora, da Emissora de Rádio quanto e da Emissora de TV, principalmente a TV, com a UFU; com a comunidade universitária. Essa sempre foi uma questão que a gente tentou abraçar e tentou dar um encaminhamento para que a participação da comunidade universitária fosse de tal modo que a comunidade, como um todo, abraçasse a rádio e a TV de forma a não só querer utilizá-las, e a se beneficiar delas, mas também a entender as suas dificuldades, os seus problemas e ajudá-las.

Para A5, há que se descobrir o papel da TV Universitária, fora da lógica do mercado, e com uma discussão ampla, com conhecimento científico, acadêmico, que contemple as contribuições coletivas dos diferentes segmentos da universidade.

[...] o que eu acredito que seja primordial é justamente isso: é chegar à verdadeira concepção do que é a missão da TV Universitária [...]. O dever dela é levar educação e cultura. Ela não tem que competir com outras emissoras, então vamos cumprir com o verdadeiro papel delas. É ter o entendimento coletivo da importância dessa TV Universitária no âmbito da Universidade [...]. Então essas contribuições, essas discussões elas só serão enriquecidas caso [...] venham incorporadas com esse perfil de conhecimento técnico e acadêmico.

Questões relativas às dificuldade de produção de conteúdos, no dia-a-dia da TVU, decorrentes da falta de interação entre TV e pesquisadores, notadamente, foram lembrados pelo entrevistado B1, os quais ainda não foram superados

Ao longo do tempo eu sempre escutava uma choradeira dos colegas lá, falando que o pessoal, pesquisadores e sujeitos da comunidade UFU, primeiro divulgava a pauta na TV Integração, que é da TV Globo, que tem mais audiência, que tem um alcance maior e depois, em segundo ou terceiro plano, dentro da TV da Universidade. E quando chegava na TV da Universidade, chegava assim com um caráter de vocês têm que fazer porque é da Universidade.

Outro aspecto abordado por este participante da pesquisa foi o fato dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* pagarem por divulgação nas outras emissoras e pedirem veiculação gratuita de seus processos seletivos na TVU.

[...] sempre fez propaganda nas TVs comerciais. E demorou levar para a TV pública. Por quê? Por que não levou primeiro para a TV Pública e depois para a TV comercial? Por que não dividiu isso com a TV da Universidade? Será que entendiam que lá já era de graça?

Assim, passamos à análise dos resultados das pesquisas de opinião realizadas pela CPA da UFU nos anos de 2001-2005 e 2010.

6.2 Da comunidade universitária: alunos, técnicos administrativos e docentes

Instituída por meio da Portaria R nº 302 de 8 de abril de 2005, a CPA, da UFU, tem como objetivo conduzir o processo de avaliação interna da instituição³⁵, nos termos das diretrizes e portarias do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A Lei nº 10.861/04, que instituiu o SINAES, especifica, em seu artigo 3º, os parâmetros a serem observados para a avaliação do perfil e do significado da atuação das instituições. Estes parâmetros contemplam diferentes dimensões institucionais, a serem consideradas. Sendo algumas obrigatórias, destacamos: 2) a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades; 3) a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural; 4) a comunicação com a sociedade; e 7) a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação (BRASIL, 2004).

Para a institucionalização das avaliações, após o planejamento inicial das atividades, a CPA programou ações para sensibilizar a comunidade universitária, por meio de visitas às unidades acadêmicas e administrativas e, também, por meio da realização de seminários.

Para dar a visibilidade necessária, a CPA realizou uma ampla campanha de divulgação do processo de autoavaliação que teve o apoio da DIRCO, por meio da divulgação do processo em jornais locais, entrevistas com os membros da CPA na TV Universitária e envio de material de divulgação para todas as diretorias de unidades acadêmicas e administrativas. Além disso, foram elaborados cartazes e folders explicativos sobre o processo de autoavaliação (UFU, 2006).

Na primeira pesquisa, que compreende o período 2001-2005, finalizada em 2006, conforme a metodologia de trabalho adotada, os indivíduos pertencentes aos segmentos da UFU acessaram os questionários por meio eletrônico no site da CPA, utilizando sua senha de

³⁵ Antes da criação do SINAES, pelo Governo Federal, a UFU havia criado, em 2002, a Comissão Permanente de Avaliação Institucional (CPAI), por meio da Resolução n. 10/2002 do Conselho Universitário. Tendo em vista que as competências da CPAI e CPA se aproximavam, decidiu-se, por comum acordo entre as referidas comissões, trabalhar de forma associada, visando maximizar esforços no processo de avaliação da UFU. Cabe ressaltar que a primeira experiência de um amplo processo de avaliação institucional da UFU ocorreu em 1991. Entretanto, os resultados não serão considerados para efeito desta pesquisa, uma vez que são anteriores ao período histórico analisado.

acesso para matrícula (discentes) ou a senha encaminhada a sua unidade acadêmica/administrativa e unidades especiais de ensino (docentes e técnicos administrativos, discentes e pais da ESEBA)³⁶. Os egressos tiveram livre acesso ao sistema. Os questionários ficaram disponíveis para preenchimento entre os dias 17 de julho a 22 de agosto de 2006.

Entre os dias 31 de julho a 04 de agosto de 2006 foram aplicados questionários para a comunidade externa, em pontos com importante fluxo de circulação de pessoas, a saber, a Praça Tubal Vilela e o Terminal Central – ambos na área central de Uberlândia e no Center Shopping. Na área central o horário utilizado foi entre 8h30 e 17h e, no Center Shopping, entre 10h e 21h. Foram respondidos 3589 questionários da auto-avaliação institucional dos diversos segmentos. Cada segmento da comunidade universitária teve a seguinte representação, a partir de sua relação com o universo de integrantes da UFU em 2005: docentes, 41,1%; servidores técnico-administrativos, 41,2%; discentes de graduação/ESTES, 1,34%; discentes de pós-graduação, 0,33% e discentes da ESEBA, 19,1%; para os egressos o percentual foi de 1,75%, considerando-se o total de formandos entre 2003 e 2005, e para a sociedade civil considerou-se o percentual de 0,33% em relação ao número de eleitores em 2005 (UFU, 2006, p. 10).

O relatório, divulgado em 2008, chama atenção para o fato de que o universo da comunidade universitária em 2005 era composto por 1.276 docentes, 3.325 servidores técnico-administrativos; 12.431 discentes de graduação; 1.478 discentes de pós-graduação; 950 discentes da Escola de Educação Básica e 213 discentes da Escola Técnica de Saúde.

Contemplada na Dimensão 4 - dentro das dez dimensões previstas no artigo 3º da Lei nº 10.861/04 para a avaliação institucional - a comunicação com a sociedade foi dividida em dois itens: 4.1. Rádio e TV Universitária de Uberlândia e 4.2. Avaliação da comunicação e circulação de informações entre a UFU e a comunidade interna e externa.

Apresentamos, a seguir, os resultados e análises relativas à TV Universitária, salvo casos nos quais os dados aparecem em conjunto com outros itens da avaliação.

6.2.1 Os resultados

Os integrantes da ESEBA, participantes da pesquisa, quando questionados sobre os veículos utilizados para obtenção de informações institucionais (Gráfico 1), apontam que 60% acessam o sítio da ESEBA na Internet; 22% utilizam o sítio da UFU na Internet; **8% utilizam a TV Universitária**; 7% utilizam a Rádio Universitária, e 3% utilizam o Jornal da UFU.

³⁶ A Escola de Educação Básica (ESEBA) da UFU, juntamente com a Escola Técnica de Saúde (ESTES), são as duas unidades especiais de ensino da UFU, vinculadas à Reitoria, responsáveis pela educação básica e pelo ensino profissional.

Entre os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA)³⁷, a mesma questão apresentada, ou seja, a forma de obtenção de informações institucionais (Gráfico 2), indica que 35% acessam o sítio da UFU na Internet; 23% indicam o sítio da ESEBA na Internet; 21% indicam o Jornal da UFU; **14% utilizam a TV Universitária**; e 7% a Rádio Universitária.

Gráfico 1 - Veículos mais utilizados para obtenção de informações institucionais

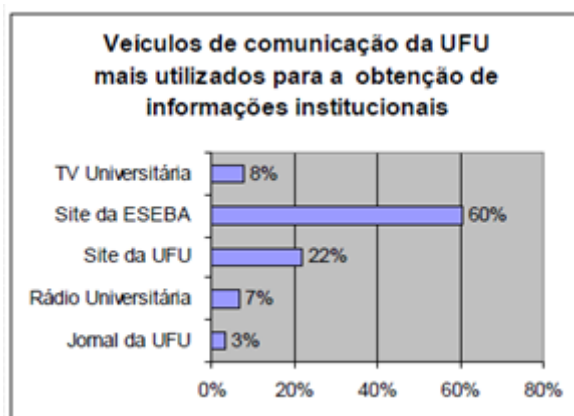
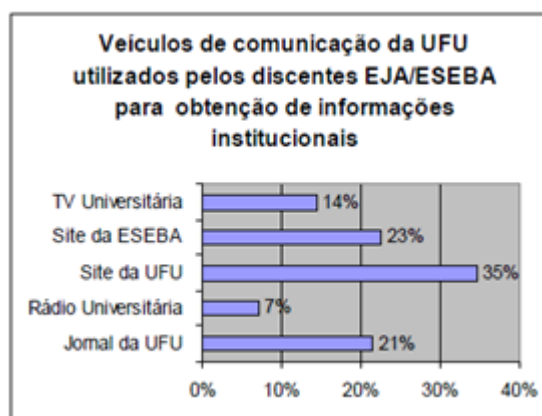


Gráfico 2 - Veículos mais utilizados EJA/ESEBA



Fonte: UFU (2006, p. 39).

Em relação à seção 4.2, que trata da Avaliação da comunicação e circulação de informações entre a UFU e a comunidade interna e externa - contemplada na dimensão 4 -, temos os seguintes resultados:

Na avaliação dos docentes sobre o serviço de comunicação da UFU, [54%] o definiu como muito ruim a regular, e apenas 25% o identificaram como bom e excelente. [Gráfico 3] Os servidores técnico-administrativos, por sua vez, apresentaram uma avaliação mais positiva do serviço, com 31% considerando-o como bom e 17% como excelente. [Gráfico 4] (UFU, 2006, p. 107).

³⁷ No período avaliativo deste trabalho, a ESEBA ofereceu a Educação Infantil para crianças de 4 a 6 anos de idade, o Ensino Fundamental para pré-adolescentes e adolescentes dos 7 aos 14 anos, e a EJA para discentes a partir dos 16 anos de idade.

Gráfico 3 - Docentes / Qualidade

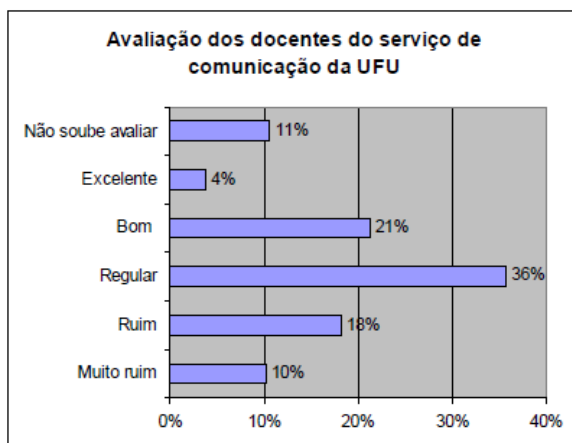
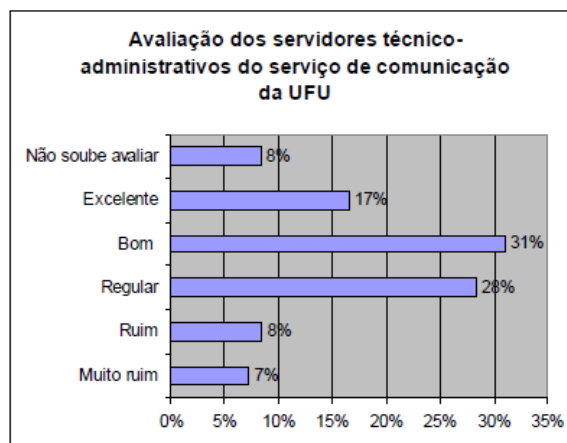


Gráfico 4 – Técnicos / Qualidade



Fonte: UFU (2006, p. 107).

Com relação à comunicação da UFU com a comunidade externa, cerca de 57% dos docentes a avaliaram como muito ruim a regular, e cerca de 27% a definiram como boa e excelente. Para o segmento dos discentes, cerca de 83% consideram extremamente insatisfatório o desempenho da UFU, já que esse percentual representa a escala de muito ruim a regular. Cerca de 49% dos 108 servidores técnico-administrativos, por sua vez, avaliaram como boa e excelente a comunicação da UFU com a comunidade externa. (UFU, 2006, p. 107-108).

Perceptivelmente há um posicionamento bastante diferenciado entre os segmentos dos docentes e discentes em relação aos servidores técnico-administrativos no que se refere à avaliação crítica da comunicação da UFU com a comunidade externa.

Na visão dos discentes, a comunicação e circulação de informações é bastante problemática nas diversas instâncias da UFU, como indicado pelo percentual de 57% dos discentes que avaliaram este fato como muito ruim e ruim. O relatório aponta ainda que, caso fosse incorporada a escala regular, esse percentual atingiria 82,1% (Tabela 1).

Tabela 1 - Avaliação dos discentes sobre a comunicação e circulação de informações na UFU

	Entre a Administração Superior e os discentes		Entre a Unidade Acadêmica e os discentes		Entre o Colegiado e os discentes	
	nº	%	nº	%	nº	%
Muito ruim	54	31,0	30	17,6	56	32,9
Ruim	45	26,4	37	21,7	43	25,2
Regular	42	24,7	49	28,8	33	19,4
Boa	13	7,6	36	21,1	17	10,0
Excelente	2	1,1	4	2,3	6	3,5
Não responderam	14	8,2	14	8,2	15	8,8
Total	170		170		170	

Fonte: UFU (2006, p. 109).

Em relação às famílias dos alunos da ESEBA - quanto a assistirem à programação da TV Universitária -, 38% responderam que assistem e 59% disseram que não assistem.

Segundo a análise do próprio relatório, “os índices registrados remetem para a necessidade de uma avaliação da Diretoria de Comunicação da UFU, no sentido de como melhorar os indicadores” (UFU, 2006, p. 109).

Um dado que nos chama a atenção, dentre os demais, refere-se aos veículos de comunicação da UFU mais utilizados pelos discentes para obter informações institucionais sobre a UFU. A grande maioria, 89% dos alunos respondentes, declarou que utiliza o site da UFU e um percentual muito pequeno utiliza os demais veículos, dentre eles a TV Universitária (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Veículos de comunicação da UFU utilizados pelos discentes

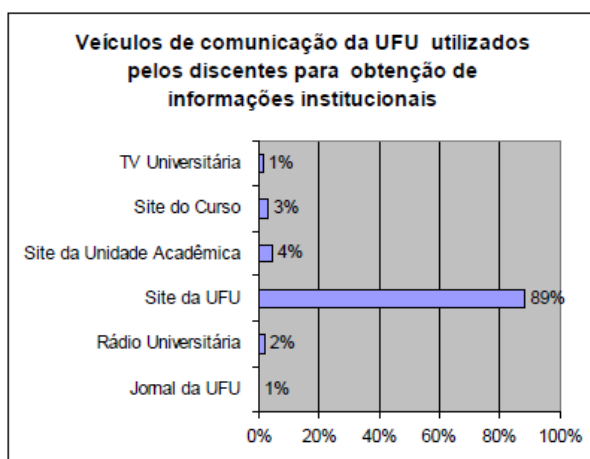
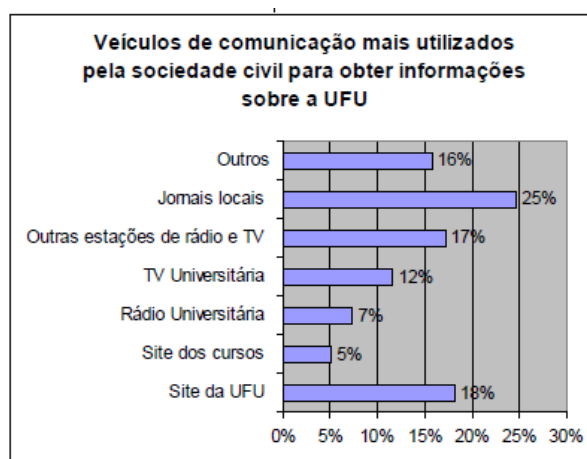


Gráfico 6 - Veículos de comunicação da UFU mais utilizados pela sociedade civil



Fonte: UFU (2006, p. 109).

Para a sociedade civil, os veículos mais utilizados para obter informações sobre a UFU são, principalmente, os jornais locais, o site da UFU, as estações de rádio e TV locais, e a TV Universitária, que aparece com 12 pontos percentuais na preferência dos entrevistados (Gráfico 6). Para os egressos, por sua vez, o site da UFU é o principal meio de obter informações institucionais. Verifica-se, portanto, a importância do site institucional da UFU como o principal veículo de comunicação, em detrimento dos veículos de radiodifusão da universidade.

Pelo fato da UFU ser a instituição geradora de conhecimentos, ou seja, constituir a própria fonte das informações – e ser detentora de veículos de comunicação como a TVU –, este é um forte indicador de que a forma como a comunicação tem sido realizada por

estes veículos não tem atingido a população que dela necessita. Haja vista que um percentual muito pequeno da sociedade civil ouve com frequência a programação da Rádio Universitária e assiste à TV Universitária. Cerca de 50% dos entrevistados nunca ouviram/assistiram a programação dos referidos veículos.

A pesquisa mostrou que é entre os alunos – de graduação e do EJA – que a TV Universitária (bem como a Rádio Universitária), obteve melhores resultados. Com relação aos discentes de graduação, verificou-se que 37% ouvem a programação da Rádio Universitária e 45% assistem à TV Universitária. Entre os alunos da EJA, da ESEBA, cerca de 54% ouvem a programação da Rádio Universitária e apenas 22% assistem à TV Universitária.

Por fim a análise apresentada no relatório da avaliação referente ao período 2001-2005, sobre o item comunicação, evidencia a necessidade de criar mecanismos para que a TV (e a Rádio Universitária) passe a ter maior penetração junto aos diferentes segmentos da UFU, bem como da sociedade civil e recomenda a aplicação de pesquisas mais detalhadas visando identificar os principais problemas dos dois veículos.

No ano de 2009, foi implantada a Secretaria de Avaliação Institucional Permanente (SAIP), como previsto no Regimento Interno da CPA, entretanto, no mês de abril de ano seguinte, ocorreu a criação da Diretoria de Avaliação Institucional

Por meio da Portaria nº 381 de 10 de maio de 2010, ocorreu a renovação da CPA, que realizou a coleta de dados junto à comunidade universitária, referente ao ano de 2010 (UFU, 2010c).

Vale ressaltar que esta Avaliação Institucional da UFU, referente a 2010, foi aplicada também nos três segmentos – docente, discente e técnico-administrativo – no período de novembro de 2010 a janeiro de 2011, tanto na sede, em Uberlândia, quanto no Campus do Pontal em Ituiutaba, MG.

De acordo com a comissão, a adesão da comunidade foi bastante expressiva, conforme pode ser observado na Tabela 2, superando o tamanho da amostra mínima estabelecida para um grau de confiabilidade de 95%.

Tabela 2 - Universo da pesquisa para avaliação institucional

	Nº Total	Amostra Estatística	Nº de Participantes	% Participação
Docentes	1.521	129	622	40,1
Discentes de Graduação	15.150	139	2.872	19,0
Técnico-Administrativos	1.555	133	1.175	75,6

Dados referentes a out./2010

Fonte: UFU (2010b, p. 7).

Da mesma forma passamos a apresentar os resultados relativos à avaliação da comunicação na UFU e da TV Universitária, mais especificamente, resultantes da Avaliação Institucional da UFU/2010.

De modo geral, à exceção do item Biblioteca, no qual se obteve um percentual superior a 75% em relação aos conceitos indicadores bom ou ótimo – o que equivale dizer que a comunidade universitária se mostrou ALTAMENTE SATISFEITA em relação à Biblioteca -, para as demais categorias a comunidade universitária não se mostrou INSATISFEITA em relação a nenhum dos tópicos avaliados, ou seja, “pode-se verificar que a comunidade não identificou pontos ALTAMENTE FRÁGEIS da universidade” (UFU, 2010b, p. 8).

De acordo com os resultados da análise da avaliação realizada pelos docentes, todos os itens apresentados receberam avaliação superior a 70% que se refere aos conceitos indicadores bom ou ótimo (Tabela 3). “Desta forma estes itens foram considerados como potencialidades pelos professores” (UFU, 2010b, p. 9).

Tabela 3 - Itens melhor avaliados pelos docentes

Itens da avaliação realizada pelos Docentes	Percentual (Bom ou Ótimo)
ENSINO DE GRADUAÇÃO: As práticas didático-pedagógicas	77%
PESQUISA: A relevância social e científica	73%
DIVULGAÇÃO dos processos seletivos e concursos	72%
PESQUISA: A relação das pesquisas com os objetivos institucionais	71%
GESTÃO: A atuação da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação	71%

Fonte: UFU (2010b, p. 9).

Note-se que o item comunicação a TV Universitária (ou mesmo rádio, jornal ou o site da UFU) constante da pesquisa anterior não aparece nesta versão da pesquisa – independente dos percentuais obtidos – para os casos com percentuais de respostas fora dos intervalos contemplados pelo relatório, constando exclusivamente os itens para os quais os docentes avaliaram com um percentual acima de 70%. Na pesquisa divulgada em 2006, 64% dos docentes avaliaram o serviço de comunicação da UFU como muito ruim a regular, e apenas 25% o identificaram como bom e excelente, como apresentado anteriormente.

Outro aspecto é que também não consta do relatório a distribuição dos comentários direcionados à DIRCO pelos três segmentos participantes da autoavaliação, o que, do ponto de vista qualitativo, poderia oferecer subsídios tanto a este trabalho quanto as possíveis ações com vistas à solução dos pontos em questão.

O item melhor avaliado pelos discentes foi o site da UFU, como canal de comunicação, recebendo o percentual de 83% – o que corresponde a bom ou ótimo, à frente das representações atribuídas para a qualidade do corpo docente; conservação e limpeza das salas de aula; a qualidade das atividades de ensino; conservação e limpeza de área externa (jardins, calçadas); conservação e limpeza de laboratórios; a qualidade do técnico-administrativo e missão da UFU, como representado na Tabela 4.

Por outro lado, vale ressaltar que “deve ser motivo de preocupação o fato de que 1/3 dos estudantes (33%) afirmarem que não conhecem a Rádio Universitária e nem a TV Universitária” (UFU, 2010b, p. 13).

Tabela 4 - Itens melhor avaliados pelos discentes

Itens da avaliação realizada pelos Docentes	Percentual (Bom ou Ótimo)
CANAIS DE COMUNICAÇÃO: O site oficial da UFU	83%
ATIVIDADES DO CURSO: A qualidade do corpo docente	76%
CONSERVAÇÃO E LIMPEZA: Salas de aula	75%
ATIVIDADES DO CURSO: A qualidade das atividades de ensino	73%
CONSERVAÇÃO E LIMPEZA: Área externa (jardins, calçadas)	73%
CONSERVAÇÃO E LIMPEZA: Laboratórios	72%
ATIVIDADES DO CURSO: A qualidade do técnico-administrativo	70%
MISSÃO DA UFU: Formação para o exercício profissional	70%

Fonte: UFU (2010b, p. 9).

Na categoria dos técnicos administrativos, entre os itens que receberam avaliação igual ou superior a 70% – que se refere aos conceitos indicadores "bom ou ótimo, considerados como potencialidades pelos técnicos - destaca-se a avaliação dos canais de comunicação e dentre eles a TV Universitária, aparece em 6º lugar, ao lado do serviço de telefonia (Tabela 5).

Tabela 5 - Itens melhor avaliados pelos técnico-administrativos

Itens da avaliação realizada pelos Técnico-Administrativos (TAs)	Percentual (Bom ou Ótimo)
CANAIS DE COMUNICAÇÃO: O jornal da UFU	83%
CANAIS DE COMUNICAÇÃO: A Rádio Universitária	78%
CANAIS DE COMUNICAÇÃO: O site oficial da UFU	76%
CONDIÇÕES DE TRABALHO: O relacionamento prof. no ambiente de trabalho	76%
DIVULGAÇÃO dos processos seletivos e concursos	75%
CANAIS DE COMUNICAÇÃO: A TV Universitária	73%
INFRA-ESTRUTURA: Os serviços de Telefonia	73%
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS: A integração entre os TAs e os estudantes	70%
DIVULGAÇÃO dos eventos realizados na UFU	70%
MISSÃO DA UFU: Formação para o exercício profissional	70%

Fonte: UFU (2010b, p. 10).

Dentre os itens que apresentam dificuldades e receberam os menores percentuais na avaliação dos docentes, aparecem os veículos institucionais de divulgação das pesquisas - sem distinção ou identificação dos mesmos e a transferência de conhecimento da UFU para a comunidade externa, conforme apresentado na Tabela 6.

Tabela 6 - Itens que apresentam dificuldades segundo avaliação dos docentes

Itens da Avaliação realizada pelos Docentes	Péssimo ou Fraco	Regular	Bom ou Ótimo
PESQUISA:			
Os veículos institucionais de divulgação das pesquisas	21%	34%	41%
RESPONSABILIDADE SOCIAL:			
A transferência de conhec. da UFU p/ a comun. externa	19%	38%	32%

Fonte: adaptado de UFU (2010b, p. 11).

Partindo-se do pressuposto de que os veículos de comunicação da universidade – dentre os quais a TVU – são suas principais formas de comunicação com a comunidade local, entendemos os percentuais de 21% e de 19% atribuindo o conceito de péssimo ou fraco para os veículos institucionais de divulgação das pesquisas e a transferência de conhecimento da UFU para a comunidade externa, respectivamente, são um alerta para a comunidade universitária em relação ao uso destes veículos, principalmente considerando que os percentuais apresentados para bom ou ótimo são inferiores às avaliações de péssimo a regular, para ambos os casos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentarmos a conclusão deste trabalho, temos em mente a premissa de que a ciência não é acúmulo de resultados prontos, definitivos, e que seu principal pressuposto metodológico deve ser “o propósito de captar a realidade assim como ela é” (DEMO, 1985, p. 63). Neste sentido o que nos interessa é a realidade. Sua descoberta. E, reconhecendo nossa incapacidade de captá-la ou apreendê-la em sua totalidade, e, assim, a impossibilidade de esgotar o tema, nos propusemos a nos aproximar desta realidade, a chegar mais perto dela, tendo consciência de que “a ciência não é, pois, acumulação de resultados definitivos. É, principalmente, o questionamento inesgotável de uma realidade reconhecida também como inesgotável” (DEMO, 1985, p. 76).

Retomando a questão central deste trabalho, ou seja, até que ponto a TVU/UFU tem cumprido, efetiva e satisfatoriamente, seus propósitos constitucionais e regimentais, instituídos tanto pela legislação em vigor quanto pelas diretrizes oficiais constantes no seu projeto de implantação na UFU, e, a partir dos dados apresentados, podemos inferir que as algumas constatações delinearam a trajetória do estudo.

As políticas públicas de radiodifusão brasileiras, aplicadas ao ensino superior, têm se desenvolvido na sociedade com interesses conflitantes e interferindo, ao longo da sua história, na gestão das TVs Universitárias, principalmente quando analisadas à luz dos fundamentos legais que definem a sua atuação como instrumentos de apoio às práticas educativas de formação crítica da população como um todo. Interconectados a este primeiro aspecto encontram-se:

- a) as relações oficiosas entre gestores de empresas de comunicação, representantes do mercado, e de segmentos do poder público, que legitimam e consolidam a lógica do capital, sobretudo em função do grande número de parlamentares ligados aos meios de comunicação como proprietários de emissoras, o que dificulta - ou mesmo impede - mudanças que objetivam a participação da sociedade civil e do Estado nas comunicações como forma de tornar a mídia mais democrática e mais bem regulamentada no país;
- b) a concentração e o oligopólio dos meios de comunicação e o consequente controle cultural e ideológico das massas, em função da decorrente autoridade política conseguida pelo controle dos *media*;

- c) a censura velada por meio das relações de poder desiguais no interior das emissoras ou ainda pelas omissões, distorções e intencionalidades não reveladas na veiculação de conteúdos carregados de sentidos, como forma de se manter o controle cultural e social no país;
- e) a ausência de recursos públicos especificamente destinados às emissoras educativas, de modo particular às TVs Universitárias, vinculadas, algumas delas, aos maiores centros geradores de conhecimento do país;
- f) falta de compreensão sobre a função e importância institucional das emissoras de TV no interior das administrações universitárias, bem como pela significativa resistência do corpo docente ao emprego e utilização pedagógica das tecnologias de comunicação;
- g) A alternância de gestões na administração da universidade e, por conseguinte, na TV - e nos demais órgãos que compõem o sistema de comunicação da UFU -, evidenciada pelos resultados da pesquisa de campo como uma ruptura prejudicial à estrutura administrativa e produtiva da TV, constatação esta que corrobora o fato apontado na introdução deste trabalho, sobre a interrupção do projeto de tradução da programação local da TVU para LIBRAS, a Língua Brasileira de Sinais, e expõe um grande desafio a ser superado na gestão pública.

De modo particular, a partir da pesquisa documental, verificou-se que não há registros da produção de conteúdos para 1º, 2º e 3º graus, de ações para a universalização da educação fundamental, bem como o desenvolvimento de programas de capacitação de professores e especialistas, como previsto no projeto de implantação da emissora. Tal constatação sugere o não cumprimento das metas e dos planos de ação estabelecidos em consonância com a legislação em vigor e registrados no projeto de implantação da TVU, aprovado e financiado pelo MEC e pela UFU, em contrapartida, via empenho da Reitoria destinado ao setor.

Outra verificação neste sentido foi a de que não consta dos registros históricos da TVU a atuação de profissionais do campo da pedagogia, notadamente na categoria de “serviço técnico-pedagógico” para a qual foram previstos cinco pedagogos e dois psicólogos educacionais para atuarem na emissora.

Um aspecto fundamental a ser considerado, tanto no debate nacional, quanto no contexto de uma instituição de ensino superior, em particular, considerando o Decreto-Lei nº 236/1967 que instituiu a TV Educativa como categoria específica de concessão, é que ela se

destina, exclusivamente, à “divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates” (BRASIL, 1967, p. 2.432), e, dessa forma, deve cumprir seu papel constitucional, a saber: realizar atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional.

Neste aspecto, é fundamental o entendimento de que comunicação pública não é comunicação governamental. De outro modo, sobre esta concepção - de que comunicação pública diz respeito ao Estado e não ao Governo -, significa dizer que, no contexto de uma IFES, que TV e rádio universitárias, não podem e não devem se assemelhar aos AIE, na concepção de Althusser. Neste sentido, cumpre lembrar que os *media* não são veículos de informação neutros e sim instituições complexas, híbridas, de componentes políticos, econômicos, culturais e profissionais, que, além disso, estabelecem relações conflituosas, com outros atores sociais (MAIA, 2008).

Assim, na busca de soluções para os desafios da TV, notadamente os de ordem econômico-financeira, ainda que se observe o estrito cumprimento da legislação, há que se considerar a natureza política e ideológica dos parceiros e aliados com os quais se pretenda estabelecer convênios, contratos ou parcerias, para a superação das dificuldades historicamente enfrentadas, ao se considerar esta via como forma complementar de aporte de recursos, em apoio à tão necessária dotação orçamentária institucional.

Especificamente sobre este aspecto, ou seja, sobre a busca de parcerias para a superação dos desafios, devemos empenhar especial atenção ao considerar as representações simbólicas, tanto por parte dos possíveis investidores, sob a forma de apoio cultural, quanto em relação aos telespectadores da emissora. Se, por um lado, há dificuldades de posicionamento e definição de estratégias de programação - como discutido no capítulo 5 e também evidenciado nas respostas da pesquisa de campo - pois as TVs universitárias não conhecem seu público-alvo, por outro, as próprias administrações das universidades - e das TVs -, desconhecem a importância e a abrangência deste veículo de comunicação. Existem poucas pesquisas de aferição de audiência, como ressaltado por Priolli e Peixoto (2004) e, com isso, as emissoras não sabem para quem falam, se para o público em geral ou se apenas para a própria comunidade acadêmica.

É imperioso, portanto, conhecermos, pormenorizadamente, a TV Universitária como integrante do sistema público de comunicação social de caráter educativo. Para tanto, ações efetivas de revitalização da comunicação social eletrônica da universidade devem ser implementadas a fim de que, além da função educativa e cultural, contemple aspectos

qualitativos e quantitativos de programação e audiência – não para o atendimento às premissas da lógica de mercado e sim para a identificação de suas potencialidades e limitações – e que, além de instrumento de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, seja capaz de repensar sua própria trajetória. Assim, com a superação das limitações ainda hoje existentes, a radiodifusão educativa pode trazer significativas contribuições às comunidades acadêmica e local, pois, como evidenciado pelos resultados das pesquisas da CPA, nos limites da comunidade universitária, dentre outros aspectos, apenas 1% dos discentes, entre os anos de 2001 e 2005 utilizou-se da TVU como fonte de informações institucionais (Gráfico 5 – Veículos de comunicação da UFU utilizados pelos discentes), o que, demonstra que sua tarefa ainda está por se concretizar.

Desta forma, considera-se no presente trabalho, como aspecto fundamental para a superação das dificuldades das TVs Universitárias ligadas às IFES, e para a TVU/RTU/UFU, em particular, a definição política e administrativa, das diretrizes da comunicação social no interior da universidade, o que envolve a redefinição dos papéis da DIRCO e da RTU em relação à comunicação institucional – bem como no tocante à gestão das emissoras de TV e de rádio, por conseguinte - e a aproximação, do ponto de vista acadêmico e científico, entre o complexo de comunicação (envolvendo TV, Rádio e assessoria de comunicação) e as unidades acadêmicas da Universidade. Neste sentido, a FAGED, por meio do curso de Comunicação Social/Jornalismo, tem papel preponderante em razão da natureza de seu objeto de estudo e em função do fornecimento de subsídios acadêmicos para produção de conteúdos jornalísticos e educativos, críticos.

Por outro lado, tal como descrito na introdução deste trabalho, vale destacar a importância da 1ª CONFECOM ocorrida no ano de 2009, para debater, dentre outros aspectos, a possibilidade de instauração de um novo marco regulatório para a radiodifusão educativa brasileira. Tema este, amplo e polêmico que, diante das limitações deste trabalho, não foi alvo de uma análise crítica, dada a relevância e a profundidade desta questão, bem como da complexidade econômica, política, cultural e ideológica que envolve a sua discussão.

Nesse sentido, sugere-se a continuidade da discussão por meio do aprofundamento científico, tanto dos debates quanto das resoluções e dos desdobramentos resultantes dessa conferência nacional, com a realização de novas pesquisas críticas que possam ampliar a reflexão e a compreensão teórica a respeito das implicações das políticas públicas aplicadas à radiodifusão educativa no ensino superior brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA. *TV Aberta: mapeamento*. São Paulo, 2010.
- ACCIOLY, Denise Cortez da Silva. *TV Universitária: a televisão da universidade*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. *Comunicação, educação e cultura na era digital*. Curitiba: INTERCOM, 2009. p. 1-15.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- APPLE, Michael W. *Conhecimento oficial: a educação democrática numa era conservadora*. Tradução de Maria Isabel Edelweiss Bujes. Petrópolis: Vozes, 1997.
- APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. Tradução de Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 3. ed. 2006.
- ARAÚJO, José Cordeiro de et al. (Org.). *Ensaio sobre impactos da Constituição Federal de 1988 na sociedade brasileira: consultoria legislativa: vol. 1*. Brasília, DF: CEDI: COEDI, 2008. (Coleções Especiais. Obras Comemorativas, 2).
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão: seguido de A influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BUENO, Wilson da Costa. *Comunicação, iniciativa privada e interesse público*. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. cap. 9, p. 134-153.
- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. *Comunicação, iniciativa privada e interesse público*. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. cap. 1, p. 9.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Seção 1, p. 2.432.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833-27.841.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 92, 18 maio 1998. Seção 1, p. 8-10.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 15 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 72, 15 abr. 2004. Seção 1, p. 3-4.

BRASIL. Lei nº 12.056, de 13 de outubro de 2009. Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 196, 14 out. 2009. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério das Comunicações. *Rádio e TV Educativa*. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/radiodifusao/radio-e-tv-educativa>>. Acesso em: 15 set. 2011.

BRITTOS, Valério Cruz. Prefácio. In: PIERANTI, Octavio Penna. *Políticas públicas para radiodifusão e imprensa: ação e omissão do Estado no Brasil pós-1964*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. p. 13.

CARNEIRO, Dalira Lúcia Cunha Maradei. *Divulgação científica na UFU: em busca de uma maior interação entre universidade e sociedade*. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2004.

CARNEIRO, Vânia Lúcia Quintão. Programas educativos na TV: conteúdo pedagógico adequado à narrativa televisual e à fantasia, para uma programação infantil divertida e inteligente. *Comunicação & Educação*, São Paulo, n. 15, p. 29-34, maio/ago. 1999.

CARVALHO, Mariana Martins. Considerações sobre o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal da radiodifusão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. *Comunicação, cultura e juventude*. São Paulo: INTERCOM, 2010. 1 CD-ROM. DT8-GP Políticas e estratégias de comunicação. Trabalho 3272-1.

CARTA de Brasília. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2005, Brasília. *Relatórios: Encontro Nacional de Direitos Humanos, 2005: direito humano à comunicação: um mundo, muitas vozes*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007. p. 319-322. (Série ação parlamentar, n. 344).

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

CUNHA, E. de P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas e sociais. In: CARVALHO, A.; SALES, F. (Org.). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. p. 11-25.

DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1985.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

DOMINGUES-DA-SILVA, Juliano. A política da política da TV Digital no Brasil: desenho institucional e judicialização do debate. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. *Comunicação, cultura e juventude*. São Paulo: INTERCOM, 2010. 1 CD-ROM. DT8-GP Políticas e estratégias de comunicação. Trabalho 3036-1.

FARIA, Armando Medeiros. Imprensa e interesse público. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. cap. 11, p. 175-179.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. *Violência e liberdade de imprensa no Brasil: relatório FENAJ 2006*. Brasília, DF, maio 2007.

FIDALGO, Joaquim. De que é que se fala quando se fala em Serviço Público de Televisão? In: PINTO, M.; SOUSA, H. (Coord.). *Televisão e cidadania: contributos para o debate sobre o serviço público*. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2003. p. 13-32. Texto elaborado no âmbito do projeto de investigação coletivo Mediascópio: estudo sobre a reconfiguração do campo da comunicação e dos media em Portugal.

FÓRUM NACIONAL DE TVs PÚBLICAS, 2., 2009, Brasília. *Carta de Brasília II*. Brasília, DF: [Câmara dos Deputados], 2009. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/cct/ap/AP20100512_Pedro_Ortiz_Carta_de_Brasilia2.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2010.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Tradução de Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. v. 1. (Coleção Educação e Mudança).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. [S.l.]: Ega, 1996.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Sobre educação: diálogos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. v. 2. (Coleção Educação e comunicação, v. 12).

FREY, Klaus. Análise de políticas públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira – PPGSPIUFSC. *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis, São Paulo, n. 18, p. 1-36, set. 1999.

FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DE UBERLÂNDIA. Estatuto da Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia - RTU. Uberlândia, 2011.

GADOTTI, Moacir. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Tradução de Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. v. 1, p. 9-14. (Coleção Educação e Mudança).

GHEDIN, Evandro. Hermenêutica e pesquisa em educação: caminhos da investigação interpretativa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2., 2004, Bauru. *A pesquisa qualitativa em debate*. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 2004. p. 1-14. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IIsipeq/anais/pdf/gt1/10.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes; SOUSA NETTO, Miguel Rodrigues de (Org.). *Fragmentos imagens memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia: Edufu, 2003.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.

GUARESCHI, Neuza et al. Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwerde; JAEGER, Fernanda Pires. (Org.). *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. p. 177-194.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, Campinas, SP, ano 21, n. 55, p. 31, nov. 2001.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2010*. Rio de Janeiro, 2010. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, 27).

INTERVOZES: COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Direito à comunicação no Brasil*. 3. versão. [São Paulo], jun. 2005. Relatório da pesquisa. Direito à Comunicação no Brasil.

KURTH, Estela. O desenvolvimento da radiodifusão: a perspectiva de Herbert I. Shiller e Raymond Williams. In: ENCONTRO DA UNIÃO LATINA DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA, 2., 2008, Bauru. *Digitalização e sociedade*. Bauru: Ed. Unesp, 2008. p. 675-693.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). *Comunicação e educação: caminhos cruzados*. São Paulo: Loyola, 1986.

LEAL FILHO, Laurindo. *A melhor TV do mundo*. São Paulo: Summus, 1997.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal / lógica dialética*. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LOPES, Cristiano Aguiar. *Regulação da radiodifusão educativa*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5964/regulacao_radiodifusao_lopes.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 set. 2011.

LOPES, Ivonete da Silva. TV Educativa e regulação: peculiaridades das emissoras catarinenses. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGACIÓN DE LA COMUNICACIÓN, 9., 2008, México. *Medios de Comunicación, Estado y Sociedad em América Latina*. México, 2008. GT Economia Política de las Comunicaciones. Disponível em: <http://alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Econom_pol/ponencias/GT9_4Silva.pdf>. Acesso em: 15 set. 2011.

MAIA, Rousiley C. M. (Coord.). *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

MALUSÁ, Silvana. Didática: qualidades e aporias das tecnologias da informação e comunicação no ensino superior. In: SCRIPTORI, Carmen Campoy (Org.). *Universidade e conhecimento: desafios e perspectivas no âmbito da docência, pesquisa e gestão*. São Paulo: Mercado das Letras, 2004. p. 107-121.

MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. Porto: Escorpião, 1974. [1847].

MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de gestão pública contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2008.

MATOS, Heloiza. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública, Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 47-58.

MATTOS, Sérgio. *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MATTELART, Armand. *Multinacionais e sistemas de comunicação: os aparelhos ideológicos do imperialismo*. Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1976.

MELO, José Marques de; TOSTA, Sandra Pereira. *Mídia e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção Temas e Educação).

MENDES, Dolores. Parada, TV da UFU chega a gastar R\$ 50 mil: TV Universitária recebe apenas a verba do contrato com a Câmara. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 26 jul. 2008. Disponível em: <[http://www.correiodeuberlandia.com.br/texto/2008/07/27/30813/parada,_tv_da_uvu_chega_a_gastar_r\\$.html](http://www.correiodeuberlandia.com.br/texto/2008/07/27/30813/parada,_tv_da_uvu_chega_a_gastar_r$.html)>. Acesso em: 18 nov. 2010.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: uma abordagem à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1993.

OLIVEIRA, Orestes Gonçalves de; RESENDE, Carlos Alberto Freire. *Planejamento técnico-pedagógico de uma emissora geradora de televisão educativa: TV Universitária de Uberlândia*. Uberlândia, 1995.

OMENA DOS SANTOS, Adriana Cristina. *Digitalização da TV no BRASIL: a sociedade civil organizada e a opinião pública a respeito do sistema brasileiro de TV Digital - SBTVD*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

OMENA DOS SANTOS, Adriana Cristina; TONUS, Mirna; GOULART, Fabiano de Moura. Políticas de comunicação, cidadania, e mudanças sociais no Brasil, de Uberlândia-MG a Brasília – DF. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. *Comunicação, cultura e juventude*. São Paulo: INTERCOM, 2010. 1 CD-ROM. DT8-GP Políticas e estratégias de comunicação. Trabalho 244-1.

ONU. Declaração universal dos direitos humanos. In: PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 169-173.

ORTIZ, Pedro Henrique Falco. *Perspectivas e desafios na consolidação do campo público de televisão no Brasil*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. *Comunicação, cultura e juventude*. São Paulo: INTERCOM, 2010. 1 CD-ROM. DT8-GP Políticas e estratégias de comunicação. Trabalho 3256-1.

OTONDO, Teresa Montero. *Televisão pública na América Latina: para que e para quem?* 2008. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PERUZZO, Cicilia Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PIERANTI, Octavio Penna. *Políticas públicas para radiodifusão e imprensa: ação e omissão do Estado no Brasil pós-1964*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano*. São Paulo: Saraiva, 2006.

POLTRONIERI, Ana Lucia; SIMÕES, Darcilia; FREITAS, Maria Noêmi. *A contribuição da semiótica no ensino & na Pesquisa*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2010.

PRIOLLI, Gabriel; PEIXOTO, Fabiana. *A televisão universitária no Brasil: os meios de comunicação nas instituições Universitárias da América Latina e Caribe*. [S.l.]: UNESCO: IESALC, 2004. (IES/2004/ED/PI/18).

RELATÓRIO da reunião realizada entre os coordenadores de Educação a Distância das Universidades Federais na UFMG em 23/09/1999. Belo Horizonte: UFMG, 1999. Disponível em: <<http://acd.ufmj.br/sead/redifes.html>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

ROTHBERG, Danilo. *Jornalismo público: informação, cidadania e televisão*. São Paulo. Ed. Unesp, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). *Direitos fundamentais, informática e comunicação: algumas aproximações*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. de F.; FRANÇA, M. N. *Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses*. 5. ed. rev. e ampl. Uberlândia: Edufu, 2005.

SORJ, Bernardo (Org.). *Poder político e meios de comunicação: da representação política ao reality show*. Tradução Miriam Xavier. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SOUZA, Ana Cecília Jorge de. Ensino superior: saberes docentes necessários frente às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. *Anais...* São Paulo: INTERCOM, 2010. p. 235.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Estatuto e regimento geral da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão: PIDE: Período 2010-2015*. Uberlândia, 2010a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Plano Institucional de Desenvolvimento e Extensão – PIDE: período 2010-2015*. Uberlândia, 2010b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Relatório de gestão da reitoria: 1992-1996*. Uberlândia, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Tecnologia de comunicação para educação à distância e universalização da educação fundamental*. Uberlândia, mar. 1994. Projeto.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Comissão Própria de Avaliação. 2009. Disponível em: <<http://www.cpa.ufu.br/node/10>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Comissão Própria de Avaliação. *A auto-avaliação institucional na Universidade Federal de Uberlândia: 2001/2005*. Uberlândia, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Comissão Própria de Avaliação. *A autoavaliação institucional da Universidade Federal de Uberlândia: 2010*. Uberlândia, 2010c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário. *Resolução nº 6, de 30 julho de 2007*. Dispõe sobre a criação do Núcleo de Educação a Distância – NeaD, e dá outras providências. Uberlândia, 30 jul. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário. *Resolução nº 25, de 29 de agosto de 2008*. Dispõe sobre a criação do Curso de Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, modalidade Bacharelado, e dá outras providências. Uberlândia, 2008a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Diretoria de Comunicação Social. *Políticas públicas de comunicação*. Uberlândia, dez. 2008b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Diretoria de Comunicação Social. *RTU apresenta nova programação da Rádio Universitária FM e da TV Universitária*. Uberlândia, 15 jan. 2010d. Disponível em: <<http://www.dirco.ufu.br/content/rtu-apresenta-nova-programa%C3%A7%C3%A3o-da-r%C3%A1dio-universit%C3%A1ria-fm-e-da-tv-universit%C3%A1ria>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Reitoria. *Portaria R n° 245*, de 14 abr. 2008. Designa o servidor Fabiano de Moura Goulart, para exercer a função de gerente da Divisão de Televisão da Diretoria de Comunicação (FG-4). Uberlândia, 2008c.

WERTHEIN, Jorge. *A imprensa, a democracia e a cidadania*. Brasília, DF: UNESCO Brasília Office, 2004.

ZÉMOR, Pierre. *La communication publique*. Paris: PUF, 1995.

ZÉMOR, Pierre. As formas de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. cap. 15, p. 215-245.

APÊNDICE A – Modelo dos instrumentos utilizados para coleta de dados

Entrevistas semiestruturadas para pesquisa de campo com colaboradores da TV Universitária da Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia-MG

Dados de identificação

1. Nome:	
2. Cargo/função na TV:	
3. Tipo de vínculo:	
4. Data de entrada na TV:	Data de saída:

Questões-guia	
1.	Qual é ou quais são os propósitos da TVU no contexto da Universidade Federal de Uberlândia?
2.	Quais são as contribuições da TVU para a comunidade universitária?
3.	Quais são as dificuldades ou limitações enfrentadas pela TVU, ao longo da sua história?
4.	Existem alternativas para a superação dos fatores limitantes? Se sim, quais são?
Possíveis questões de aprofundamento - Para os dirigentes da RTU/DIRCO	
5.	Qual a relação da TVU com órgãos oficiais do Governo Federal como o MEC e ANATEL, dentre outros.
6.	Qual a natureza da relação entre a emissora e a cabeça de rede, ou seja, com a rede de TV à qual a TVU é filiada, TV Brasil e Rede Minas?
7.	Qual é a relação da TVU com a Administração Superior da UFU?
8.	Qual é a relação entre DIRCO e RTU?
9.	Qual é a relação entre a TVU e as unidades administrativas e acadêmicas da UFU, no tocante à prospecção de notícias e ou obtenção de pautas para produção de conteúdos.
10.	Existe relação entre a TVU e o Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFU? Se sim, como se dá essa relação. Qual sua opinião a respeito?
11.	Como é a relação entre a TV e seus conselhos (consultivo e deliberativo)?
Possíveis questões de aprofundamento - Para os produtores de conteúdo da TV	
12.	Houve ou há programas específicos e exclusivamente elaborados a partir de conteúdos oriundos da UFU?
13.	Como eram ou como são definidas as pautas dos programas produzidos pela emissora?
14.	Como eram ou como são definidos os personagens e os entrevistados destes programas?
15.	Há arquivos destes programas?
16.	Que outros programas foram produzidos e veiculados pela emissora e que hoje não estão mais na grade de programação?
17.	Existe possibilidade técnica de resgatar e veicular programas arquivados? Se não, porque motivos?
18.	Quais são ou quais foram as condições de trabalho na Emissora no período?
19.	Quais são ou quais foram os obstáculos políticos, financeiros e técnicos que interferiram diretamente na produção de conteúdo à época
20.	Na sua percepção como é ou como foi a receptividade da TVU na comunidade universitária durante a sua atuação no setor?

**APÊNDICE B – Modelo dos instrumentos utilizados para coleta de dados
(Produção de conteúdos e equipe técnica)**

Entrevistas semiestruturadas para pesquisa de campo com colaboradores da TV Universitária da Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia-MG

IDENTIFICAÇÃO (RESPONSÁVEL PELA TV)	
1. CÓDIGO DA ENTREVISTA:	
2. CARGO/FUNÇÃO:	
3. TIPO DE VÍNCULO:	
4. DATA DE INÍCIO DA FUNÇÃO:	DATA DE SAÍDA:

Questões gerais					
1. A que rede de televisão a TVU é afiliada?					
2. Quantas horas de programação a TV veicula por dia?					
3. Quantos profissionais trabalham na emissora atualmente? Quais são as funções? Quais são os vínculos empregatícios? (RTU, UFU, outros - especificar)					
4. Quantos e quais são os programas veiculados pela TV Universitária <i>(Se necessário insira novas linhas à tabela)</i>					
NOME	GÊNERO	DURAÇÃO (minutos)	HORÁRIO	PERIODI- CIDADE	SINOPSE
5. Destes, quais são os programas produzidos pela TV Universitária?					
6. E quais são os produzidos por terceiros?					
7. Há programas específica e exclusivamente produzidos a partir de conteúdos oriundos da UFU? Se sim, quais são?					
8. Outras instituições de ensino de Uberlândia ou da região contribuem ou colaboram com a produção de conteúdos da TV Universitária? Se sim, de que forma? Com que frequência?					
9. Como são definidas as pautas dos programas produzidos pela emissora?					

10. Como são definidos os personagens e os entrevistados dos programas produzidos pela emissora?
11. Há registro de programas produzidos e veiculados pela emissora e que hoje não estão mais na grade de programação? Se sim, quais são?
12. Há arquivos destes programas?
13. Existe possibilidade técnica de resgatar e veicular programas estes programas arquivados? Se não, por quais motivos?
14. A TV produz conteúdos para outras Emissoras de TV Universitárias? Se sim, quais são?
15. A TV veicula conteúdos de outras Emissoras de TV Universitárias? Se sim. Quais são?